



# Universidade Estadual de Londrina

---

**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA REGIONAL**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL:  
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**SINIVAL OSORIO PITAGUARI**

---

LONDRINA - PARANÁ  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SINIVAL OSORIO PITAGUARI

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL:  
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
Economia Regional da Universidade Estadual de  
Londrina, como exigência para a sua conclusão.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Regina Gabardo da  
Camara

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Gonçalves Pizaia

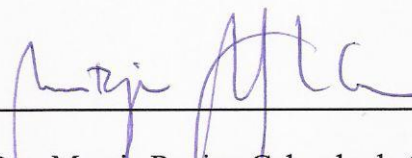
LONDRINA - PR  
2010

SINIVAL OSORIO PITAGUARI

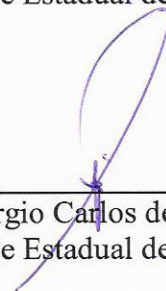
**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL:  
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em  
Economia Regional da Universidade Estadual de  
Londrina, como exigência para a sua conclusão.

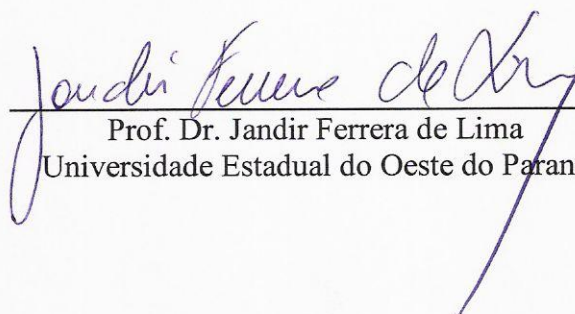
**COMISSÃO EXAMINADORA**



Profª. Dra. Marcia Regina Gabardo da Camara  
Universidade Estadual de Londrina



Prof. Dr. Sergio Carlos de Carvalho  
Universidade Estadual de Londrina



Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Londrina, 20 de dezembro de 2010.

## DEDICATÓRIA

*À minha esposa Maria José Casarini  
e à minha mãe Eunice Maria de Jesus Pitaguari*

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente à Dra. Marcia Regina Gabardo da Camara, pelo profissionalismo, competência e paciência com que me orientou e incentivou.

Aos professores do Curso de Mestrado em Economia Regional, em particular a Antonio Carlos Moretto, Marcia Gonçalves Pizaia, Naresh Kumar Sharma, Pery Francisco Assis Shikida, Ricardo Luis Lopes, Rossana Lott Rodrigues, Sidnei Pereira do Nascimento, Solange de Cassia Inforzato de Souza e Umberto Antonio Sesso Filho, pelos ensinamentos e apoio para a conclusão das disciplinas e da dissertação.

Aos professores Sergio Carlos de Carvalho e Jandir Ferrera de Lima que juntamente com minha orientadora compuseram a banca de defesa, e deram importantes contribuições.

A meus colegas do curso de mestrado Adriana Evarini, Flavio Braga de Almeida Gabriel, Juliana Maris Dias, Marcio Alexandre Ridão e Mari Aparecida dos Santos pelo companheirismo e apoio, e em especial a Alessandro Koiti Ymai e a Maria José Sartor pela amizade e parceria nos trabalhos.

A meus colegas do projeto “Rede de Apoio e Comercialização e Apoio à Produtos e Serviços de Organizações de Socioeconomia”, em especial aos amigos Luis Miguel Luzio dos Santos e Benilson Borinelli pela parceria em vários trabalhos relacionados ao tema da minha dissertação, mas principalmente pelo apoio e incentivo prestados durante todo o período do curso. A Olegna de Souza Guedes pelas preciosas dicas, a Rozane Alves e Fabio Coltro que também contribuíram para que eu tivesse as primeiras noções teóricas e práticas sobre economia solidária. Ao ex-aluno e amigo Willians dos Santos Meiguel pelo apoio nas pesquisas, a Thayla Emanuelle da Silva Ferreira, Luis Armando Tavoroni Patton meus outros dois “gerentes” pela dedicação no projeto e pela parceria em alguns trabalhos, e ainda a todos os outros recém formados e estudantes pelo empenho com que colaboraram para o sucesso do projeto: Ana Cecília Silveira Rossato, Beatriz Lemos Guelf, Camila Bueno Fusilli, Camila Raimundo, Cristiane de Castro, Deborah Iuri Tazima, Gabriel Vansolini, Joana Paula da Silva Alves, Juliana Lunardelli, Leonardo Freire, Mari Scatolin, Mayra Mota dos Anjos, Paola Falbo, Vitor Domingues, Talita Arrabal, Zuleica Gomes da Cruz.

A meus companheiros de diretoria do SINDIPROL/ADUEL, pela compreensão por eu não ter podido me dedicar como deveria e, principalmente, pela dedicação com que trabalharam em prol da nossa categoria: Airton Nozawa, Andrea Pires

Rocha, Elza Margarida de M. Peixoto, Evaristo Colmán, Nilson Magagnin Filho, Otavio Jorge G. Abi Saab, Ricardo Ralishc, e em especial a Silvia Alapanian.

A meus amigos do departamento de economia Azenil Staviski, José Adrian Pinto Payeras, Miguel Arturo Curoto de Oliveira, Renato Nozaki Sugahara pelos incentivos e pela ausência nas rodas de vinho e cervejas.

A meus camaradas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pela compreensão da necessidade de meu afastamento das atividades à frente da direção municipal do Partido.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família que foi sacrificada pela minha ausência, em especial à minha esposa Maria José Casarini e à minha mãe Eunice Maria de Jesus Pitaguari, e também a minha enteada Rachel Casarini Torres, minhas irmãs Eliane de Jesus Pitaguari e Giselli de Jesus Pitaguari, e meus sobrinhos Ana Sieli Pitaguari Ortega e Paulo Henrique Pitaguari.

Sinival Osorio Pitaguari. **A Economia Solidária No Brasil: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. 2010. (110 fls.). Dissertação (Mestrado em Economia Regional). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## RESUMO

O objetivo da dissertação é estudar a economia solidária no Brasil e as contribuições que as políticas públicas e privadas de fomento a este segmento podem proporcionar ao desenvolvimento local. A pesquisa é de caráter descritivo e analítico, realizada através de aplicação da teoria econômica para análise das informações selecionadas pela pesquisa bibliográfica e documental sobre o objeto de estudo. Adicionalmente utiliza-se o método econométrico MQO para verificar os principais fatores que influenciam a existência de empreendimentos solidários no Brasil, tendo como base as informações disponíveis no Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O trabalho realiza uma interpretação baseada no método do materialismo histórico-dialético marxista para identificar os motivos que condicionaram a evolução da economia solidária internacionalmente e no Brasil, e discute os problemas relacionados ao funcionamento dos empreendimentos de economia solidária – construção de uma administração autogestionária, organização de redes de apoio e de comercialização, financiamento, qualificação profissional e desenvolvimento de tecnologias sociais. Analisa as evidências empíricas da economia solidária no Brasil, destacando a política de fomento desenvolvida pela SENAES e outras entidades. O estudo revela que a economia solidária ocupa um papel marginal na economia capitalista brasileira, mas apesar de ter surgido a partir da iniciativa dos movimentos sociais para encontrar uma alternativa ao desemprego ou para melhorar a renda de trabalhadores autônomos, vem sendo ampliada com o apoio do Estado, podendo vir a se constituir em importante contribuição para a inclusão sócio-econômica da população mais pobre e para o desenvolvimento local. Concluiu-se que as políticas públicas e privadas têm estimulado a criação e desenvolvimentos dos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Cooperativismo, Políticas Sociais, Desenvolvimento Local



Sinival Osorio Pitaguari. *Solidarity Economics in Brazil: Government and Local Development*. 2010. (110 fls.). Dissertation (Masters in Regional Economics). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

The objective of the dissertation is to study solidarity economics in Brazil and the contributions that government and the private sector can provide to local development. The research is descriptive and analytical, having been done through the economic theory of application for selected information by bibliographical and documented research about the object of study. Additionally, the econometric method OLS was used to verify the principal factors that influenced the existence of solidarity ventures in Brazil, having as a base the information available on the National System for Information on Solidarity Economics (SIES), developed by the National Secretary of Solidarity Economics (SENAES). The work realizes an interpretation based on the historic-dialectic Marxist materialism method to identify the motives that conditioned the evolution of solidarity economics internationally and in Brazil, and also discusses the problems related to the functioning of the ventures of solidarity economics - construction of an administration that is self-managed, support network organizations, commercialization, financing, professional qualifications, and the development of social technologies. The empirical evidence of solidarity economics in Brazil is analyzed, highlighting the politics of promotion developed by SENAES and other entities. The study reveals that solidarity economics occupies a marginal role in the capitalist economy of Brazil, but although it came about because of social movement initiatives to find an alternative to unemployment or to better the pay of self-employed workers, it has been expanded with the support of the State, contributing importantly to the socio-economic inclusion of the poorer population and to local development. It was concluded that government and the private sector have stimulated the creation and development of solidarity economic ventures in Brazil.

**Key words:** Solidarity Economics, Cooperative, Social Politics, Local Development

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil – 1900-2007	106
Tabela 2 - EES no Brasil por UF e Tipo de Organização - 2007	108
Tabela 3 - Motivos para a criação do EES	109
Tabela 4 - Distribuição da participação por gênero	111
Tabela 5 - Quantidade de sócios (as) participantes do EES	111
Tabela 6 - Ações desenvolvidas coletivamente pelos EES	112
Tabela 7 - Espaços de comercialização dos produtos	113
Tabela 8 - Distribuição regional do destino dos produtos comercializados	113
Tabela 9 - Principais dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos	114
Tabela 10 - Principais meios de divulgação dos empreendimentos e seus produtos	115
Tabela 11 - As quarenta atividades econômicas mais desenvolvidas	116
Tabela 12 - Os cinquenta bens ou serviços mais produzidos	117
Tabela 13 - Os cinquenta insumos mais utilizados	118
Tabela 14 - Origem dos insumos adquiridos	119
Tabela 15 - Faturamento médio mensal dos ESS	120
Tabela 16 - Remuneração média mensal dos sócios(as) trabalhadores do empreendimento	120
Tabela 17 - Remuneração média mensal de trabalhadores não sócios do empreendimento	121
Tabela 18 - Fontes de crédito	122
Tabela 19 - Valor dos créditos recebidos pelos EES nos 12 meses anteriores à pesquisa	122
Tabela 20 - Descrição das dificuldades para obtenção de crédito	123
Tabela 21 - Que tipo de apoio(s) técnicos que os EES receberam	124
Tabela 22 - Análise de regressão EES no Brasil	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BSC	Bases de Serviço de Comercialização
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CCAs	Cooperativas Centrais dos Assentados
CPAs	Cooperativas de Produção Agropecuária
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EPS	Economia Popular Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	Forum Social Mundial
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT-Brasileiro	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
IES	Instituições de Ensino Superior
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia
MEC	Ministério da Educação
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PT	Partido dos Trabalhadores
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPAs	Planos Plurianuais de Investimento
PEA	População Economicamente Ativa
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONACOOP	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
ONGs	Organizações Não Governamentais
UNITRABALHO	Rede Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SECAFES	Sistemas Estaduais de Comercialização de Agricultura Familiar e Economia
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
1.1. Classificação da pesquisa .....	15
1.2. Métodos e técnicas de pesquisa utilizadas .....	16
1.3. Base de dados .....	16
1.4. Modelo econométrico .....	17
1.5. Articulação entre Questões de Pesquisa, Objetivos Específicos e Resultados Esperados .....	18
<b>2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS. 20</b>	
2.1. Economia Capitalista: Reestruturação produtiva, precarização do trabalho, neoliberalismo e reação dos movimentos sociais .....	20
2.2. Origem e Evolução da Economia Solidária: do socialismo utópico à crise do socialismo real.....	28
2.3. A Evolução Recente e as Características das Relações Sociais de Produção da Economia Solidária .....	41
2.4. Os Princípios e os Tipos de Organizações de Economia Solidária .....	47
<b>3. DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>53</b>
3.1. Autogestão, divisão do trabalho e eficiência produtiva e gerencial .....	53
3.2. As Redes de Economia Solidária: em busca das economias de escala e escopo .....	63
3.3. Situação de pobreza e as condições de financiamento dos empreendimentos ....	70
3.4. Educação, formação profissional e aprendizado tecnológico .....	75
3.5. Produção de Mercadorias e Economia Solidária .....	83
<b>4. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS .....</b>	<b>90</b>
4.1. Desenvolvimento da Economia Solidaria e Políticas Públicas no Brasil.....	90
4.2. Economia solidária e desenvolvimento local.....	100
4.3. Evidências Empíricas sobre a Economia Solidária no Brasil.....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO – MODELO ECONOMETRICO .....</b>	<b>144</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas têm crescido no Brasil os movimentos sociais e as políticas públicas que visam desenvolver um modo alternativo, não assalariado, das pessoas trabalharem para garantir sua subsistência e melhorar sua condição de vida. Entre esses movimentos, destaca-se a Economia Solidária, que tem por princípio a unidade entre trabalho cooperativo e a propriedade coletiva dos meios de produção. Ela visa priorizar a solidariedade à competição, a preservação dos postos de trabalho como primazia à lucratividade, e a distribuição dos resultados do trabalho entre os produtores diretos.

O movimento segue uma tendência mundial de reação popular aos problemas causados pelo modo de produção capitalista como: a concentração de renda, o aumento do desemprego estrutural, o crescimento da violência e da marginalidade social, o consumismo exagerado e a maximização do lucro que provocam a poluição e a exaustão dos recursos naturais, destroem os ecossistemas locais e muda o clima global.

Os trabalhadores que aderem à economia solidária se unem em redes e/ou cooperativas de produção e comercialização, nas quais eles são proprietários ou sócios dos negócios, em vez de buscar emprego assalariado numa empresa capitalista. A cooperação entre os trabalhadores visa minimizar as dificuldades presentes no trabalho autônomo individual, e ampliar a possibilidade das atividades sobreviverem frente à competição com as empresas que se utilizam da exploração do trabalho assalariado.

A conjuntura econômica recente estimula a busca de formas alternativas de trabalho. Nas últimas quatro décadas houve uma sucessão de crises de gravidade considerável: a do petróleo nos anos 1970; da dívida externa dos países em desenvolvimento nos anos 1980; do socialismo real na virada dos anos 1980 para os anos 1990; do México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil e Argentina no período de 1994 a 2002; e em agosto de 2008 foi detonada uma das mais graves crises mundiais a partir da falência de bancos nos EUA. Estes são momentos que tornam as deficiências do sistema capitalistas mais evidentes. Além disso, a aceleração da inovação tecnológica vem limitando cada vez mais o aumento das taxas de emprego nas fases de crescimento econômico. Tais fatos ampliam a desesperança em parte da população, de encontrar um espaço de inserção no mercado de trabalho nos moldes tradicionais, ou seja, como empregado ou empregador.

No Brasil a situação não é diferente da maioria dos países. Esse quadro vem reforçar a necessidade de criar mecanismos inovadores de geração de trabalho e renda que possam ultrapassar a lógica do mercado tradicional, que se demonstra insuficiente na tarefa de

inclusão produtiva de uma considerável parcela da sociedade.

O desemprego é não só um grave problema social, também é um desperdício de recursos. Segundo a “lei da escassez” mesmo que todos os recursos disponíveis fossem utilizados, eles seriam insuficientes para atender a necessidades da população. Além disso, nas empresas capitalistas os assalariados sempre são explorados, e nos países subdesenvolvidos, muitos trabalhadores não conseguem sair da pobreza mesmo quando estão empregados, enquanto os excluídos permanentemente do mercado de trabalho se tornam miseráveis.

As organizações da sociedade civil ligadas às atividades de assistência social ou de defesa dos direitos dos trabalhadores marginalizados, como as entidades ligadas às igrejas e aos sindicatos, foram as primeiras a apoiar e incentivar as iniciativas dos trabalhadores que buscaram trabalhar por conta própria ou em cooperativas populares como saídas para o desemprego. Posteriormente, as universidades e órgãos de governo nas esferas municipal, estadual e federal, passaram a apoiar o esforço de desenvolvimento das atividades econômicas que se enquadram no perfil chamado de economia solidária.

Iniciativas que visam solucionar ou minimizar estes problemas devem ser objeto de estudo das ciências sociais, principalmente da ciência econômica. Embora a economia solidária venha despertando atenção crescente de trabalhadores, de militantes da sociedade civil organizada e de agentes políticos no setor público, ainda encontra-se poucos pesquisadores econômicos interessados neste tema, principalmente entre aqueles que têm uma orientação teórica neoclássica. O volume de estudos sobre economia solidária é pequeno, perto da grandiosidade de obras que estudam a economia capitalista nos seus aspectos micro e macroeconômicos.

A presente pesquisa discute as formas recentes de economia solidária, em consonância com o contexto histórico-econômico atual e realiza uma breve revisão histórica sobre os fenômenos e experiências que condicionaram sua origem e evolução, internacionalmente e no Brasil. Da mesma forma, a análise descritiva é delimitada às políticas de fomento e aos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

A formulação do problema de pesquisa questiona se há correlação entre as políticas públicas e privadas de apoio aos empreendimentos de economia solidária e a existência deles nos municípios brasileiros, e se tais políticas contribuem para o desenvolvimento local?

O objetivo geral da dissertação é estudar as políticas de fomento à economia solidária desenvolvidas por órgãos públicos e entidades sociais privadas, e as potenciais

contribuições que essas políticas podem proporcionar ao desenvolvimento local. Os objetivos específicos são: identificar as motivações e as condições sócio-econômicas para o surgimento e desenvolvimento da economia solidária, e descrever as tipologias e características das principais experiências de economia solidária do Brasil; verificar os principais problemas, as potencialidades e possíveis soluções apoiadas na teoria econômica e/ou na experiência de casos concretos encontrados na literatura, de modo a identificar os determinantes do sucesso ou fracasso dos empreendimentos de economia solidária; apresentar as principais políticas públicas e privadas para fomentar o desenvolvimento da economia solidária; discutir as possíveis contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local; e, mensurar a partir de análise econométrica a sensibilidade da correlação entre a existência de empreendimentos de economia solidária nos municípios do Brasil às políticas públicas e privadas de inclusão produtiva.

O presente trabalho está estruturado em seis partes, incluindo a introdução. O primeiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos, destacando a classificação, a amplitude, os métodos e as técnicas de pesquisa, os referenciais teórico-metodológicos e modelo econométrico utilizados no trabalho. O segundo capítulo utiliza o método do materialismo histórico-dialético de Marx, para analisar os motivos que provocaram o surgimento e condicionantes da evolução da economia solidária. O terceiro capítulo analisa os principais problemas relacionados ao funcionamento dos empreendimentos de economia solidária - a construção de uma administração autogestionária, a organização de redes de apoio e de comercialização, o financiamento dos empreendimentos, a qualificação profissional dos trabalhadores solidários e o desenvolvimento de tecnologias sociais, esses tópicos são analisados a luz de instrumentais teóricos marxistas, evolucionários neoschumpeterianos e institucionalistas.

O quarto capítulo realiza uma descrição da economia solidária no Brasil tendo como base as informações disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Neste capítulo discutem-se as políticas de fomento à economia solidária desenvolvida pela SENAES e outras entidades públicas e privadas. O estudo econométrico visa verificar a contribuição das políticas públicas e privadas desenvolvidas respectivamente por órgãos governamentais e por organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino superior (IES), Sistema S (Sebrae, Sescap, etc.), sindicatos, e outros, para o surgimento de empreendimentos solidários no Brasil. Ao final, concluí-se que a economia solidária ocupa um papel marginal na economia capitalista brasileira, que surgiu e tem

crescido a partir da organização dos movimentos populares para encontrar uma alternativa ao desemprego ou para melhorar a renda de trabalhadores autônomos, artesãos e pequenos produtores rurais; mas ela vem sendo ampliada com o apoio do Estado, e pode vir a se constituir em importante contribuição para a inclusão produtiva e social da população mais pobre.



## 1. METODOLOGIA

A metodologia utilizada deste trabalho é apresentada no presente capítulo destacando os seguintes elementos: a classificação do conteúdo e a amplitude da pesquisa; os métodos e as técnicas de pesquisa; o modelo de regressão utilizado na análise econométrica para verificar a correlação entre o apoio de políticas de fomento e a existência de empreendimentos de economia solidária e, por fim, um quadro com a articulação entre as questões de pesquisa, objetivos específicos e resultados esperados.

### 1.1. Classificação da pesquisa

Segundo Munhoz (1989) as pesquisas econômicas podem ser classificadas segundo o conteúdo ou a amplitude. No aspecto do conteúdo elas se subdividem em pesquisas teóricas ou aplicadas. E quanto à amplitude são três possibilidades de estudos: exploratórios, descritivos ou experimentais.

Quanto ao conteúdo a presente dissertação enquadra-se como pesquisa aplicada, pois envolve a:

- a) Utilização de desenvolvimentos teóricos para estudos empíricos sobre a realidade observada; e
- b) Análise de dados da realidade, em função de cujo comportamento seria possível a formalização de modelos teóricos (MUNHOZ, 1989, pg. 30).

O estudo se classifica como exploratório e descritivo. Segundo Munhoz (1989) e Cooper e Schindler (2003), o estudo exploratório busca diagnosticar um problema, fazendo-o de forma mais precisa e ao definir *etapas preliminares de investigação procura* conhecer o campo de estudo e pode abrir espaço para outras pesquisas com o objetivo de formular “leis” que regulam comportamentos sociais. Este tipo de estudo é útil porque os pesquisadores não têm uma idéia clara dos problemas que vão enfrentar, sendo o problema comum quando a área de investigação é muito nova ou muito vaga. Para Munhoz (1989), os estudos exploratórios podem ser desenvolvidos a partir de estudos teóricos existentes ou de outras investigações disponíveis, além do levantamento de informações de campo, a qual pode ser compreendida, entre outros meios, com a pesquisa de documentações e com a própria observação da realidade pelo autor da pesquisa.

Segundo Munhoz (1989, pg. 32) “os estudos descritivos realizados no campo da economia permitem a análise e a interpretação da realidade”, permitindo conhecer o

comportamento das variáveis relacionadas ao objeto de estudo, sem necessariamente analisar as causas e efeitos, mas permitem visualizar um campo mais amplo de observações.

Para Cooper e Schindler (2003) os estudos descritivos têm como finalidade atender a três objetivos de pesquisa: descrever fenômenos ou características associadas à população-alvo, estimar as proporções da população que possuem tais características e descobrir associações entre as diferentes variáveis. O estudo descritivo realizado neste trabalho contempla as três finalidades. O levantamento bibliográfico realizado na elaboração do projeto que resultou na presente dissertação, não identificou nenhum estudo focando a temática de economia solidária ao nível do Brasil, utilizando a base de dados do SIES e com a adoção de métodos econométricos para verificar a influência de fatores como as políticas públicas e privadas de fomento à economia solidária.

## **1.2. Métodos e técnicas de pesquisa utilizadas**

Para a realização do presente trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica, baseada em livros, artigos científicos, teses, dissertações e monografias de conclusão de curso tendo como intuito principal realizar uma revisão da literatura sobre os tópicos abordados na dissertação, a qual foi alvo de análise crítica tendo como base o referencial teórico-metodológico da ciência econômica. A pesquisa bibliográfica também foi importante fonte secundária de dados e informações.

A pesquisa documental permitiu o levantamento de documentos, leis e estatísticas oficiais de órgãos públicos de fomento da economia solidária, materiais de divulgação de empreendimentos de economia solidária, relatórios e resoluções de fóruns de economia solidária, entre outros. Por meio dela foi construída foram obtidas as informações para a análise descritiva das evidências empíricas da economia solidária no Brasil. Segundo Pinto e Guazzelli (2008), além de ser importante fonte de informações, eles podem ser considerados um objeto de investigação.

## **1.3. Base de dados**

As informações utilizadas para descrever a realidade da economia solidária no Brasil, foram coletadas via internet na página do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), disponibilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados são referentes ao

mapeamento realizado pelo SIES para consolidação do Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2007, por meio de questionário respondido por todos os empreendimentos de economia solidária (EES) cadastrados pela SENAES. Todos os dados são apresentados na forma de número de EES, para cada informação sobre as características dos empreendimentos como: data de criação do EES, formas de organização (associações, cooperativas, grupos informais, outros), atividades executadas, bens e serviços produzidos, locais de venda dos produtos, faturamento médio mensal, remuneração média mensal dos sócios (as) trabalhadores (as), tipo e fonte de apoios recebidos, etc. O SIES disponibiliza os dados em tabelas (HTML, CSV e Tabwin) geradas automaticamente a partir da seleção feita pelo usuário, e podem ser agregados por municípios, microrregiões, mesorregiões, unidades da federação, regiões administrativas (sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste) e para o Brasil. Na análise descritiva das evidências empíricas da economia solidária, os dados estão agregados para o Brasil. Para a análise de correlação entre o apoio fornecido (por órgãos públicos e entidades privadas) e a existência de empreendimentos solidários nas cidades brasileiras, foi gerada uma tabela com os dados de todos os municípios do Brasil onde há presença de EES.

#### **1.4. Modelo econométrico**

A partir da base de dados do Atlas da Economia Solidária 2007, obtidos por meio do SIES, realizou-se a análise econométrica através de um modelo regressão *cross-section*, utilizando Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para testar a hipótese de que o surgimento e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária está correlacionado ao apoio proporcionado pelas políticas de inclusão produtiva do setor público federal estadual e municipal, de organizações não governamentais (Associações, OSCIPs, igrejas, etc.), do Sistema S (Sescoop, Sebrae, Sescap, Senar, Senai, Senac, etc), instituições de ensino superior (os dados do SIES não distinguem as universidades e incubadoras universitárias públicas e privadas), sindicatos de trabalhadores e centrais sindicais, e outras entidades privadas não discriminadas pelo SIES.

No modelo de regressão linear múltipla foi considerada como variável dependente o número de EES por municípios do Brasil, indicado por ( $Y$ ). Como variáveis explicativas os seguintes itens: número de EES que receberam apoio de órgãos de governo nas três esferas ( $ApGov$ ), de ONGs ( $ApONG$ ), do Sistema S ( $ApSisS$ ), de IES ( $ApIES$ ), do movimento sindical ( $ApMovSin$ ), de outras entidades ( $ApOut$ ). A função estimada a partir destas variáveis é:

$$N^{\circ} de EES = \beta_0 + \beta_3 ApSisS\beta_1 + \beta_2 + ApONG ApGov + \beta_4 ApIES + \beta_5 ApMovSin + \beta_6 ApOut + u_i \quad (1)$$

Adicionalmente são realizados os seguintes testes para verificar a consistência da dos resultados da regressão. A descrição metodológica do modelo de regressão e dos testes realizados encontra-se no anexo desta dissertação.

### **1.5. Articulação entre Questões de Pesquisa, Objetivos Específicos e Resultados Esperados**

O Quadro 1 apresenta de modo resumido a articulação entre as questões de pesquisa, os objetivos específicos a elas correspondentes, os conceitos chaves utilizados em cada capítulo, os resultados esperados e as principais referências bibliográficas utilizadas.

Questões de Pesquisa	Objetivos Específicos Correspondentes	Conceitos Chaves	Autores	Resultados Esperados	Capítulo
Qual a origem da economia solidária? Qual é seu objetivo? Quais são seus princípios? Quais os principais tipos de EES?	Identificar as motivações e condições sócio-econômicas que condicionaram surgimento e desenvolvimento da economia solidária. Descrever tipologias e características das principais experiências de economia solidária do Brasil e do exterior	Modo de produção capitalista, precarização do trabalho, economia solidária, estrutura de governança	Arruda (2003), Carcanholo (1998), Cattani (2003), Denis (2000), Fernandes (1992, 2000), Hugon (1995), Magalhães (2006), Mance (1999), Marx (1983), Marx; Engels (1982b), Pochmann (2001), Santos (2002), Singer (1998b, 2002) Singer; Souza, (2003), Vieira (2005)	A economia solidária surge com reação dos trabalhadores a problemas causados pelo modo de produção capitalista como desemprego, precarização das condições de trabalho, assimetria nas relações sociais de produção, externalidades negativas (poluição), etc. A forma mais comum de economia solidária é a união de produtores independentes em redes de comercialização e cooperativas de trabalhadores (empresas falidas, assentamentos rurais, reciclagem de lixo, produção artesanal, etc.).	2
Quais os determinantes do sucesso e do fracasso do EES?	Verificar as potencialidades, os principais problemas e possíveis soluções encontradas na teoria econômica e em casos concretos apresentados na literatura, de modo a identificar os determinantes do sucesso ou fracasso dos EES.	Autogestão, qualificação profissional, tecnologia social, microcrédito, comércio justo, sustentabilidade sócio-ambiental, competitividade e concorrência	Britto (2002), Culti (2006), Cunha (2002), Dagnino (2004), Gaiger (2003), ITS (2004), Mance (1999, 2002), Marx (1983), Marx; Engels (1982b), Metello (2007), Milanez (2003), Queiroz (2006), Sen (2001), Singer (2003), Shima (2006), Yunus; Jolis (2000), Santos (2002),	Problemas enfrentados são: baixa qualificação profissional, inacessibilidade ao crédito, ausência de cultura de autogestão cooperativa, insuficiência de políticas públicas de fomentos à micro empreendimentos, baixa escala de produção, concorrência com empresa capitalista. As melhores soluções para os problemas levantados são a disseminação do microcrédito, o apoio das universidades e institutos de pesquisa públicos no desenvolvimento de uma nova tecnologia social voltada para micro empreendimentos, e na capacitação produtiva e gerencial dos trabalhadores solidários	3
Quais políticas de apoio e fomento são necessárias para o desenvolvimento da economia solidária? Quais os limites da política de inclusão produtiva e da política assistencialista?	Descrever as principais políticas públicas e de entidades privadas realizadas no Brasil, para fomentar o desenvolvimento da economia solidária. Verificar via análise econométrica a contribuição do apoio de diferentes instituições para o surgimento e desenvolvimento da economia solidária nos municípios brasileiros.	Políticas públicas, inclusão social, assistencialismo	Albuquerque (2003), Arroyo; Schuch (2006), Barbosa (2007), Bitelman (2008), Cunha (2002), Gaiger (2009), Mance (1999), MTE/SENAES (2010), Primavera (2003), Singer (2002, 2003, 2004, 2008), Singer; Souza (2003), Schwengber (2005), Tauile (2002),	Falta de integração entre políticas públicas de incubação e fomento à economia solidária existentes, entre si, e com demais políticas públicas. Necessidade de uma política pública integrada com participação conjunta das três esferas de governo (união, estados e municípios) para dar conta de problemas gerais e questões locais; necessidade de integrar as políticas públicas de economia solidária nas diversas áreas de governo: fiscal, trabalho, comércio e indústria, agricultura, turismo e lazer, educação, comércio exterior.	4
Qual o papel que a economia solidária pode ter para o desenvolvimento local? Como articular as atividades dos diversos EES entre si, e com o restante da economia local?	Discutir possíveis contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local	Desenvolvimento Local e Regional, desenvolvimento endógeno, economia de aglomeração, globalização,	Brandão (2007), Conti (2005), Coraggio (2005), Mateus; Mateus (2002), Melo (2002), Silva (2006), Singer (1998), Tauile (2002), Vasconcelos (2007),	A maioria dos EES produz bens e presta serviços voltados para atender a demanda dos consumidores locais. Os EES vendem e compram não apenas de outros trabalhadores e empreendimentos da economia solidária, mas também do mercado capitalista. São mais viáveis os EES que atuam na produção de bens e serviços diferenciados, intensivos em mão de obra e baixo investimento em capital como: agricultura orgânica e extrativismo vegetal sustentável, beneficiamento e industrialização de alimentos, artesanato, vestuário, calçados, etc.	4

**Quadro 1: Articulação entre Questões de Pesquisa, Objetivos Específicos e Resultados Esperados**

## **2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS**

O presente capítulo discute as motivações para o desenvolvimento da economia solidária. Sua origem deve-se às contradições do modo de produção capitalista, em particular o crescimento da pobreza e da miséria como corolário da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico. Tais contradições têm incitado trabalhadores e intelectuais a buscar de formas alternativas de produção baseadas na cooperação e solidariedade, em objeção ao trabalho assalariado e a competição nas empresas capitalistas. Esse movimento se inicia na primeira metade do século XIX após a revolução industrial quando o desemprego tornou-se um problema crônico, sofre uma retração ao longo do século XX em função das experiências revolucionárias socialistas e do desenvolvimento do estado do bem estar social nas economias capitalistas. Porém, a economia solidária volta a ter mais adeptos após as crises dos anos de 1970 e 80, o fim das experiências de socialismo real no leste europeu e a generalização das políticas neoliberais.

O capítulo está dividido em quatro subitens. O primeiro analisa as características particulares do modo de produção capitalista e suas conseqüências como o desemprego, e mostra como a reestruturação produtiva internacional do capital e o neoliberalismo intensificou a precarização da força de trabalho. O segundo subitem mostra a origem da economia solidária realizada no início do século XIX pelos chamados socialistas utópicos, bem como a crítica a estes pensadores e a defesa do socialismo científico feita por Marx e Engels, e conclui com os problemas enfrentados pelo socialismo real. O terceiro subitem apresenta o renascimento da economia solidária no período recente e discute a amplitude das relações sociais de produção deste tipo de atividade econômica. O quarto subcapítulo descreve os diversos tipos de economia solidária e os princípios que devem ser adotados segundo seus defensores.

### **2.1. Economia Capitalista: Reestruturação produtiva, precarização do trabalho, neoliberalismo e reação dos movimentos sociais**

A economia solidária surge como uma resposta alternativa às contradições do modo de produção capitalista, em especial a separação dos trabalhadores dos meios de produção e as conseqüências deste fato, como a submissão à exploração do trabalho assalariado, o desemprego, etc. Para Singer (2004a), essa reação dos trabalhadores surgiu no início da revolução industrial impulsionada pelas injustiças geradas pelo capitalismo, e continua até hoje.

Segundo Marx (1983, V.I, T.II), uma das características específicas do modo de produção capitalista é a permanente existência de um exército industrial de reserva (superpopulação relativa), ou seja, de trabalhadores desempregados ou subempregados. Este fenômeno pode ser maior ou menor, porém uma economia capitalista não pode alcançar o pleno emprego devido a quatro causas, que serão discutidas a seguir.

Primeiro, em uma economia capitalista pura<sup>1</sup>, os trabalhadores não possuem meios de produção para garantir a sua subsistência com trabalho autônomo, por isso são obrigados a procurar emprego nas empresas dos capitalistas, sem garantia alguma de que conseguirão. Isso foi resultado do processo chamado por Marx de “acumulação primitiva do capital” (MARX, 1983, V.I, T. 2).

Segundo, os capitalistas estão sempre buscando diminuir seus custos de produção e obter lucros extraordinários. Para isso, precisam ampliar a produtividade por meio do aprimoramento dos métodos de organização do trabalho e da criação de novas máquinas, ferramentas e matérias-primas. A economia de força de trabalho e, conseqüentemente, o desemprego, aparece como meio ou como conseqüência desta busca incessante por maiores lucros (MARX, 1983, V.I, T. 2).

Terceiro, o processo de acumulação é desigual. Salvo nas exceções, as empresas que conseguem melhores resultados na busca de lucros extraordinários são as empresas que possuem maior volume de capital em relação às suas concorrentes, porque os investimentos para elevar a produtividade do trabalho e para criar ou aperfeiçoar produtos, geralmente são caros e exigem maior escala de produção. Por isso, a tendência é que as empresas mais ricas acumulem capital em volume maior que suas concorrentes menores, aumentando a concentração de capital. As empresas que não conseguem acompanhar o ritmo de progresso na produtividade do trabalho acabam falindo ou são compradas pelas maiores, levando a centralização de capital. Ou seja, a concorrência capitalista produz a monopolização do mercado em torno de grandes empresas. O resultado de todo este processo é que a escala mínima de produção eficiente tende a crescer, aumentam as economias de escala, e isso também poupa mão-de-obra (MARX, 1983, V.I, T. 2).

Quarto, a elevação da composição orgânica do capital (proporção entre o valor dos meios de produção e o valor da força de trabalho – capital constante/capital variável) é tanto causa como conseqüência da busca pelo incremento da produtividade (MARX, 1983, V.I, T. 2). A elevação da composição orgânica do capital é a causa da

---

<sup>1</sup> Considera-se uma economia capitalista pura aquela que possui apenas duas classes sociais, os capitalistas (proprietários dos meios de produção) e os proletários (proprietários apenas da sua própria força de trabalho).

tendência decrescente da taxa de lucro<sup>2</sup>. Até certo ponto, a queda da taxa geral de lucro é compensada pelo aumento da massa total de lucro, gerada pelo aumento da produção e das vendas. Porém, a taxa de lucro acaba atingindo um limite mínimo, a partir do qual uma nova acumulação de capital faz a massa total de lucro cair em vez de aumentar. Essa situação é denominada superacumulação de capital. Quando ela acontece, inicia-se uma crise geral, seguida pela queda nos investimentos, que reduz a produção e os empregos. Primeiro, nos setores que produzem meios de produção, depois nos setores que produzem meios de subsistência para os trabalhadores e bens de luxo para os capitalistas (MARX, 1983, V.III, T. 1).

Durante as crises o desemprego é ampliado. Entretanto, as crises também criam as condições necessárias para a retomada do crescimento econômico, já que em seu processo, há a destruição do capital excedente e obsoleto, ocorre elevação da taxa de mais-valia pela queda dos salários, e há uma redução da composição orgânica do capital pela diminuição do preço dos meios de produção. Essas são as condições necessárias para que a taxa de lucro atinja novamente patamares elevados, estimulando o retorno dos investimentos, com eles a economia volta a crescer, e a taxa de desemprego volta à normalidade. (MARX, 1983, V.III, T. 1).

As três primeiras causas são estruturais, inerentes ao processo de acumulação de capital, que não só reproduz o capital em escala ampliada, mas também reproduz a força de trabalho numa proporção sempre maior do que o capital é capaz de absorver. A quarta causa é conjuntural, e é a principal responsável pela flutuação das taxas de desemprego. No conjunto, essas quatro causas fazem com que a oferta de força de trabalho seja sempre maior que a demanda.

Marx relata que há quatro formas de existência da superpopulação relativa:

- a) Flutuante, resultado da rotatividade da mão de obra e da influência dos ciclos econômicos;
- b) Latente, que é caracterizada pela utilização de mão-de-obra de baixa qualificação em processos de trabalho relativamente arcaicos, mas que podem ser rapidamente modernizados liberando mão-de-obra para a indústria moderna<sup>3</sup>;
- c) Estagnada, composta, sobretudo, por trabalhadores de “ocupação completamente irregular” (informal), e pelo “trabalho domiciliar”;
- e, finalmente d) O conjunto representado pela camada da superpopulação relativa

---

<sup>2</sup>Uma análise da lei marxista da tendência decrescente da taxa de lucro e de como ela determina as crises cíclicas de superprodução pode ser encontrada em Pitaguari e Lima (2005).

<sup>3</sup>Um bom exemplo nos dias atuais é uso do corte de cana manual que pode ser substituído pelo corte mecanizado nas seguintes hipóteses: a) Se uma futura tendência de escassez de força de trabalho vier a elevar demasiadamente o salário dos trabalhadores; b) Ou, pior que isso, se o custo das máquinas e dos combustíveis utilizados cair tanto que torne mais vantajoso seu uso, mesmo com baixos salários para os cortadores de cana.



que cai no pauperismo, que inclui: i) trabalhadores aptos ao trabalho; ii) órfãos e crianças indigentes; iii) degradados, maltrapilhos, e incapacitados para o trabalho (mendigos, incapazes, mutilados, doentes e velhos). Marx abstraiu desta lista o lumpemproletariado: “vagabundos, delinqüentes, prostitutas” (MARX, 1983, V.I, T. 2, pg. 206-209).

A crítica de Marx é ainda mais aguda contra a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Conforme o autor, o lucro provém do trabalho excedente, ou seja, do tempo de trabalho além daquele necessário para garantir a subsistência dos trabalhadores, esse trabalho extra não pago aos trabalhadores (mais-valia), é apropriado pelos capitalistas (MARX, 1983, V.I, T. 1). Juntamente com as causas do desemprego, essa é a principal causa da acumulação de riqueza de um lado, e da acumulação de pobreza e miséria por outro lado, nas economias capitalistas.

Os economistas políticos clássicos, e os economistas neoclássicos influenciados pela Lei de Say, defendiam a tese de que em uma economia de mercado perfeitamente competitiva, só haveria desemprego voluntário e friccional. Segundo aqueles economistas, toda oferta geraria sua própria procura, por isso o mercado sempre se equilibraria no nível de pleno emprego, ou do produto potencial. Eles acreditavam que as crises, quando aconteciam, eram causadas por fatores extra-econômicos, como intervenções indevidas no mecanismo de flutuação de preços (greves de trabalhadores, cartelização do mercado, intervenção governamental), catástrofes naturais, crises políticas, e guerras. Em condições normais a lei da oferta e da procura, trataria de alocar eficientemente os fatores de produção no nível de emprego (BRUE, 2005).

Muito embora tenha uma origem neoclássica, segundo destacam Lima e Pitaguari (2005), Keynes reconheceu que as crises cíclicas são próprias da dinâmica interna do capitalismo. Inicialmente, ele rejeitou a tese de desemprego voluntário, reconheceu que os trabalhadores sempre ofertam trabalho, e afirmou que os trabalhadores costumam resistir à baixa nominal do seu salário, mas têm pouca força para impedir uma redução real dos salários devido à alta dos preços. Também verificou que o nível de emprego varia mesmo quando o salário real fica constante e que a principal causa determinante do nível de emprego no curto prazo é a demanda efetiva, e esta depende, sobretudo, do nível de investimento agregado, que por sua vez, depende da comparação feita pelos capitalistas, entre a taxa de retorno esperada (eficiência marginal do capital) e a taxa de juros. Se a taxa de retorno esperado for maior que a taxa de juros, haverá um bom nível de investimento e isso eleva o nível de emprego, produto e renda, caso contrário, a tendência é de recessão ou crise (KEYNES, 1983).

Para Keynes (1983), a propensão marginal a consumir decresce à medida que cresce a renda, impondo limites cada vez menor à demanda efetiva e à eficiência marginal do capital. Por isso, Keynes e seus seguidores propuseram uma série de políticas macroeconômicas tidas como necessárias para sustentar a demanda efetiva quando necessário, para evitar ou amenizar as crises cíclicas e o desemprego. O contrário deveria ser feito em momentos de superaquecimento da economia, quando o nível de emprego estivesse acima do normal provocando inflação.

A análise das falhas de mercado conduz os discípulos Keynes a proporem reformas na economia capitalista, enquanto os marxistas fazem uma crítica radical e propõe uma revolução socialista. Porém, eles não foram os primeiros críticos do capitalismo, antes deles um conjunto de pensadores reformistas já faziam críticas e proponham alternativas a este sistema econômico e ficaram conhecidos como socialistas utópicos, como será apresentado na seção 2.2.

O quadro sócio-econômico das três últimas décadas (1980-2010) caracteriza-se pela intensificação do processo de reestruturação produtiva internacional do capital, chamada de globalização, cujas forças econômicas interagem e se desenvolvem de forma cada vez mais dinâmica, e provocando efeitos divergentes, favoráveis e maléficos, entre os vários agentes econômicos e sociais espalhados pelo mundo. O redesenho do mapa político mundial, iniciado com a reestruturação produtiva e dado seqüência com as reformas neoliberais, derrubou fronteiras e facilitou o trânsito de mercadorias, informações, conhecimentos e ideologias. As empresas multinacionais ampliaram seus impérios, impulsionadas pelas inovações contínuas e pelos capitais supostamente “sem pátria” que circulam livremente ao redor do globo. Esses capitais tornam-se cada vez mais interdependentes, e as nações mais necessitadas deles. Essa nova ordem econômica e social desponta como a principal alavanca de riqueza dos grandes conglomerados econômicos, mas contraditoriamente, aprofunda a concentração e centralização de capital, e amplia as desigualdades, as injustiças e a exclusão social. O resultado da reestruturação produtiva internacional do capital e da política neoliberal foi a diminuição das taxas de crescimento econômico nas últimas três décadas e uma significativa piora dos níveis de desemprego (MAGALHÃES, 2006).

Segundo Pochman (2001), a reestruturação produtiva do capital é baseada na incorporação da automação microeletrônica no processo de trabalho, e na superação do rígido modelo taylorista e fordista de organização e de divisão do trabalho, por um modelo

mais flexível chamado de toyotista<sup>4</sup>. As mudanças na produção tiveram início no final da década de 50 no Japão, e lentamente foram se espalhando para o mundo. Elas permitiram que as empresas aumentassem a economia de trabalho, e elevaram em muito a escala mínima de eficiência produtiva. Isso contribuiu com a aceleração do processo de internacionalização de capital agravando, assim, o problema do desemprego e da exclusão social em escala mundial, principalmente nas nações menos desenvolvidas, ainda que algumas nações em desenvolvimento tenham se beneficiado deste processo.

A concentração regional da renda em torno de pólos modernos e a concentração da pobreza e miséria nos outros pólos pioraram, por isso, dentro de um mesmo país ou no planeta, pode-se verificar a melhoria das condições de vida de algumas regiões e a piora de outras.<sup>5</sup> Na África, há países onde a exclusão do mercado de trabalho formal capitalista se dá quase que por inteiro (POCHMANN, 2001). Pensamento semelhante tem Souza Santos (2000), para ele a globalização causou aumento exponencial da polarização entre ricos e pobres - não apenas entre países ricos e pobres, mas entre pobres e ricos de cada país.

Do ponto de vista político, o cenário que se apresenta atualmente tem sua origem na década de 1970, com uma diminuição progressiva da atuação dos governos nacionais, tanto nas questões econômicas, quanto na esfera social. Os Estados do Bem-Estar Social se fragilizaram diante das crescentes demandas econômicas e sociais das populações, sem contrapartida orçamentária equivalente, resultando em déficits públicos crescentes e de difícil administração. Como reflexo desses desequilíbrios, alguns Estados substituíram o modelo previdenciário por medidas liberalizantes, deixando para as leis de mercado a responsabilidade de harmonizar a sociedade e a economia. A crise do chamado socialismo real<sup>6</sup>, fez com que o socialismo deixasse de ser visto como uma ameaça, resultando no retrocesso dos benefícios sociais conquistados pelos trabalhadores nos países capitalistas, que deixaram de necessitar de mecanismos de bloqueio aos possíveis avanços do socialismo soviético sobre o ocidente (SINGER, 2002).

Todo esse conjunto de problemas aliado à forte crise da economia nos anos de 1970 e 1980 favoreceu o aparecimento da corrente neoliberal. O neoliberalismo resultou da

---

<sup>4</sup> Um estudo detalhado do modelo de organização flexível do trabalho e das suas conseqüências foi realizado por Benjamim Coriat (1994).

<sup>5</sup> Um caso emblemático é do México, que fez evoluir as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) ao norte, ao mesmo tempo excluiu grandes áreas do sul, incentivando a ocupação da guerrilha zapatista (POCHMANN, 2001).

<sup>6</sup> Entende-se por socialismo real, as diferentes experiências históricas de construção de sociedades socialistas de tipo soviético do século XX, ver Fernandes (2000).

crise fiscal do Estado que, cada vez mais inchado e burocrático, tornou-se incapaz de atender às demandas da sociedade de forma efetiva e sustentável. Se por um lado as pessoas pressionam por mais bem-estar social, segurança, aposentadoria, pensões, por outro elas não estão dispostas a pagar para que isso se realize. Os indivíduos se tornaram mais sensíveis e menos propensos ao pagamento de impostos a partir da década de 1970 (XAVIER, 1996).

A crise do Estado do Bem-Estar Social facilitou a adoção da política neoliberal apoiada em propostas como: flexibilização do mercado de trabalho e diminuição do poder do movimento sindical; redução drástica dos gastos sociais do Estado; rigoroso controle da emissão de moeda; privatização dos meios de produção e das empresas estatais; minimização da atuação do Estado e não intervenção na economia; desregulamentação e autorregulação do mercado privado; liberalização dos fluxos internacionais de capitais e mercadorias. Procedeu-se, ainda, uma forte pressão para a diminuição de impostos em todas as áreas, principalmente de contribuições sociais ou daqueles que sobrecarregavam as camadas mais ricas. Tudo isso exigiu uma severa disciplina orçamentária e o término da política keynesiana de pleno emprego. Segundo Carcanholo (1998), Friedman foi um dos precursores e impulsionadores dessa doutrina econômica e um dos que mais contribuiriam para o seu arcabouço teórico, fortalecido com a premiação do Nobel de Economia em 1976.<sup>7</sup>

Cronologicamente a primeira experiência neoliberal foi colocada em prática no Chile por Pinochet, a partir do golpe militar de 1973, quando criou-se um programa de desregulamentação da economia, privatização de bens públicos, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e desemprego em massa. No governo britânico de Margaret Thatcher, na década de 1980, houve redução e controle rígido da emissão monetária, elevação das taxas de juros, redução dos impostos sobre os altos rendimentos, abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, corte nos níveis de emprego, extinção dos movimentos grevistas e imposição de uma nova legislação anti-sindical, além de diminuição severa nos gastos sociais (CARCANHOLO, 1998). Lançou-se, ainda, um amplo programa de privatizações, começando por habitações públicas e passando-se em seguida à indústria básica

---

<sup>7</sup> Suas principais idéias influenciaram governos do mundo inteiro, destacando-se as seguintes prerrogativas em seu pensamento: a liberdade individual deverá ser a finalidade das organizações sociais; o mercado deverá ser o único agente regulador, que com taxas de câmbio totalmente flexíveis determinadas pelo livre jogo das forças econômicas, tenderá ao equilíbrio; a interferência na liberdade de mercado será considerada coercitiva e logo, abusiva; os monopólios e trusts que limitam o desenvolvimento sadio do mercado devem ser evitados; os programas de seguridade social e habitação devem acabar, sendo conduzidos pela iniciativa privada; não deverá haver controle sobre aluguéis e salários; os governos deverão sair da atividade econômica via privatizações; os impostos, que deverão recair sobre os gastos, serão reduzidos, já que não deverão onerar a produção e com um Estado diminuto não serão necessários orçamentos públicos tão elevados; os subsídios de qualquer natureza devem ser eliminados e deve ser restringida ao máximo a atuação dos sindicatos.

como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas foi o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995).

Para Anderson (1995), o neoliberalismo norte-americano foi bem distinto dos demais, já que nos Estados Unidos não existia um Estado de Bem-Estar Social do tipo europeu. O presidente Ronald Reagan dos EUA concebeu a política neoliberal como estratégia para quebrar a economia soviética e, por essa via, derrubar o regime comunista na URSS. Com a vitória da guerra fria pelos Estados Unidos, e a reintrodução do capitalismo no Leste Europeu e na União Soviética no período de 1989 a 1991, o neoliberalismo tomou posse de toda aquela região. Posteriormente, numa terceira onda, invadiu a América Latina de maneira generalizada, com a eleição de presidentes neoliberais: Salinas no México (1988), Menem na Argentina (1989), Andrés Pérez na Venezuela (1989), Fujimori no Peru (1990) e Fernando Collor (1990) e Fernando Henrique Cardoso (1994) no Brasil.

A chamada reorganização da economia global, formalizada no Consenso de Washington em 1990, gerou o crescimento de enclaves compostos por uma reduzida classe de capitalistas transnacionais, vinculados às multinacionais e aos bancos estrangeiros. Na agricultura, houve um crescimento dos exportadores ligados ao *agronegócio*, enquanto a renda dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais sem-terra diminuiu consideravelmente. Na indústria significou o desemprego em grande escala, e o crescimento de empregos temporários e da informalidade. A introdução de novas tecnologias – informatização, robótica, eletrônica digital – agravou a exploração e facilitou as redes de comunicação que conectaram as classes dominantes, gerando uma nação corporativa virtual, acima dos Estados nacionais, movida por um único e superior objetivo, remunerar com lucros exacerbados o capital internacional (ANDERSON, 1995).

Apesar de toda a retórica neoliberal a favor do Estado mínimo, na prática a contribuição dele para o capital não parou de crescer<sup>8</sup>; na verdade, segundo Paulo Netto e Braz (2006), os defensores do grande capital monopolista buscaram conquistar com a ideologia neoliberal, um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital”.

---

<sup>8</sup> Essa ação do Estado a favor do capital ficou evidente no episódio da crise *subprime*, enquanto os governos de Bush e Obama, entre outros, procuraram socorrer bancos e grandes empresas como a *General Motors Company*, não houve a mesma preocupação com os pobres trabalhadores que estavam inadimplentes com suas hipotecas. Segundo Torres (2009), os presidentes dos EUA George W. Bush e Barack Obama compartilharam a concepção de que as entidades financeiras são muito importantes para a economia norte-americana e por isso o governo não pode deixá-las falir, a discordância era na forma de prestar o socorro, o governo Obama acabou optando pela compra de ações das empresas em dificuldade, para poder vendê-las quando a situação melhorar.

Segundo Hobsbawm (1995), a história ensinou que regimes de livre comércio, com minimização das regulamentações estatais, não são sustentáveis no longo prazo e um exemplo foi a crise de 1929. A realidade histórica indica que os mercados quando afastados de qualquer regulamentação, apenas passam de um desequilíbrio a outro, em função de fatores naturais e sociais, beneficiando uma minoria em detrimento da grande maioria. Verifica-se que apenas em uma época na história capitalista predominou o pleno emprego, “os 30 anos dourados”, após a Segunda Grande Guerra, em que as forças políticas representativas da classe operária foram quase hegemônicas, atenuando o processo de exclusão inerente ao capitalismo, através de avanços sociais consideráveis.

Outra grande preocupação dos novos tempos é a questão ambiental. A tendência de aquecimento global, o perigo da escassez de água, o retorno de doenças como a dengue em grandes centros, as novas gripes, mostraram outros limites para a exploração capitalista. Cresce a noção de que é insustentável que o mundo todo venha ter o mesmo padrão de consumo dos EUA e de outros países ricos. Percebeu-se a importância da reciclagem, do consumo de produtos orgânicos, da diminuição do uso de produtos químicos, etc. Ao mesmo tempo, quem ainda não entrou no padrão de alto consumo, quer entrar (MILANEZ, 2003).

Essas mutações na economia mundial fizeram piorar as condições de vida locais, agravadas com a diminuição das políticas de compensação, principalmente nos países ou regiões mais pobres do planeta. Para toda ação há uma reação, se num primeiro momento o movimento social foi colocado na defensiva, a partir de meados da década de 1990 ele fez crescer os protestos e a busca de alternativas contra tal situação (SINGER, 2002).

É importante destacar que a reestruturação produtiva, a globalização, e o neoliberalismo é o ambiente atual no qual se insere a busca por formas alternativas de trabalho e subsistência entre os trabalhadores e, em particular, da economia solidária que será visto na próxima seção.

## **2.2. Origem e Evolução da Economia Solidária: do socialismo utópico à crise do socialismo real**

Na história das sociedades capitalistas, a primeira grande tentativa de construção de um sistema produtivo solidário, em substituição modelo capital *versus* trabalho assalariado, surgiu na Grã Bretanha, pouco tempo depois da revolução industrial. Em seu início (até hoje em alguns lugares) o capitalismo explorou os trabalhadores até a exaustão,

incluindo mulheres e crianças, com elevadas jornadas de trabalhos, baixos salários e praticamente sem direito algum. Foi neste contexto que Robert Owen, um grande empresário do setor têxtil, em vez de explorar ao máximo seus trabalhadores, resolveu lhes proporcionar um tratamento generoso (redução da jornada de trabalho, fornecimento de escolas para os filhos de seus empregados, etc.). Porém, para o espanto e admiração geral dos capitalistas, o lucro de Owen aumentou, em função do aumento de produtividade do trabalho nas suas empresas e acabou atraindo muitos empresários a *New Lanark* (SINGER, 2002).

O sucesso de Owen foi tão significativo, que ele tentou induzir o governo britânico a financiar a construção de aldeias cooperativas autogestionárias, para produção agrícola e industrial, para que os pobres pudessem produzir sua própria subsistência. Após a ajuda inicial as cooperativas deveriam manter-se por conta própria, e isso seria mais barato do que ficar eternamente dando assistência aos pobres desempregados. O governo britânico não aprovou essa idéia, muito menos seus colegas capitalistas; o motivo é claro, ela continha o germe do socialismo. Owen não desistiu e empenhou sua própria fortuna nesta tentativa numa fazenda, em *New Harmony*, no Estado de Indiana, nos EUA. Sua idéia era que tal tentativa num meio social novo e, por isso, menos deteriorado, pudesse dar certo (SINGER, 2002).

Conforme Vieira, “a comunidade era dividida em seis departamentos: agricultura; manufatura; literatura, ciência e educação; economia doméstica; economia geral; e comércio” (VIEIRA, 2005, pg. 32). A tentativa fracassou devido a uma série de motivos. Primeiro, houve a exploração sofrida por Owen pelos seus parceiros capitalistas, que estavam mais preocupados com a especulação. Segundo, dada a heterogeneidade dos trabalhadores que lá moraram, verificou-se que nem todos tinham o espírito adequado para a vida em comunidade proposta por Owen, e que muitos estavam interessados na repartição individual da propriedade da terra. Adicionalmente houve crescente falta de participação nas assembléias para a tomada de decisões; este ponto destacado por Vieira (2005) pode ser um dos principais empecilhos para a consolidação de empreendimentos autogestionários ou mesmo do modo de produção socialista.

Outro ponto ressaltado por Vieira (2005) para o fracasso da experiência de *New Harmony* é fruto do comportamento de Owen, que tratava a comunidade como um empreendimento empresarial. Ele manteve a propriedade sobre a terra e benfeitorias e cobrou juros altos por tudo que oferecia, incluindo o dispendioso sistema educacional dos filhos dos trabalhadores, enquanto muitos deles estavam lá apenas para fugir do desemprego e aproveitar das condições oferecidas aos seus filhos. Para Owen, suas comunidades tinham que ser auto-sustentáveis e financiar a criação de outras.

Para Podmore (*apud* VIEIRA, 2005, pg.34), o principal problema da comunidade criada por Owen foi não reconhecer as diferenças de qualidade e quantidade de trabalho que os trabalhadores podiam ou tinham interesse de oferecer, pois “[...] as sociedades que atingiram maior grau de prosperidade material e o mantiveram por algum período de tempo foram precisamente aquelas em que não se buscava o sucesso material, mas que os membros eram unidos por um entusiasmo religioso comum”.

Essa afirmação de Podmore é relevante, algumas experiências parecem corroborar com ela. Por exemplo, no “Novo Testamento”, mais especificamente no livro “Atos dos Apóstolos”, há relatos deste tipo de atividade econômica entre os primeiros cristãos (ATOS 4:32-35). Atualmente há uma experiência bem sucedida que tem adeptos em nove países, incluindo o Brasil onde há alguns núcleos, são as comunidades religiosas conhecidas como Doze Tribos<sup>9</sup>. Seus membros vivem em comunidades; os meios de produção, os imóveis, e até suas refeições são comunitários; eles mesmos educam seus filhos; geralmente se envolvem na produção agrícola, na industrialização, e na comercialização de alimentos orgânicos; e as diferentes comunidades são integradas vertical e horizontalmente na rede internacional das Doze Tribos. Outro aspecto positivo da experiência das Doze Tribos, e que atende à preocupação de Podmore, é que o grau de qualificação do seu pessoal é relativamente homogêneo e elevado, estão lá por opção, e não por falta de opção.

A receita do sucesso envolve a produção em regime de cooperação que exige muita disciplina e este elemento pode ser garantido pela prática religiosa. A mesma disciplina pode ser encontrada numa empresa capitalista, conforme Marx (1983, V.I, T.I e T.II) atesta nos capítulos sobre a “cooperação”, a “divisão do trabalho” e a “acumulação primitiva do capital”. O grande desafio é generalizar essa disciplina num ambiente democrático, com diversidade cultural, religiosa, de qualificação, etc.

Os historiadores do pensamento econômico<sup>10</sup> classificam a obra de Owen e de outros autores como socialistas associacionistas. Entre estes, destaca-se também o francês Charles Fourier. Entretanto, este último desenvolveu uma obra essencialmente doutrinária e teórica, diferenciando-se de Owen que se preocupou mais em fazer tentativas práticas.

Fourier fundamenta seu pensamento numa crítica severa à sociedade burguesa e às estruturas econômicas do capitalismo, além de forte oposição à religião, à moral da família tradicional e à hierarquia social. Denunciou severamente as injustiças sociais, a

---

<sup>9</sup> Para conhecer as comunidades, acesse seu site: [www.dozetribos.com.br](http://www.dozetribos.com.br), ou sua página internacional no endereço: <http://www.twelvetribes.com>. Veja também o artigo “Uma Nova Ordem Social” (DOZE TRIBOS, 2003).

<sup>10</sup> Cita-se, entre outros, John Fred Bell (1982), Paul Hugon (1995), Henri Denis (2000).



exploração dos trabalhadores e das mulheres. Para Fourier o capitalismo é anárquico e atomizado, porque nele impera a concorrência entre empresas e entre trabalhadores de forma individual, e o resultado é o desperdício de recursos econômicos não utilizados (ou subutilizados). Portanto, o nível de produção e de bem estar social, é inferior ao que seria possível com os recursos que a sociedade dispõe. Segundo Fourier tais características são determinadas pela instituição da propriedade privada dos fatores de produção (HUGON, 1995).

Fourier propôs então, a organização da sociedade em moldes cooperativistas, denominados “falanstérios”, nos quais reuniriam todos os segmentos sociais: proprietários, operários e até mesmos capitalistas, que colocariam suas propriedades e força de trabalho em posse comum, recebendo ações proporcionais ao valor de sua contribuição. Desta forma, o resultado da produção seria distribuído na mesma proporção que as cotas de ações, resultando assim no interesse em produzir o máximo possível. Deveria ser dada liberdade às pessoas para desenvolverem suas aptidões e vocações, por isso o trabalho seria voluntário, menos penoso e mais produtivo. Os falanstérios deveriam ser grandes o suficiente para que fossem produzidos os diversos bens necessários à subsistência dos associados, e que cada trabalhador pudesse escolher o que lhe caberia na divisão social de trabalho. A instituição dos falanstérios criaria o meio ambiente “necessário para o agrupamento das energias e o desaparecimento dos antagonismos destruidores” (HUGON, 1995, pg. 175).

Uma limitação do modelo de sociedade proposto por Fourier é que seus falanstérios são principalmente agrários, concepção oriunda do pensamento naturalista de Fourier, inspirado no desenvolvimento da física clássica newtoniana, nestes aspectos contendo semelhança com o pensamento dos fisiocratas (DENIS, 2000). Segundo Henri Denis, “Fourier é inimigo declarado das cidades, da indústria e dos trabalhos em massa” (DENIS, 2000, pg. 372). No modelo de associação proposto por Fourier, os trabalhadores, os proprietários de terras e os capitalistas se unem em pequenos grupos especializados, para realizar diferentes atividades produtivas rurais e artesanais, visando à produção para subsistência do Falanstério.

Assim como Owen, Fourier jamais propôs uma revolução, seu modelo de sociedade socialista deveria ser criado através da associação voluntária das diferentes classes sociais da forma descrita acima. A passagem da produção capitalista para o novo modelo viria naturalmente quando a sociedade estivesse madura para isso (DENIS, 2000).

Fourier esperou que algum mecenas financiasse a formação de um falanstério que servisse de exemplo para os outros. Porém, essa "comunidade modelo" não

chegou a sair do papel, já que Fourier não encontrou alguém disposto a financiar o primeiro modelo de "falanstério". Mais tarde alguns discípulos de Fourier tentaram por em prática essas experiências (DENIS, 2000).

Saint-Simon também deu corpo às idéias do socialismo utópico, acreditando que os avanços da ciência determinariam as mudanças no plano político, social e moral, e que no futuro a sociedade seria formada por cientistas e industriais. A verdadeira finalidade do mundo não era a busca da liberdade, mas sim produzir coisas úteis para a vida. O autor defende que a indústria deveria voltar-se para atender aos interesses da maioria, notadamente dos mais pobres, através de uma administração coletiva, ainda que hierarquizada, o que legitimaria uma pequena desigualdade. No topo da hierarquia estariam os diretores da indústria, engenheiros, artistas e cientistas e na base encontrariam-se os trabalhadores. Em função dessas diferenças hierárquicas teria-se como lema: "*a cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo suas obras*" (SAINT-SIMON, *apud* HUGON, 1995, pg. 188). Ao aplicar essa regra cada indivíduo deveria se dedicar à tarefa ou ao trabalho para o qual estivesse mais apto, assim garantiria-se a justa repartição da renda e o incentivo para o desenvolvimento do trabalho e da indústria, necessários para a sociedade obter o progresso.

No entanto, para Saint-Simon, a sociedade capitalista não segue a regra proposta por ele para uma justa distribuição da renda e, portanto, não consegue criar os incentivos para maximizar a produção social. A causa, segundo ele, reside na ordem jurídica capitalista que garante o direito de sucessão hereditária da propriedade dos meios de produção e dos capitais, por dois motivos: primeiro, porque com o direito de herança não será assegurada a remuneração de acordo com a capacidade de cada um, os trabalhadores ficam sem a propriedade dos meios de produção e, com isso, eles são obrigados a entregar parte do rendimento do seu trabalho para os capitalistas, e estes podem viver sem trabalhar. Ambos os casos resultam em um desincentivo para os mais capazes e aptos, a contribuir produtivamente para a sociedade o quanto podem. O segundo motivo é que a sucessão hereditária impede a alocação eficiente dos meios de produção e capitais, portanto sua posse pode ficar nas mãos de indivíduos despreparados e isolados, em vez destes fatores de produção serem agrupados conforme a necessidade da sociedade nas diferentes necessidades da divisão social do trabalho (HUGON, 1995).

Em resumo, Saint-Simon conclui que o direito de herança da propriedade privada dos meios de produção faz com que eles sejam distribuídos ao acaso, conforme o nascimento, em vez de colocá-los nas mãos das pessoas mais aptas para os diversos tipos de trabalho, desde aqueles ligados à organização e gerência, até aqueles ligados diretamente à

produção. Ademais, a produção baseada na propriedade privada é anárquica, não atendendo ao interesse geral da sociedade de produzir bens e serviços que sejam úteis e na quantidade adequada. E é injusta, porque não permite a repartição equitativa da produção conforme a capacidade e o trabalho de cada um (HUGON, 1995).

Para reorganizar a sociedade de uma modo mais justo e eficiente, substituindo o “liberalismo” pelo “industrialismo”, Saint-Simon propõe que os produtores (técnicos, cientistas, artistas, etc.) mais aptos formem uma nova estrutura de poder, substituindo o governo político do Estado, que na prática serve apenas para proteger a propriedade privada e a hereditariedade dos meios de produção, por um governo econômico dos industriais composto por três câmaras:

- Uma Câmara de invenções, composta por engenheiros e artistas, cuja missão seria descobrir e propor os trabalhos necessários;
- Uma Câmara de exames, integrada por sábios, decidiria quanto ao valor dos projetos da primeira Câmara;
- Um Câmara de execução se incumbiria da direção dos trabalhos: seria constituída por industriais escolhidos entre os mais importantes do país. (HUGON, 1995, pg. 192).

De acordo com Henri Denis (2000), a principal falha do pensamento de Saint Simon foi não propor a eliminação da propriedade privada no seu sistema socialista tecnocrático, porque na prática os proprietários de capitais industriais, comerciais e bancários, sempre vão visar o lucro, nunca o interesse geral da sociedade. Portanto, apesar das críticas do mestre contra o Estado, seus discípulos<sup>11</sup> foram favoráveis à intervenção do Estado constituindo um fundo social, como proprietário único dos meios de produção e do capital, absorvendo as propriedades em vez de transferi-las por herança aos descendentes dos capitalistas. Desta forma, o trabalho se tornaria obrigatório, assim, todas as pessoas teriam que trabalhar naquilo que estivessem melhor preparadas e fazê-lo de modo útil para a sociedade. E o novo Estado garantiria também a repartição de acordo com a função (considerando a qualidade e quantidade) que cada pessoa desenvolvesse na divisão social do trabalho (HUGON, 1995).

Os objetivos propostos por Saint-Simon seriam garantidos induzindo a extinção dos antagonismos de classe, a supressão da exploração do homem pelo homem, e o fim dos conflitos entre as nações. Cessaria também o antagonismo entre matéria e espírito, a sociedade seria conduzida para uma direção moral, visando, sobretudo a justiça social,

---

<sup>11</sup> Olindes Rodrigues, Prosper Enfantin, Saint-Amand Bazard, Michel Chevalier, Isaac Pereire, Hippolyte Carnot, etc. (DENIS, 2000).

desenvolvendo um Novo Cristianismo, como a via de acesso a uma sociedade superior dominada pela fraternidade e harmonia entre os homens (HUGON, 1995).

Outro pensador de destaque dentro da corrente dos socialistas utópicos foi Proudhon, para este autor a liberdade e a igualdade são direitos absolutos e sagrados do homem. Ainda que existam desigualdades na capacidade produtiva, ele acreditava que o progresso econômico e social reduziria tal disparidade a um mínimo que deveria ser desconsiderado. Já a propriedade privada, tida pelos economistas e filósofos liberais como um direito natural, é criticada por Proudhon, pois ela pode ser concomitantemente fonte de liberdade do indivíduo, e também de despotismo e desigualdade, ou seja, ela é antinômica assim como a máquina, que ao mesmo tempo alivia o esforço dos trabalhadores, promove o desemprego de alguns e aumenta a exploração sofrida por outros (DENIS, 2000).

A posição de Proudhon a respeito da propriedade privada é paradoxal, pois afirma que ela é um “roubo” porque “o que se torna propriedade de um homem é retirado de um fundo comum a todos” (HUGON, 1995, pg. 1999). Destarte, a formação de um patrimônio privado implica na redução das possibilidades de apropriação destes mesmos bens pelas demais pessoas. Quem fica por último na busca pela propriedade vê-se obrigado a fazer empréstimos e a pagar juros, aluguéis, rendas, ou ceder parte do seu trabalho aos proprietários. Ou seja, a propriedade privada permite que os proprietários obtenham renda sem trabalho, e isso é considerado pelo autor um abuso de direito e um privilégio. Se os homens não se revoltam contra essa espoliação possibilitada pela propriedade é por que eles não têm consciência que ela existe, em virtude de o trabalhador não ter condição de saber o quanto corresponde seu trabalho individual no produto coletivo, portanto, aparentemente o trabalhador recebe um salário pelo trabalho que realizou, porém, o patrão fica com uma soma de valor maior do que o salário pago.

Não obstante, Proudhon não propõe o fim da propriedade privada, já que considera justo o direito de uso e de alienação que os homens devem ter sobre os bens. Essa defesa do direito de propriedade apesar da desigualdade e exploração que ela provoca, ocorre porque Proudhon confunde a propriedade dos meios de subsistência com a propriedade dos meios de produção, enquanto a primeira é justa se obtida como fruto do próprio trabalho, a segunda é a fonte da exploração do trabalho alheio. O autor aceita também o direito de herança sobre a propriedade, ao contrário de Saint-Simon, que via nesta instituição a fonte dos males da sociedade capitalista.

Proudhon critica a proposta de outros socialistas e comunistas que advogam em favor da comunidade dos meios de produção, ele alega que ela levaria a uma organização

autoritária da sociedade. Também se opõe à existência do Estado, e propõe em seu lugar uma sociedade liberal organizada a partir do estabelecimento de contratos entre os cidadãos. Por isso, ele foi um dos pioneiros do anarquismo, idealizando uma sociedade em que o poder político seria substituído por livres combinações entre trabalhadores. A igualdade das relações sociais seria estabelecida se fosse garantida a igualdade na troca, quer essa troca fosse feita entre patrão e empregado, quer fosse feita entre compradores e vendedores (DENIS, 2000).

A superação da propriedade privada dos meios de produção deveria dar lugar a formas que estimulem as ações e iniciativas dos indivíduos livres, no corpo coletivo, o que poderia ocorrer por meio da comuna livre e em empresas dirigidas coletivamente. Há uma apologia ao trabalho manual, que Proudhon chama de ação inteligente do homem sobre a matéria, sem a qual o homem não é homem. O autor propõe a mudança social através da proliferação das organizações cooperativas. Defendendo o fato que o homem possui por natureza, todos os atributos essenciais para viver em liberdade e concórdia social. Porém, não acredita que o homem possua bondade inata, mas sua natureza social poder torná-lo bom, devido ao que o autor denomina imanente senso humano de justiça. O homem é por natureza capaz de viver em sociedade livre, mas se as leis são impostas hierarquicamente de cima para baixo, serão contrárias e inimigas desta mesma sociedade, e é impossível legislar para o futuro, pois seria podar o desenvolvimento autônomo da sociedade (RESENDE; PASSETI, 1996).

Proudhon defende o mutualismo econômico, que se consolidaria através da autogestão do trabalho, sem que haja hierarquia imposta de cima para baixo, mas uma forma de auto-organização, em que cada indivíduo seria responsável pela sua parte e da mesma forma estaria intrinsecamente ligado ao todo social. As indústrias estariam mutuamente interligadas, cada uma responsável pelas demais, já que cada produto desenvolvido provém de outros que lhe servem de insumos, havendo a participação geral em cada espécie de produtos. Portanto, seriam comuns todas as produções particulares, sendo então a propriedade entendida como uma usurpação e o mutualismo a aplicação da justiça no plano econômico, assim como é o federalismo no plano político. O mutualismo distingue-se do comunismo pelo fato deste último impor hierarquia, ausência de divisão, centralização, multiplicidade das forças, complicação das máquinas, subordinação das vontades, desperdício de força, aumento de gastos gerais, criação de parasitismo e progresso da miséria (RESENDE; PASSETI, 1996).

Ainda segundo Proudhon, a livre associação de indivíduos seria responsável pela seleção dos objetivos comuns e indicaria os meios técnicos para alcançar tais fins. As

unidades cooperativas reunidas num certo território geográfico e com atividades coletivas afins, constituiriam a comuna, dentro da qual, todos seriam iguais e as decisões tomadas por iniciativa coletiva, numa espécie de democracia direta que, porém, é incompleta, enquanto está privada de representação institucional. A união das comunas daria lugar à federação no âmbito da qual as relações intercorrentes são análogas, havendo assim, sempre em escala geográfica mais vasta, a federação das federações, até alcançar o ponto alto e ideal da pirâmide que seria a federação anárquica universal (RESENDE; PASSETI, 1996).

Em síntese, o “socialismo utópico” pode ser definido como um conjunto de idéias que se caracterizaram pela crítica ao capitalismo, todavia, pecavam pela ingenuidade e inconsistência. Em linhas gerais, seus defensores empenharam-se em propor projetos coletivos capazes de costurar um novo modelo de convivência e de sociedade, baseadas no trabalho cooperativo. A economia solidária resgata alguns dos princípios básicos em que se baseavam os utópicos do século XIX, mas é um projeto novo condicionado pela realidade atual, que ainda está em construção, e possui múltiplos matizes.

A crítica dos socialistas utópicos à exploração capitalista e aos problemas do desemprego e da miséria inspirou Marx e Engels, que nunca negaram a contribuição daqueles pensadores para a formulação de suas próprias idéias, muito embora tenham criticado seu caráter “utópico” (ENGELS, 1985).

Marx e Engels entendiam que era impossível superar o capitalismo, criando empresas solidárias para competir com as empresas capitalistas, ou que funcionassem às margens do sistema, até serem dominantes. Em geral essas tentativas teriam como resultado o fracasso. O motivo é simples, a humanidade sempre se move no rumo do desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo surgiu a partir da transformação das oficinas artesanais e da pequena propriedade camponesa, em grandes propriedades capitalistas, incorporando a cooperação, a divisão do trabalho e finalmente a maquinaria<sup>12</sup>. Graças a essas três inovações, a grande empresa capitalista se mostrou incomparavelmente mais eficiente, e as pequenas propriedades produtivas familiares ou individuais, dos camponeses e artesãos, não foram mais capazes de competir com as empresas capitalistas, transformando-se em exceção o que antes era a regra (ENGELS, 1985).

É muito raro encontrar grandes empresários benfeitores como Owen, dispostos a colocar sua fortuna em prol da economia solidária, mas mesmo ele enfrentou o fracasso dos seus principais empreendimentos. Segundo Vieira (2005), Marx também percebe

---

<sup>12</sup> Uma análise deste processo pode ser encontrada em Marx (1984), V.I, T. 1 e 2, capítulos XI a XIII.

o perigo de degeneração dessas experiências focalizadas de “comunismo”, provavelmente preocupado com problemas como o visto acima na experiência de *New Harmony*.

A degeneração também acontece nas formas atuais de economia solidária. Segundo J. F. White e K. K. White (*apud* McMURTRY, 2004), nos raros casos que as associações (cooperativas) de trabalhadores não sucumbem como empresas e obtêm sucesso econômico, em geral acabam se tornando empresas capitalistas de sócios trabalhadores que exploram trabalhadores assalariados de outros trabalhadores que não são sócios do empreendimento.

Um caso típico é o Complexo Cooperativo de Mondragón, que surgiu na Espanha em 1956, com a compra de uma fábrica falida para criação de uma pequena cooperativa de trabalhadores associados. Ela cresceu extraordinariamente por meio da criação ou aquisição de novas empresas e sócios, e da integração vertical e horizontal, formando um conglomerado. O Complexo C. Mondragón tornou-se o principal exemplo de economia solidária no mundo, porém, conforme Lutz (1997), o empreendimento violou gravemente um dos princípios fundamentais da economia solidária nos anos de 1990, quando suas unidades na Espanha começaram contratar trabalhadores temporários assalariados, que não se tornaram sócios da empresa, e criou novas unidades em diversos países utilizando principalmente mão-de-obra assalariada.

Para Lutz (1997), o Complexo Cooperativo de Mondragón foi pressionado pela concorrência internacional frente a empresas capitalistas de dimensão global, desta forma começou a contratar trabalhadores assalariados. Além disso, tal concorrência é desleal, porque as empresas capitalistas pagam salários mais baixos (em alguns países bem mais baixos), do que a remuneração do trabalho dos sócios do complexo cooperativo e dos salários dos não-sócios. Não obstante, o autor considera que do ponto de vista econômico Mondragón tem uma história de sucesso sem precedentes, não só conseguiu empregar milhares<sup>13</sup> de trabalhadores (a grande maioria é de sócios), como todos os que nela trabalham percebem que a repartição da renda é mais democrática e justa do que nas empresas capitalistas. Entretanto, apesar de haver desenvolvido um sistema de direção baseado na democracia representativa, por meio de eleições, o estudo de caso do autor demonstra que alienação do trabalho permanece entre os trabalhadores que estão nos níveis mais baixos da hierarquia da empresa, independentemente se são sócios ou assalariados.

Segundo McMurtry (2004), na visão de Marx as cooperativas de

---

<sup>13</sup> Segundo Singer (2002), em 2000 o Complexo Cooperativo Mondragón ocupava 53.377 trabalhadores.

trabalhadores (ou empreendimentos de economia social) não se configuram como uma alternativa real ao capitalismo, porque elas não se constituem em um movimento revolucionário de transformação social, não possuem um plano de ação econômica, política e organizativo voltados para esse objetivo, elas enjeitaram a política. Quando muito são alternativas individuais de trabalho dentro do mercado capitalista, mas, em geral, nem isso alcançam, porque são menos eficientes que as empresas capitalistas e quando conseguem ser eficientes estão limitadas pelas regras e valores do mercado. As cooperativas de trabalhadores podem se organizar dentro da sociedade capitalista, para realizar a gradual transformação política da sociedade rumo ao socialismo era e é um anátema para os marxistas. Para estes a forma de produção da sociedade socialista será decidida após a revolução, mas jamais poderá ser proposta uma forma de produção mais retrógrada que a capitalista do ponto de vista da produtividade do trabalho.

Segundo Engels (1985), ele e Marx entendiam que o capitalismo tem uma contradição insolúvel: de um lado desenvolve ao extremo a cooperação e a divisão do trabalho entre os trabalhadores inseridos no processo produtivo; de outro lado, a propriedade privada dos meios de produção permite aos capitalistas se apropriarem dos excedentes produzidos pelos trabalhadores, e causa a concentração de renda, o desemprego, etc. Derivadas desta contradição fundamental somam-se outras como: a contradição entre a organização das empresas capitalistas perante a anarquia da produção da produção social; a qual, por sua vez, provoca a possibilidade de rupturas frequentes entre produção e consumo; esta ocorre porque as mercadorias produzidas não serão vendidas e consumidas se não houver quem pague em dinheiro por elas; e isso acontece porque elas são produzidas não pela necessidade de seus valores de uso, mas estritamente pelo seu valor de troca, que permite a valorização do dinheiro transformado em acumulação de capital.

Engels (1985) sugere que para ele e Marx a solução do problema estaria em resolver a contradição fundamental, simplesmente socializando os meios de produção que pertencem à burguesia. Para isso, seria necessário realizar uma revolução social e política com a finalidade de constituir um Estado Socialista, o qual teria a incumbência de expropriar as empresas, transformando-as em propriedades coletivas de todos trabalhadores da nação, e a seguir planificar a produção para atender a necessidade de todos. Quanto mais se desenvolvesse o capitalismo, mais concentrado estaria o capital, inclusive em empresas estatais dominadas pela burocracia burguesa, facilitando a tarefa do Estado Socialista.

Marx e Engels (1982a) afirmam, conjuntamente, que experiências de Owen, Fourier, Saint-Simon e seus seguidores, surgiram quando a luta de classes entre o proletariado



e a burguesia ainda não estava desenvolvida, a partir da organização partidária dos primeiros. Aqueles socialistas utópicos, não viam no proletariado uma classe capaz de realizar por si mesma, sua emancipação. Ao contrário, eles defendem que a exploração capitalista só terá fim quando os proletários se organizarem politicamente para, primeiramente, tomar o poder político e se constituir como classe dominante. Após a organização de uma superestrutura de Estado socialista, deve ser eliminada paulatinamente a propriedade dos meios de produção da burguesia, transformando esses meios de produção em propriedade coletiva dos trabalhadores. Ao mesmo tempo é necessário substituir a regulação da produção pelo mercado, pela planificação da economia, e eliminar todo tipo de diferenças entre classes, e entre os trabalhadores através da educação.

Durante certo tempo as iniciativas de economia solidária inseridas na economia capitalista, visando um processo gradativo de socialização da produção, como as que foram experimentadas pelos socialistas utópicos ou que as que foram propostas pelos Social-Democratas da Segunda Internacional Socialista, mantiveram-se latentes diante da perda de interesse dos trabalhadores por dois motivos:

Primeiro, os trabalhadores viram na revolução socialista uma possibilidade concreta, e não mais uma utopia. Tal consciência foi despertada pela vitória, mesmo que efêmera, da Comuna de Paris entre março e maio de 1871 e, principalmente, da Revolução Russa de Outubro de 1917, que pareciam confirmar as teses de Marx e Engels e seus seguidores mais importantes como Lenin. A conquista do poder pelo Partido Comunista Russo e a construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com seu exemplo e com a ação política da III Internacional, desenvolveu uma força centrípeta no movimento socialista internacional, transformando a revolução soviética no modelo único de transição e de construção econômica e política do socialismo, que deveria ser reproduzido em todo o mundo. Tal concepção se mostrou equivocada, e foram mais vitoriosas e duradoras as experiências que adaptaram seu processo revolucionário às características históricas, econômicas e culturais particulares das suas nações e a aos condicionais externos enfrentados no momento específico (FERNANDES, 2000).

Segundo, com o avanço da organização sindical os trabalhadores assalariados foram conquistando uma série de direitos como limitação na jornada de trabalho, elevação dos salários reais, seguridade social com direito a saúde, aposentadoria e seguro desemprego, entre outros benefícios, levando muitos trabalhadores a não mais lutar pela emancipação do assalariamento, mas para garantir aqueles direitos. Tais conquistas foram potencializadas após a Revolução Soviética, porque a reação de muitos países contra a

tendência revolucionária foi o desenvolvimento de uma política de bem estar social e de desenvolvimento econômico, que permitiu significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores nas economias capitalistas, sobretudo após a Segunda Grande Guerra Mundial. No que diz respeito às políticas econômicas, elas contaram com referencial teórico de J.M. Keynes e seus seguidores, como visto na primeira seção do presente capítulo. Segundo Singer (2002, pg. 110), “surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 40 e de 1970) e se acomodou no assalariamento”. Por outro lado, Singer também alerta, que o cooperativismo não parou de crescer desde Owen, mas acabou se degenerando de forma acentuada.

A revolução socialista foi destruída na URSS e nos países do leste europeu que seguiram sua orientação após a Segunda Guerra Mundial, em função das enormes dificuldades concretas e dos erros de condução política. Entre esses erros, Vishwas Satgar (2007) destaca a transformação das cooperativas de trabalhadores em empresas estatais que fracassaram devido ao controle excessivo a que estavam submetidas, mesmos as fazendas cooperativas criadas após a socialização forçada do campo por Stalin, não eram de fato cooperativas. Com o colapso da URSS, as empresas cooperativas que restaram foram expostas a uma competição global para a qual não estavam preparadas, e a sociedade pós-soviética não lhes garantiu competitividade sistêmica. Ainda que outras experiências tenham resistido como na China, em Cuba, Vietnam e Coréia do Norte, o movimento revolucionário comunista sentiu o golpe e se colocou na defensiva desde a queda do Muro de Berlim, que acabou ficando como a marca da *débâcle* do socialismo real do leste europeu<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> As experiências de socialismo real, principalmente a soviética, foram criticadas desde o seu início não apenas pelos teóricos e políticos liberais burgueses, como pelos próprios defensores do socialismo, inclusive de origem marxista. Após a *débâcle* do socialismo no leste europeu as críticas se avolumaram e houve quem, a exemplo de Francis Fukuyama, propôs o fim da história, acreditando que o capitalismo conseguiu sua vitória final. Um bom balanço das críticas feitas ao socialismo real por diferentes correntes do pensamento pode ser encontrado no livro de Luis Fernandes (2000) intitulado “O Enigma do Socialismo Real: Um Balanço Crítico das Principais Teorias Marxistas e Ocidentais”. Em livro anterior, Luis Fernandes (1992) faz uma análise crítica da evolução econômica da URSS e das suas relações com o exterior. Na conclusão do livro Fernandes também aponta falhas que levaram à perda de eficiência e dinamismo da economia soviética, principalmente a dificuldade de desenvolver um processo autogestionário, que deveria combinar democracia com eficiência produtiva, e este mesmo problema pode ser enfrentado pelos empreendimentos de economia solidária como será analisado no próximo capítulo desta dissertação.

O significativo crescimento econômico da China, em grande parte, é resultado da combinação do planejamento econômico estatal com as concessões às atividades econômicas capitalistas iniciadas com as reformas adotadas a partir de 1976. Quando a URSS se dissolveu, também chegou ao fim o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), o bloco econômico dos países socialistas, e para manter suas economias outros países socialistas tiveram que seguir passos semelhantes ao da China, à exceção da Coréia do Norte (FERNANDES, 1992). Não obstante, as cooperativas de trabalhadores rurais são fundamentais para a segurança alimentar da China (SATGAR, 2007).

Singer (2002) aponta a crise do socialismo real como uma das motivações da reinvenção da economia solidária nas duas últimas décadas, enquanto busca de alternativa de produção capaz de superar o modo capitalista sem cometer os mesmos erros do modelo soviético, fato este que deve ser acrescentado aos motivos relatados na seção 2.1 (a crise de estagflação nos países capitalistas nos anos 1970, a reestruturação produtiva internacional do capital, o surgimento do neoliberalismo e o retrocesso das políticas de bem-estar social e desenvolvimento econômico). A próxima seção é dedicada a essa “reinvenção” e às perspectivas da economia solidária.

### **2.3. A Evolução Recente e as Características das Relações Sociais de Produção da Economia Solidária**

De acordo com Boaventura de Souza Santos (2002a), outra globalização começa a se fazer presente como resposta à neoliberal. Ela se caracteriza pelas redes e alianças costuradas entre diferentes movimentos sociais espalhados pelo mundo, com o intuito de lutar contra as exclusões sociais, direitos humanos, meio ambiente, desemprego, violência, entre outras. O autor defende a idéia da emancipação social, que se ampara nos movimentos e organizações sociais de diferentes naturezas, mas com um objetivo comum, recriar uma nova forma de sociedade, mais justa e humanizante, partindo de um novo modelo de desenvolvimento focado na inclusão. Segundo Santos (1995, p.123), a “relativa maior passividade do Estado decorrente de perda de monopólio regulatório tem de ser compensada pela intensificação da cidadania ativa, sob pena de essa maior passividade ser ocupada e colonizada pelos fascismos societais.”

Neste sentido, há múltiplas iniciativas e diversas denominações: economia solidária, socioeconomia, economia popular, economia do trabalho, economia da comunhão, associativismo, cooperativismo, comércio justo, economia moral entre outros. (CATTANI, 2003; SANTOS, 2002b). Dentre os termos citados, adota-se nesta dissertação o conceito de economia solidária, considerando que teoricamente ela é a forma mais desenvolvida e adotada, e porque ela é reconhecida institucionalmente pelos gestores públicos brasileiros.

As modalidades que compõem a economia solidária são múltiplas. Algumas experiências que surgem da base (movimento espontâneo dos trabalhadores solidários) como: a união de trabalhadores que perderam emprego em pequenas unidades produtivas, pequenos produtores que se unem em redes para comprar e vender em conjunto, trabalhadores que assumem empresas falidas, diferentes formas de agricultura familiar. Outras são articuladas a

partir de apoios externos (ou de cima para baixo): redes de comércio justo, incubadoras de empresas, clubes de troca e de microcrédito, entre outras (CATTANI, 2003).

Parte da militância social envolvida atualmente nas experiências de economia solidária pretende utilizá-la não só como mecanismo de subsistência, mas também como instrumento de luta contra a economia capitalista, entretanto, de outro modo que não aquele das experiências chamadas de socialismo real, que surgiram em alguns países no século XX. Estes julgam que o fracasso dos empreendimentos, quando acontecem, é provocado pelos limites do capitalismo e da luta de classes. Não obstante, o movimento em torno da economia solidária também é composto por aqueles que não priorizam a crítica contra o sistema vigente, mas simplesmente em tentar melhorar a sua sorte, dentro ou fora dele. Estes percebem os fracassos como fragilidade, inexperiência e deficiência gerencial dos grupos de trabalho (VIEIRA, 2005).

Ethan Miller (2004) considera que a economia solidária diferencia-se da economia capitalista e da economia socialista de Estado. O autor valoriza o fato de que a economia solidária não se origina a partir de uma grande teoria, mas com a prática de trabalhadores e militantes, e que ela não exige um único plano ou visão econômica, mas respeita um conjunto de diferentes iniciativas, sendo um processo em construção. Esse elogio de Miller ao empirismo e ao desapego pela teoria científica entre os militantes do movimento pela economia solidária, pode ser seu mais grave problema. É importante lembrar, como visto na seção anterior (2.3), que uma das críticas de Marx a Owen e seus seguidores foi justamente a falta de uma análise científica e totalizante da realidade, que pudesse orientar o movimento revolucionário a construir uma nova sociedade.

Para Singer (2003), a lógica da Economia Solidária é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas, além dessas mesmas desigualdades abalarem a própria estrutura democrática em que se baseiam as sociedades modernas, criando-se um mundo polarizado e insustentável. Singer afirma que a economia solidária é um modo de produção, onde a solidariedade surge da propriedade coletiva dos meios de produção:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade (...). (SINGER, 2002, pg. 10).

Singer (2003) aprofunda a idéia que a economia solidária é um modo de produção específico, que surgiu e se mantém nos interstícios do capitalismo, e corrige um erro na definição feita na citação anterior, ao trocar o termo “capital” por “meios de produção”:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). [...]

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos* (SINGER, 2003, pg. 13). (Grifo de Singer).

Entretanto, em relação a esta tese de que a economia solidária seja um novo modo de produção, Gaiger (2003, pg. 184) alerta que “convém ir devagar com o andor”. A dificuldade é que o termo modo de produção criado por Marx possui significados de dimensões diferentes (BOTTOMORE, 1988). O mais restrito destes significados, expressaria apenas as características materiais de como é realizada a produção, por exemplo, se o trabalho é individual ou coletivo, se dentro de uma unidade produtiva há uma divisão especializada do trabalho ou não, se a produção é feita exclusivamente com ferramentas manuais simples ou se usa maquinaria, etc. O segundo significado tem dimensão um pouco mais ampla, se aplica à forma como a sociedade realiza a produção, circulação e distribuição dos meios necessários para sua reprodução, considerando neste aspecto apenas a relação dialética entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas<sup>15</sup> e o caráter das relações sociais de produção<sup>16</sup>. O termo modo de produção também foi empregado por Marx para designar não apenas a infraestrutura (base) econômica da sociedade, mas também sua superestrutura jurídica e política (correspondentes a determinada forma de consciência social), ou seja, representando a totalidade histórica de cada sociedade.

Segundo Srou (1978) a segunda noção de modo de produção citada acima, enquanto conjunto formado pelas forças produtivas e relações sociais de produção, foi adotada pelos autores de tradição soviética<sup>17</sup> (por isso tornou-se a noção mais disseminada) e alguns outros autores como Oskar Lange<sup>18</sup>. Nesta interpretação, conforme aponta Srou, a totalidade histórica de uma sociedade numa determinada época é denominada de “formação social” (conjunto formado pela relação dialética entre infraestrutura e superestrutura) e é

<sup>15</sup> Dadas pelo nível de desenvolvimento da força de trabalho e dos meios de produção.

<sup>16</sup> Relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção, as quais são derivadas das formas de propriedade sobre os meios de produção e, por consequência, das formas de distribuição do produto social.

<sup>17</sup> Ver por exemplo, o livro da Academia de Ciências da URSS (1961) “Manual de Economia Política”.

<sup>18</sup> Ver o livro de Lange (1986), “Moderna Economia Política”.

encontrada pela primeira vez no “Prefácio” do livro “Para a Crítica da Economia Política”<sup>19</sup> de Marx (1982). Ainda segundo a interpretação de tradição soviética, a infraestrutura (ou base econômica) da sociedade tem sempre um modo de produção dominante, embora possa haver outros como resquícios do passado ou embriões de modos de produção futuros.

Contribui para essa interpretação, o trabalho de Lenin (1982) “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, no qual ele analisa o processo histórico de constituição do mercado interno, das forças produtivas e das relações de produção capitalistas na Rússia, e de como elas superaram as relações de produção de tipo feudal e subordinaram outras formas não capitalistas que continuaram existindo. É importante destacar que naquele livro, Lenin está analisando uma sociedade ainda em formação, recém saída da transição feudalismo-capitalismo. E no livro “O Estado e a Revolução” Lenin (1979) destaca que Marx e Engels previam a sobrevivência de algumas características do modo de produção capitalista na sociedade socialista, as quais desapareciam gradativamente na transição capitalismo-comunismo. Na primeira etapa, capitalismo-socialismo, as empresas capitalistas seriam progressivamente socializadas e, em ritmo semelhante, a regulação pelo mercado seria substituída pela planificação centralizada. Na segunda etapa, socialismo-comunismo, desaparecia as diferenças de qualificação e rendimento entre os trabalhadores, e a produção de mercadorias. Assim, apesar de Lenin não ter sido explícito, pode-se deduzir que apenas no comunismo avançado haveria um modo de produção realmente puro, assim como nas sociedades comunais primitivas anteriores à civilização.

Gaiger (2003) também admite a possibilidade de existência de formas de produção não dominantes dentro de uma sociedade caracterizada por um modo de produção dominante. Quando os empreendimentos de economia solidária são confrontados com as empresas capitalistas utilizando o segundo conceito de modo de produção, centrado nas relações sociais de produção (relações de propriedade e relações de distribuição), é nítido que são distintos. Nos empreendimentos solidários a propriedade dos meios de produção pertence aos próprios trabalhadores, não há<sup>20</sup> trabalho assalariado, e os trabalhadores compartilham tanto as decisões gerenciais quanto as sobras (em vez dos lucros). A única semelhança com as empresas capitalistas é a produção de mercadorias, por isso a economia solidária se aproxima do que Marx chamou de produção simples de mercadorias (MARX, 1983, V.I, T.I), e ocupa

---

<sup>19</sup> Foram usadas aqui as palavras encontradas na tradução da “Coleção Os Economistas” da editora Abril Cultural (MARX, 1982), e não os termos de Srou “formação econômico-social” (SROU, pg. 127)

<sup>20</sup> Não deveria haver, mas como visto na seção 2.2 são comuns os casos em que para crescer os empreendimentos solidários adotam a contratação de trabalhadores assalariados (LUTZ, 1997; WHITE; WHITE, *apud* McMURTRY, 2004).

um espaço marginal no seio da própria sociedade capitalista, similar a participação da produção simples de mercadoria nas sociedades escravistas e feudais.

Não obstante, os empreendimentos de economia solidária dependem de insumos produzidos pela economia capitalista<sup>21</sup> e precisam vender seus produtos para empresas capitalistas, neste sentido, não se constituem em uma economia independente, muito menos em uma forma de produção dominante a ponto de determinar a forma jurídica e política de existência da sociedade. Como inúmeras formas secundárias de produção podem sobreviver, nascer e morrer durante a vigência de um modo de produção, particularmente no caso do modo de produção capitalista, e este atua no sentido de subordinar as outras formas ao seu processo de acumulação, fica difícil saber, por enquanto, se a economia solidária vai se firmar como modo de produção específico ou não. Além disso, os empreendimentos de economia solidária estão sempre sujeitos a falência ou mesmo a assumir formas capitalistas.

De qualquer modo, segundo Gaiger (2003) quando bem estruturados, os empreendimentos solidários não reproduzem no seu interior as relações de produção capitalistas, e as pesquisas têm demonstrado que, além de alternativa ao desemprego o trabalho solidário tem provocado melhorias da qualidade de vida, principalmente do caráter cognitivo dos trabalhadores, como a melhora da auto-estima. Ajuda e confiança mútua são condições básicas para o êxito de qualquer empreendimento solidário, também o são a adesão voluntária aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e da responsabilidade, são esses atributos que levam os trabalhadores a penetrar no campo da cultura e da ética. Não obstante, Gaiger (2003, pg. 208) conclui que a solidariedade não se mantém por um impulso moral entre os trabalhadores, “mas primordialmente por verificarem, por eles próprios, que desse modo satisfazem mais plenamente os seus interesses”.

Beatriz Azevedo (1985) considera que as formas de produção não capitalistas (trabalho autônomo, cooperativas de trabalhadores, trabalho doméstico, etc.) são resultado do processo contraditório de acumulação de capital, que cria ao mesmo tempo atividades capitalistas e não capitalistas. Entretanto, essas últimas não são formas criadas “intencionalmente” pelo capital, elas surgem nos espaços que ele não ocupou, mas acabam sendo subordinadas a ele. O capital não precisa das formas não capitalistas para se reproduzir, mas pode utilizá-las a favor da sua acumulação. Por último, a autora considera que algumas das formas não capitalistas de produção são modalidades autônomas ou meras estratégias de sobrevivência pessoal, coletivas ou individuais.

---

<sup>21</sup> Ver tabela 14, na seção 4.3 e comentários relacionados.

Seguindo essa lógica, a economia solidária não é a única opção de sobrevivência dos indivíduos mais pobres ou desempregados, ela é uma das alternativas à forma de relação de produção tipicamente capitalista, ou seja, ao mercado de trabalho assalariado.

Passando ao largo da questão se economia solidária é ou não um modo de produção, Arroyo e Schuch (2006) a definem, sobretudo, pela união de trabalhadores para empreender uma atividade para seu benefício mútuo:

É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos como entre empreendimentos para obter saltos de competitividade, em estruturas em rede que também podem ser compreendidas como *empreendimentos coletivos* (ARROYO; SCHUCH, 2006, pg.63). (Grifo dos autores).

A dimensão ou significado da definição de economia solidária é uma questão de caráter estratégico para os trabalhadores envolvidos neste tipo de economia, para os formuladores de política econômica, e mesmo para os possíveis adversários (os capitalistas). Se a economia solidária for considerada a partir dos princípios professados pelos seus defensores, é possível adotar o ponto de vista de Singer que a define como um modo de produção, circulação e distribuição de bens e serviços, baseado no princípio da unidade entre o trabalho cooperativo e a propriedade privada coletiva (ou seja, propriedade cooperativa) dos meios de produção, voltada à subsistência e reprodução social dos sócios trabalhadores. Esta definição da economia solidária enquanto um modo de produção distinto do modo capitalista, limita-se aos aspectos da relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção inerentes às unidades econômicas cooperativas e às redes de empreendimentos solidários, ou seja, o termo modo de produção utilizado aqui não abrange a totalidade existente na relação dialética entre infraestrutura econômica e superestrutura jurídica e política. Isso se deve ao fato de que a economia solidária ocupa um lugar marginal, alternativo e até mesmo complementar em algumas formações sociais capitalistas no presente.

A economia solidária da forma como foi definida poderá consolidar sua perspectiva atual em dimensão maior ou menor, poderá desaparecer, ou poderá até avançar para um modo de produção mais evoluído e complexo, se for capaz de superar o capitalismo no desenvolvimento das forças produtivas. Mas para essa última perspectiva vingar, seria preciso que os trabalhadores e militantes da economia solidária (trabalhadores, pesquisadores, gestores públicos, etc.) se tornassem uma classe social de “vanguarda”, da mesma forma que os empresários capitalistas assumiram a vanguarda da revolução industrial e das revoluções burguesas que deram origem ao capitalismo. Para Marx e seus seguidores a revolução



socialista seria liderada pela “classe operária” que ele considerava a “vanguarda do proletariado”, a qual deveria se organizar enquanto classe, constituindo para isso um partido político próprio, para tomar o poder de Estado da burguesia, e com esse poder socializar os meios de produção<sup>22</sup>. (MARX; ENGELS, 1982a).

Essa perspectiva revolucionária (no sentido que Marx dá ao termo) da economia solidária não é analisada no presente trabalho, mas apenas os desafios e possíveis soluções para a consolidação da economia solidária, nos marcos de uma formação social capitalista. Até porque, há também empreendimentos solidários que na prática são elos nas cadeias de produção capitalistas como, por exemplo, os trabalhadores que produzem matérias-primas de origem extrativista para a indústria de cosméticos, como será visto no próximo capítulo. Na seção seguinte serão descritos os princípios da economia solidária, segundo seus defensores e os tipos de organizações existentes.

#### 2.4. Os Princípios e os Tipos de Organizações de Economia Solidária

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), as experiências de economia solidária, ainda que multiformes, encontram coesão em quatro princípios básicos:

- a) *Cooperação*: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;
- b) *Autogestão*: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;
- c) *Dimensão Econômica*: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
- d) *Solidariedade*: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais

---

<sup>22</sup> Veja na seção 2.2

e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE/SENAES, 2010).

Para a SENAES os empreendimentos econômicos solidários são englobados por cooperativas, associações, empresas de auto-gestão (todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento), clubes de trocas, bancos de povo, e outras organizações que se enquadrem nos fundamentos que se expõem a seguir:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (MTE/SENAES, 2010).

As organizações de economia solidária tem como objetivo estabelecer ganhos que não ficam restritos à dimensão econômica, elas buscam incorporar elementos do imaginário, do simbólico e da subjetividade humana, tais como, auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo, companheirismo, a autonomia e os direitos de cidadãos, e a valorização das relações humanas e sociais. De acordo com Singer (2003) a economia solidária pode ser fundamentada com base nos seguintes princípios básicos:

Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (SINGER, 2003, pg. 13).

Arruda (2003) é um dos principais autores a focar a necessidade de outro modelo socioeconômico e nomeadamente produtivo. O autor defende um novo modelo de sociabilidade capaz de abarcar mudanças profundas no plano dos valores humanos

dominantes. Ele destaca a necessidade de se avançar além do econômico para uma visão integral do ser humano, congregando as suas diferentes dimensões econômicas, culturais, societárias e educacionais, etc.

O autor usa o conceito de socioeconomia solidária em vez de economia solidária, e justifica a sua nomenclatura distinta por esta subjugar o econômico ao social. Segundo o próprio autor, ele apresenta um conceito de sentido idêntico à proposta da humano-economia, do economista tcheco Eugen Loeb (apud ARRUDA, 2003), que define como uma economia a serviço do humano.

Arruda (2003) apóia-se na busca de um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação e da partilha, da reciprocidade e da solidariedade e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações das pessoas, comunidades, da sociedade e da espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material – reprodução simples (sobrevivência) – e incorporar a dimensão da reprodução ampliada da vida (bem estar individual, comunitário e social). Ele justifica a socioeconomia solidária como um sistema centrado no ser humano e no seu trabalho emancipado e criativo, além de empenhado em promover relações ao mesmo tempo econômicas e afetivas, técnicas e solidárias. Essa economia seria a base de um sistema que se chama de cultura e socioeconomia solidária, que exigiria um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos capazes de expressá-lo adequadamente.

O modelo de Arruda (2003) propõe a superação dos valores econômicos na construção de uma nova sociabilidade e apresenta como princípios básicos: a construção de uma economia fundada numa ação coletiva de baixo para cima e orientada por um paradigma do desenvolvimento humano e social e no equilíbrio entre o cuidado com o ser humano e o planeta; uma socioeconomia do suficiente, fundado na ética, superando assim a racionalidade do crescimento ilimitado, apoiada no valor de uso e no atendimento às necessidades humanas cotidianas e não na acumulação de riqueza; e outro modelo de globalização, em que os princípios cooperativos e solidários tenham primazia sobre os demais.

Como estratégia de construção do projeto de socioeconomia solidária, Arruda (2003), concentra-se na necessidade de criarem-se novos modelos educacionais voltados para a solidariedade e a cooperação, em substituição aos predominantemente competitivos e alicerçados na lógica do consumo alienado como medida de valor individual. Preconiza um ser humano percebido na sua complexidade, potencializando-se e integrando-se às suas diferentes dimensões, que incluem a econômica, o espiritual, a artística, a cultural e o

campo dos relacionamentos interpessoais.

Na mesma linha, Singer (1998a) propõe um novo modelo que sobreponha o ser sobre o ter, apoiado no desenvolvimento humano integral e solidário, na prática de um consumo racional e consciente. Idealiza uma alternativa capaz de ultrapassar o trabalho sem limites, sem razão e sem sentido e que possa libertar o homem para outras atividades, além da simples sobrevivência material.

Como afirma Sousa Santos (2002b, p.28): “As relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar de uma maior solidariedade”. Essas relações parecem se desenvolver num misto de cobiça e ameaça do outro, gerando um constante estado de medo e de alerta, empobrecendo a sociabilidade e a relação solidária. A educação se transforma no mecanismo emancipatório por excelência, porém, uma educação imbuída de elementos sensíveis e de valores solidários, que seja capaz de despertar a percepção de interdependência que nos une e que consiga estabelecer claramente prioridades em torno de um ideal apoiado no bem comum.

As diferenças entre o modelo de empresa capitalista e o de economia solidária, ainda que apresentem inúmeras particularidades, podem ser resumidos em quatro pontos básicos:

- 1- No modelo capitalista a participação de cada sócio nas decisões da empresa é proporcional à sua quota de capital, já no modelo solidário todos dirigem igualmente o empreendimento, ou ele é dirigido por representantes democraticamente eleitos pelos sócios, e cada sócio tem um voto.
- 2- No modelo capitalista os lucros são repartidos de acordo com a quantidade de ações. O empreendimento solidário pressupõe igualdade na repartição das sobras (lucros).
- 3- Na empresa capitalista os sócios podem não trabalhar na empresa. O modelo solidário exige que todos os sócios trabalhem na empresa.
- 4- A empresa capitalista pode empregar não sócios como assalariados. O modelo solidário pressupõe não usar mão-de-obra assalariada, mas apenas o trabalho dos sócios.

Segundo Singer (2002), a economia solidária é a economia a serviço da sociedade humana e não um fim em si mesmo, busca ser um modelo amparado na autogestão que visa um desenvolvimento humano e social em múltiplas dimensões, ultrapassando o

monopólio dos elementos econômicos sobre a vida em sociedade. A economia solidária tem na sua base o cooperativismo como forma de produção, porém quando se analisam as características da economia solidária com as empresas cooperativas tradicionais, percebe-se que nem sempre o ideal cooperativo é respeitado, alguns tipos de cooperativismo só reforçaram o modelo capitalista, o que os afasta da visão solidária – participativa.

A maior parte do cooperativismo existente no mundo, não pode ser entendido como solidário, pois apresenta esta característica apenas no relacionamento dos sócios entre si, ou seja, os membros das cooperativas praticam a democracia no governo das cooperativas, mas organizam suas propriedades individuais e a cooperativa de modo capitalista. O assalariamento é prática usual, sendo a compra e venda de insumos, o processamento dos produtos e a venda do produto final, realizada por empregados não associados e remunerados de forma desigual e submetidos às relações hierárquicas de poder, preservando-se a lógica capitalista tradicional. Ainda assim, este modelo cooperativo não pode ser enquadrado como puramente capitalista, sendo melhor entendido como um sistema híbrido, meio solidário, meio capitalista (SINGER, 2002, SINGER; OLIVEIRA, 2008).

<b>EMPRESA SOLIDÁRIA</b>	<b>COOPERATIVA TRADICIONAL</b>	<b>EMPRESA CAPITALISTA</b>
Autogestão	Autogestão/ Cogestão	Heterogestão
Retiradas pré acordadas	Retiradas proporcionais aos investimentos	Salário escalonado
Decisões democráticas (voto igualitário)	Decisões através da representação democrática	Decisões centralizadas pela chefia
Ausência de hierarquia	Hierarquia flexível (eleição de representantes)	Níveis sucessivos de autoridade
Participação direta efetiva	Participação direta / delegada	Alienação, absenteísmo
Buscam: a melhoria da qualidade de vida de seus associados	Buscam: as vantagens da cooperação	Buscam: Maximização da riqueza dos seus sócios
Solidariedade colaboração	União de forças	Competição
Adesão: livre	Adesão: restrita a prática da mesma atividade da cooperativa	Adesão: detentores de capital
Interesses: coletivos	Interesses: individual/coletivo	Interesses: mercantis
Resultado: sobra	Resultado: sobra	Resultado: lucro

**Quadro 2 – Divergências entre empresas solidárias X cooperativas tradicionais X empresas capitalistas**

Fonte: adaptado de SINGER (2002) e Schmidt e Perius (2003)

Como se discorreu anteriormente, os empreendimentos solidários apresentam diferenças significativas não só em relação às empresas capitalistas tradicionais, como também em relação ao modelo cooperativo convencional. Para que essas diferenças possam ficar mais claras, expõe-se a seguir um quadro comparativo (Quadro 2) entre os três modelos organizacionais, entretanto antes de exibi-lo é importante que casos como o do

Complexo Cooperativo de Mondragón (veja na seção 2.2), pode vir a se consolidar como um quarto modelo, meio termo entre a empresa solidária e a cooperativa tradicional:

Alguns desafios entre aqueles que são comuns a todos os empreendimentos de economia solidária, serão analisados no próximo capítulo.

### **3. DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Neste capítulo discutem-se os principais desafios enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária, como a dificuldade de organizar a produção e a administração dos empreendimentos de forma participativa e democrática, segundo os princípios da autogestão para superar os problemas causados pela divisão especializada do trabalho; a complexidade da organização dos empreendimentos solidários em redes visando a obtenção de economias de escala e de escopo; a dificuldade para superar as limitações impostas pela pobreza e pela dificuldade de acesso ao crédito; o problema do baixo nível de escolaridade e de formação profissional da maioria dos trabalhadores inseridos na economia solidária; e finalmente o desafio de enfrentar um mercado onde o consumidor típico está habituado a produtos e marcas tradicionais.

#### **3.1. Autogestão, divisão do trabalho e eficiência produtiva e gerencial**

Um dos princípios da economia solidária é a autogestão dos empreendimentos, pelo qual todos os trabalhadores devem participar democraticamente da sua administração e devem saber e fazer todas as tarefas pertinentes ao processo de produção, comercialização e gerenciamento. Tal princípio busca evitar que alguns membros monopolizem o trabalho de gerência, e utilizem esse poder para obter vantagens pessoais ou explorar o trabalho da maioria. A divisão de trabalho dentro das unidades produtivas é defendida desde Adam Smith como instrumento necessário para promover a eficiência, mas é apontada por Marx e reconhecida pelos defensores da economia solidária como fator de alienação do trabalho. Com a divisão do trabalho o trabalhador deixa de conhecer e realizar todas as etapas do processo de trabalho, por isso perde a noção do valor do seu trabalho e abre brechas para a exploração. Não obstante, como é humanamente impossível saber ou ser eficiente em tudo, a divisão especializada do trabalho continua sendo necessária. Essa contradição é discutida neste subcapítulo.

Segundo Mance (1999), a característica principal de uma empresa autogestionária é que sua gerência é realizada pelos próprios trabalhadores, os quais elegem a diretoria, um conselho de gestão e possuem cotas iguais. Há duas formas principais de empresas autogeridas, as cooperativas e as associações:

As empresas autogeridas assumem a forma de cooperativa, tem-se cotas iguais para todos os membros; quando assume a forma a forma de uma associação, os trabalhadores são simultaneamente operários e sócios da associação (MANCE,

1999, pg. 87).

No sistema de autogestão os trabalhadores têm que possuir no mínimo 51% do capital acionário das empresas por eles administradas, e eles tomam decisões relativas “a investimentos, processo produtivo, clientes, fornecedores e mesmo o valor de seus salários e retiradas” (FERNANDES, *apud* MANCE, 1999, pg. 87).

Singer e Souza (2000) expõem a proposta de autogestão da seguinte forma:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões (SINGER; SOUZA, 2000, pg. 9).

Assim, conforme Singer (2002), a principal diferença da empresa capitalista em relação ao modelo de economia solidária é a separação entre capital e trabalho, ou seja, quem trabalha na empresa não é dono ou sócio dela, a não ser quando os proprietários trabalham no comando gerencial da empresa, em vez de delegar a trabalhadores profissionais especializados o trabalho de direção. O processo de gestão deste tipo de empresa se dá através de um modelo hierárquico baseado em níveis de autoridade e decisão que fluem de cima para baixo. Este modelo o autor chama de heterogestão.

Diferentemente da empresa capitalista, na empresa solidária não há separação entre capital e trabalho, todos os trabalhadores são proprietários da própria empresa na qual atuam, responsáveis por ela e participantes dos seus resultados econômicos de forma igualitária. As empresas de economia solidária são administradas de forma democrática, praticando a autogestão. Nas empresas pequenas as decisões são tomadas sempre em assembleia com a participação de todos os sócios trabalhadores. Nas empresas solidárias de grande porte, as decisões rotineiras são de responsabilidade dos encarregados e gerentes, eleitos pelos sócios, porém, as de cunho estratégico ou que envolvem maior complexidade, são remetidas à assembleia, composta pelo conjunto dos sócios trabalhadores, e aí debatidas e decididas democraticamente (SINGER, 2002).

Os modelos de autogestão e heterogestão apresentam virtudes e problemas. A heterogestão demonstra sua eficiência na rapidez e flexibilidade de resposta em relação às contingências do mercado, o que é fundamental na sua competição com as demais empresas no mercado (SINGER, 1998b). Essa agilidade na tomada de decisão ocorre da centralização do poder nas mãos de quem controla a empresa, seu único dono, o presidente, a diretoria.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> A este respeito Marx afirma que o trabalhador está sob o comando das ordens do capitalista de forma tão



Em uma grande e complexa empresa capitalista, supostamente, quando mais alto a posição hierárquica dos trabalhadores dentro da empresa, maior deve ser o conhecimento que se tem da empresa como todo, portando a diretoria da empresa deveria ter perfeito controle dela, e precisão na tomada de decisão. Entretanto, a competição entre os diferentes setores da empresa pode atrapalhar a obtenção de informações precisas, e a hierarquia na divisão do trabalho pode dificultar a execução das mudanças definidas pela alta direção da empresa nos escalões mais baixos (SINGER, 2002).

Já na autogestão, o caráter coletivo das decisões melhora sua qualidade, pois ela tende a ser enriquecida pela multiplicidade de agentes envolvidos, compartilhando experiências e atitudes, não ficando refém da posição de um indivíduo ou oligarquia. Além do mais, por serem tomadas em conjunto e se refletirem diretamente nos próprios destinos de cada um, contribui para que os trabalhadores tenham uma maior responsabilidade e comprometimento em relação à empresa (SINGER, 2002). Por outro lado, a tomada de decisões tende a ser mais lenta quando é feita através do debate democrático e participativo, o que limita a competitividade dos empreendimentos solidários no enfrentamento com as empresas capitalistas, diante das constantes mudanças nos determinantes da demanda e oferta mercado e das inovações.

Singer (1998a) defende distinção entre as decisões de pequeno e de grande alcance. As primeiras são rotineiras e podem ser decididas com rapidez por uma única pessoa ou grupo, para não comprometer a fluidez do processo. Mas as decisões de grande alcance (estratégicas) devem ser compartilhadas e participativas, por isso demandam um tempo maior. Entretanto, decisões de natureza estratégica não acontecem rotineiramente e certamente não necessitarão de tanta velocidade de resposta.

Paul Singer (1998a) alerta que o mais difícil não é encontrar uma forma organizacional coerente os princípios da economia solidária e que demonstre viabilidade e eficiência gerencial e econômica, mas antes, mobilizar a iniciativa da massa de inativos e marginalizados a empreender. É o desafio de conseguir transpor uma cultura de passividade, alienação e de baixa auto-estima para uma condição pró-ativa, autônoma e autoconfiante, em que cada um deseje e trabalhe para tornar-se dono do seu futuro e responsável por suas decisões e conseqüências.

---

imperiosa quanto as ordens do general para o soldado no campo de batalha, ou seja, ele tem que executar a tarefa, sem discussão, sob pena de ser demitido. De modo mais poético, “um violinista isolado dirige a si mesmo, uma orquestra exige um maestro.” E continua: “Esta função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele se subordinado torna-se cooperativo” (MARX, 1983, V.I, T.I, pg. 263). Por isso, não só a tomada de decisão é rápida, mas também sua execução.

Outro obstáculo apontado pelo autor para o desenvolvimento sadio das organizações de economia solidária é a dificuldade em se ultrapassar o individualismo que cada um carrega dentro de si e passar a empreender de forma coletiva e solidária. A tentação de querer impor idéias autoritariamente e a incapacidade de lidar com as diferenças, são barreiras difíceis de eliminar, ainda que sua superação seja condição essencial para o sucesso dos empreendimentos (SINGER, 1998a).

Segundo Adam Smith (1983), a competição entre os trabalhadores mesmo dentro de uma empresa é tida como uma vantagem, porque força-os a buscar elevar sua qualificação e manter-se constantemente empenhados para aumentar a produtividade do seu trabalho, não apenas para galgar postos mais altos dentro da hierarquia da empresa e melhores salários, como para evitar a demissão. Sem discordar de Smith, Singer (2002) aponta que a competição exacerbada pode prejudicar o desempenho da empresa.

Na verdade, da mesma forma que as empresas capitalistas não estão livres da competição externa com outras empresas e lhe é útil a competição interna entre seus trabalhadores, muito menos pode renunciar a cooperação entre eles. Nas sociedades primitivas a cooperação era uma condição necessária para a sobrevivência humana, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas, e nas sociedades escravistas havia cooperação entre os escravos, forçados a trabalhar pelos seus proprietários (MARX, 1986). No processo de transição do feudalismo para o capitalismo que ocorreu na Europa entre os séculos XVI e XVIII, pode-se dizer que houve uma reconstrução da cooperação, pois a primeira grande transformação do ponto de vista produtivo foi a superação da oficina artesanal de caráter individual ou familiar, pela manufatura capitalista que empregava o trabalho coletivo e cooperativo de muitos trabalhadores. Esse aspecto é ressaltado por Marx (1983, V.I, T.I) em “O Capital” no capítulo sobre a “Cooperação”.

Marx (1983) aponta uma série de vantagens que a cooperação traz para a manufatura capitalista em comparação ao trabalho realizado pela oficina artesanal, tais vantagens se traduzem em maiores lucros para os capitalistas. Porém, a maioria das vantagens da cooperação é aplicada a qualquer tipo de empreendimento produtivo ou atividade humana, dentre elas destacam-se: a) a economia no emprego do capital constante, pois na produção individual todos os meios de trabalho têm que estar à disposição de um único trabalhador, mas a maior parte deles pode ser compartilhada por vários trabalhadores, já que não precisariam fazer uso deles ao mesmo tempo; b) a concentração de força mecânica quando o trabalho exige a união de vários trabalhadores para realizar uma tarefa, por exemplo, para levantar uma carga; c) a emulação e excitação dos espíritos vitais proporcionada pela

realização do trabalho em conjunto, ou seja, diante do trabalho duro o espírito de equipe o torna mais suave; d) em alguns ramos, como na agricultura, há momentos críticos em que é necessária a cooperação de muitos trabalhadores para realizar aquela tarefa, ou a colheita será perdida; e) há uma melhor organização e aproveitamento do tempo e do espaço.<sup>24</sup>

As empresas capitalistas e as empresas solidárias podem aproveitar destas vantagens da cooperação entre os trabalhadores. Entretanto, se as primeiras têm uma vantagem adicional que é o poder de comando e vigilância que os capitalistas impõem aos seus assalariados, e que os obriga a sempre cumprir com agilidade e obediência suas ordens e a se dedicar ao máximo ao trabalho. Elas têm, ao mesmo tempo, duas desvantagens, a dificuldade de conciliar na dose certa a unidade contraditória entre a cooperação e a concorrência entre seus funcionários, para impedir a concorrência exacerbada entre eles (conforme a última citação de Singer acima), e o fato apontado por Marx (1983, V.I, T.I), de que quanto maior o número de trabalhadores que são reunidos para cooperar entre si numa empresa capitalista, maior será a resistência destes mesmos trabalhadores à exploração do capital. Na empresa solidária, essas contradições não ocorrem, a cooperação só traz vantagens, que crescem à medida que cresce o número de trabalhadores do empreendimento.

Outro problema é a divisão social do trabalho, apontada por Adam Smith (1983), como a principal causa do aprimoramento das forças produtivas e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico e da riqueza das nações. Para o autor, a divisão do trabalho tem origem na propensão natural do homem à troca de bens. Para aquele autor o processo de troca ocorre porque os homens possuem naturais diferenças de talento, o interesse próprio força cada trabalhador a se especializar na produção de coisas para as quais possui mais talento, e a trocar o fruto de suas habilidades por produtos feitos por outras pessoas. Quanto maior for o tamanho da empresa, mais complexa e produtiva é a divisão interna do trabalho. As vantagens que se pode obter da divisão social do trabalho, no limite, são limitadas pelo tamanho do mercado mundial. O dinheiro substituiu o processo de troca por escambo, pelo processo mais ágil de compra e venda, que somado ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, contribuiu ainda mais para o desenvolvimento da divisão do trabalho e do progresso das forças produtivas.

---

<sup>24</sup> Por exemplo, quando os pedreiros se unem em fila para transportar tijolos conseguem fazer bem mais rápido do que se cada um fosse obrigado a fazer muitas idas e vindas carregando pequenas quantidades de cada vez. Outro exemplo, é a pesca de arrastão, com uma rede gigante se pesca muito mais peixes, do que se os trabalhadores que a puxam lançarem cada um sua própria rede particular, pois neste último caso, muitos peixes escapariam entre uma rede e outra, ou um pescador atrapalharia ou outro com suas redes.

Marx (1983, V.I, T.I) não nega as vantagens que a divisão social do trabalho trouxe não só para aumentar os lucros dos capitalistas, como para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas. A divisão do trabalho em várias tarefas particulares torna cada uma delas operação relativamente simples de ser executada, trazendo importantes vantagens para as empresas capitalistas, mas desvantagens para o trabalhador. A repetição constante da mesma tarefa pelo trabalhador parcial lhe proporciona alcançar a virtuosidade na execução trabalho, ou seja, aumenta significativamente a velocidade e a precisão com que ele faz seu serviço. Entretanto, o trabalho repetitivo e monótono é muito mais desgastante para o trabalhador, física e mentalmente. Ela também permite o desenvolvimento de máquinas e ferramentas especializadas para cada tarefa, outra contribuição para elevar a produtividade e a precisão do trabalho. O trabalho parcial é mais rápido e fácil de aprender, o que reduz o custo da empresa com treinamento dos trabalhadores. Na perspectiva capitalista, também reduz o custo de reprodução da força de trabalho, portanto seu valor e, conseqüentemente, seu preço, ou seja, reduz o salário. Por fim, retira do trabalhador o conhecimento completo do processo de trabalho, o qual é apropriado pela empresa, assim o trabalhador perde também a noção do valor do produto do seu trabalho. Há uma separação entre trabalho manual e intelectual, e o trabalho torna-se alienado.

Para Marx e Engels (1982b, pg.24) a divisão do trabalho tem como causas as diferenças naturais de capacidade para o trabalho e a divisão da sociedade em famílias opostas umas às outras, e como conseqüências a repartição desigual do trabalho e dos seus produtos e também a propriedade privada. Eles consideram a divisão do trabalho e a propriedade privada como expressões idênticas de uma mesma realidade, a primeira diz respeito à atividade e a segunda ao produto da atividade, concluem que “com a divisão do trabalho está dada, ao mesmo tempo, a contradição entre o interesse de cada um dos indivíduos ou de cada uma das famílias e o interesse comunitário de todos os indivíduos que mantêm intercâmbio uns com os outros”.

Os autores consideram que a divisão do trabalho restringe a liberdade dos homens, porque são obrigados a trabalhar dentro de um campo limitado de opções. Também causa a alienação porque a divisão do trabalho dificulta o cálculo econômico, o homem perde a noção do valor relativo do seu trabalho em comparação ao valor do trabalho dos outros homens, mesmo em um regime de cooperação, pois um homem só pode saber o valor do seu trabalho e dos trabalhos alheios se lhe é permitido realizar todos esses trabalhos. Tal situação é consolidada com a divisão do trabalho, porque em geral ela determina que o produto do trabalho deixe de ser valor de uso para seu produtor (sendo apenas para o comprador) para ser

mercadoria, e quando a subsistência social é obtida por meio da produção de mercadorias, o homem deixa de controlar o produto do seu trabalho e passa a ser controlado por ele, ou seja, passa a ter que obedecer às leis cegas do mercado<sup>25</sup>, numa escala que atinge o comércio mundial, que “como diz um economista inglês<sup>26</sup>, paira sobre a Terra semelhante ao Destino antigo e com mão invisível distribui a felicidade e a infelicidade aos homens” (MARX; ENGELS, 1982b, pg. 26).

Paulo Netto (1981) observa acerca do conceito de alienação do trabalho que:

No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente, o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perda, a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe aparece como algo alheio, autônomo. (...) O trabalho alienado tem como corolário, para o trabalhador, uma alienação dúptica: a do produto do trabalho (alienação do objeto) e a da própria atividade do trabalho (alienação de si) (PAULO NETTO, 1981, pg. 57).

Marx e Engels também defendiam que no comunismo seria abolida a divisão social do trabalho, segundo eles “... a subordinação [*subsumtion*] de cada indivíduo à divisão do trabalho, (...) só pode ser eliminado por meio da abolição da propriedade privada e do próprio trabalho” (MARX; ENGELS, 1982 b, pg. 58). Também seriam necessárias outras condições, por exemplo, a educação teria que ser universalizada no mais alto nível, e a sociedade deveria atingir um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e alcançar a afluência.

Surge um “novo homem” que não conhece a escassez nem as desigualdades sociais e a sociedade pode superar o direito burguês e ser regida sobre o princípio comunista: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (MARX, 1985, V. III, pg. 17).

Alec Nove (1989) defende o socialismo, mas contesta essa tese de Marx e Engels. Para o autor existem três tipos de divisão social do trabalho. A primeira é a originada pela especialização entre unidades produtivas, por exemplo, uma fábrica produz roupas, uma fazenda produz cereal, uma escola ensina, etc. Este tipo de especialização leva necessariamente à produção de mercadorias, ou seja, a produção para a troca e não para o uso direto. O segundo tipo é a especialização entre pessoas em função da sua profissão ou vocação, como é o caso do professor, do profissional da saúde, do agricultor, do construtor, etc. A terceira forma especialização é a divisão vertical do trabalho, ou hierárquica, por

<sup>25</sup> Mais tarde no livro “O Capital”, ao falar do “fetiche da mercadoria”, Marx (1983) deixou mais claro esse poder que a produção de mercadorias exerce sobre os homens, o será apresentado neste trabalho na seção 3.5

<sup>26</sup> Os autores se referem a Adam Smith.

exemplo, o engenheiro, o mestre de obras, o pedreiro e o servente de pedreiro. Neste último caso há uma separação gradativa entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que gera a tendência de alienação do trabalho.

Nove (1989) argumenta que é utópico querer acabar com a divisão do trabalho numa sociedade complexa, da forma como disse Marx, uma pessoa “caçará de manhã, pescará à tarde, cuidará do gado à noite e fará crítica literária após o jantar, sem se tornar caçador, pescador, pastor ou crítico” (MARX, *apud* NOVE, 1989, 81). Inicialmente, porque em relação à especialização horizontal, muito dificilmente uma pessoa poderia ser preparada para mudar facilmente de função, diversas vezes, mantendo a eficiência. Ademais, porque mesmo que se procure eliminar divisão vertical do trabalho, ainda assim haverá a necessidade de serem estabelecidas diversas responsabilidades individuais de forma hierárquica, por exemplo, entre um controlador de vôo e um piloto de avião de passageiros.

Segundo Nove (1989), o próprio Marx e alguns seguidores reconheciam a necessidade da autoridade sempre que o trabalho é coletivo, o que pode ser apreciado em algumas citações, como: “Todos os trabalhos em que operam muitos indivíduos exige necessariamente, para sua articulação e unidade, uma vontade que os comande” (MARX, *apud* NOVE, 1989, pg, 83); ou então, é preciso “uma vontade unida, ligando todos os trabalhadores com a precisão de um mecanismo de relógio” (LENIN, *apud* NOVE, 1989, pg, 83); por fim, a ausência de autoridade e hierarquia só pode existir em pequena escala, “o desejo de Engels de abolir a propriedade privada na indústria em grande escala é idêntico ao desejo de abolir a própria indústria em grande escala” (LENIN, *apud* NOV, 1989, pg, 83).

Para deixar mais claro a defesa de Marx e de Engels a favor da abolição da divisão do trabalho, repete-se. Eles consideravam que ela seria possível apenas numa sociedade comunista completamente desenvolvida, na qual as máquinas fariam o trabalho mais árduo e o trabalho seria simplificado, e a sociedade conseguiria produzir os meios de subsistência em abundância. Logo, não haveria escassez, o trabalho deixaria de ser obrigatório, o grau de educação de todos os seres humanos seria muito elevado, e exigiria a formação de um ser humano com nova mentalidade. Esse ideal era para os autores uma possibilidade, mas seria necessária uma longa transição após a revolução socialista. Na sociedade socialista (fase inferior do comunismo), diante da escassez e das heranças remanescentes da sociedade capitalista como a disparidade de qualificação entre os trabalhadores, somado às diferenças de ordem natural ou vocacional, haveria a necessidade da divisão social do trabalho, e com ela a remuneração dos trabalhadores conforme seu trabalho,

para estimular a busca pela educação, qualificação para o trabalho, e o desenvolvimento científico e tecnológico (LENIN, 1979).

Singer (1998b) reconhece que o trabalho desenvolvido na empresa capitalista tem forte carga de alienação. Já que tudo é seccionado, cada um faz apenas um conjunto de tarefas específicas, além das atividades intelectuais e operacionais serem separadas. Mas o autor considera que o modelo solidário pode criar um ambiente propício à participação dos trabalhadores em todas as funções, não havendo separação ou exclusividade no desenvolvimento das atividades, todos têm que estar aptos a efetuar distintas operações, compreendendo o processo de forma integral. Entretanto, algumas evidências empíricas apresentadas em estudos de caso no Brasil, demonstram a dificuldade de superação da divisão do trabalho nos empreendimentos de economia solidária.

Daniela Metello (2007) pesquisou empreendimentos solidários ligados à rede da Justa Trama<sup>27</sup> e verificou dois empreendimentos que aplicaram o princípio de eliminação da divisão do trabalho. Na Cooperativa Univens, a organização hierárquica do trabalho foi questionada e, com isso, houve aumento da “auto-estima” e do “empoderamento” dos trabalhadores, resultando também num maior compromisso deles com o trabalho.<sup>28</sup>

O segundo caso é do empreendimento chamado Fio Nobre, a autora afirma que “somente quando a demanda é grande fazem divisão do trabalho (na costura, não no artesanato), de outro modo, as trabalhadoras elaboram as peças inteiras” (METELLO, 2007, pg. 88). Esse caso é exemplar, por mais que se tenha buscado extinguir a divisão do trabalho, objetivando uma relação de trabalho mais democrática e igualitária, quando se exigiu uma maior produtividade, a divisão do trabalho continuou se mostrando superior. Em ambos os

---

<sup>27</sup> A Justa Trama - Cadeia Produtiva Solidária do Algodão Agroecológico, é uma rede de empreendimentos solidários que compreendem os principais elos da cadeia de produção da indústria têxtil e de confecções, ver a respeito em METELLO (2007, pg. 79) e [www.justatrama.com.br](http://www.justatrama.com.br).

<sup>28</sup> O depoimento da presidenta da Univens comprova:

O sistema nunca disse que a gente tem essa capacidade [...], como se nos separassem partes por partes na sociedade: então, você é o *design*, você cria; você é a costureira, você costura. E, na verdade, a gente tem essas capacidades todas só que elas não são desenvolvidas, exatamente porque não se tem oportunidade. (Presidente da Univens, coordenadora da Justa Trama, entrevista da primeira etapa)

A Justa Trama te faz pensar na outra produção que você faz. [...] Você não imagina o que a gente já reviu do nosso trabalho, de como a gente faz, por causa da Justa Trama, por causa de estar criando. Essa coisa de a gente ter uma marca, de poder criar, de poder inventar, pode sentar, pode discordar de técnico, do designer [...] mexeu mais na responsabilidade, o pessoal descobriu que tem o espírito de criação, [...] Descobrir isso, que a gente não sabia de ter capacidade de criar coisas, lógico que isso muda o seu/ comportamento, a sua visão das coisas [...] lógico que hoje o pessoal é muito mais participativo do que era. (Presidente da Univens, coordenadora da Justa Trama, entrevista da segunda etapa). (METELLO, 2007, pg. 112).

casos apresentados por Metello a divisão do trabalho foi criticada e reduzida, mas não foi eliminada.

Ao discutir a divisão do trabalho, Gabriela Cunha (2002) apresenta uma opinião divergente da apresentada por Singer ao resumir o pensamento de Orlando Nuñez:

O associativismo e a autogestão não eliminam imediatamente a divisão do trabalho, a propriedade privada ou o mercado, mas podem gradativamente criar as bases para extinguir a apropriação particular dos excedentes, neutralizar as tendências concentradoras do mercado capitalista, melhorar a correlação de forças produtivas, complementar o controle social do Estado e servir de escola para a formação de novas relações sociais de produção (CUNHA, 2002, pg. 68).

Uma alternativa a ser considerada para manter a eficiência da divisão do trabalho, porém, minimizando seus efeitos colaterais danosos como a alienação do trabalho, o estresse do trabalho repetitivo e monótono, etc., pode ser o rodízio de funções. Essa opção foi colocada em prática na BRUSCOR – Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda, de Brusque, Santa Catarina. Segundo Dalila Pedrini(1999):

A BRUSCOR estabeleceu rodízio de funções, com vários objetivos: maior aprendizado para todos os membros, quebra de rotina; conhecimento de todo o processo da empresa; realização e ou necessidades pessoais; prevenção de problemas de saúde; melhoria e autonomia, na empresa, para os períodos de férias, licenças ou desistências. (PEDRINI, 1999, pg. 154)

Neste sistema rotativo da BRUSCOR os cargos são trocados anualmente, com exceção dos administrativos onde são necessários maiores cuidados e mais estabilidade, principalmente nas funções de relacionamento com os consumidores, mesmo assim o rodízio é feito em todos os setores. Esse sistema de rodízio foi criado pelos próprios sócios fundadores do empreendimento, sem qualquer saber especializado ou assessoria técnica, e mesmo assim mostrou-se desafiador e eficiente, pois envolve pressão e responsabilidade dado que a empresa deve preservar a produção, a produtividade e a qualidade. O sistema de rotatividade funcional foi facilitado pela natureza da produção da BRUSCOR, pois a fabricação de cordas, barbantes e cadarços não exige máquinas complexas, é um produto de baixa tecnologia, não exige uma qualificação profissional muito sofisticada, e é de fácil aprendizagem (PEDRINI, 1999). Logo, pode-se concluir que se mesmo na sociedade socialista a divisão do trabalho é imprescindível, é provável que ela seja ainda mais necessária nos empreendimentos solidários existentes nas sociedades capitalistas, a qual convive com uma força de trabalho muito heterogênea. Talvez sejam exceção a esta regra, os empreendimentos que estão mais próximos da produção artesanal e rural do que da industrial.

Não somente a divisão do trabalho e a gerência organizacional promovem a



eficiência produtiva, os incentivos podem ter um peso ainda maior. Na empresa capitalista, a massa de trabalhadores vende a sua força de trabalho para os donos do capital, que por sua vez, apropriam os lucros (mais-valia) auferidos pela empresa, gerando um hiato abissal entre a remuneração do capital e a do fator trabalho, fato este, naturalizado pelo modo capitalista de produção (SINGER, 2002). Entretanto, segundo Marx (1983, L.I, V.II), a remuneração do trabalhador na forma salário dificulta a percepção de que lhe está sendo explorado trabalho excedente. Aparentemente todo seu trabalho é pago, tal concepção decorre do fato que os salários são proporcionais ao tempo de trabalho (salário por hora), à produtividade do trabalho (salário por peça), ou a qualificação exigida pelo trabalho. A busca por melhores salários é um forte e positivo estímulo para que o trabalhador busque sempre aprimorar sua qualificação e aumentar sua produtividade. No caso do salário por peça essa relação entre produtividade e salário é sempre direta, mas no caso do salário por tempo ela só é explícita quando os trabalhadores participam da divisão do lucro anual da empresa, ou ganham prêmios pelo cumprimento coletivo de metas.

Outro estímulo para que o trabalhador busque o auto-aperfeiçoamento da sua força de trabalho nas empresas capitalistas, é a ameaça de demissão que está sempre eminente e a competição interna nas empresas, obrigando-o a uma atitude de superação contínua, o que gera por um lado, um processo de grande eficácia produtiva e inventividade, porém, de outro, um clima organizacional estressante e desumano. Além do mais, os desequilíbrios de renda e de poder são os mecanismos usados para estimular o desempenho superior dos trabalhadores, com a promessa de ascensão social, prestígio e status, num processo de “fetichismo” do próprio trabalho (SINGER, 2002).

Na empresa solidária, os próprios trabalhadores são seus sócios-proprietários, por isso eles não recebem salário, mas retiradas, que variam conforme a receita obtida e de acordo com a decisão coletiva manifestada em assembléia. Muitas empresas solidárias aceitam diferenças de remuneração, em função da diferença de trabalhos realizados, porém, estabelecem limites máximos entre a menor e a maior retirada, para não criar grandes distorções. Distintamente, na empresa capitalista o excedente anual, ou seja, o lucro, é distribuído entre os acionistas conforme a quantidade de ações que cada um possui, e a decisão sobre sua destinação cabe à assembléia de acionistas (SINGER, 2002).

### **3.2. As Redes de Economia Solidária: em busca das economias de escala e de escopo**

Outro grande desafio é conseguir a articulação das várias experiências de

economia solidária desenvolvidas no Brasil e no mundo, criando alianças e parcerias capazes de potencializar seu desenvolvimento. Para isso, a constituição de redes pode ser o melhor caminho, ao proporcionar maior capacidade de enfrentamento dos problemas encontrados, afastando-se do isolamento que só tende a enfraquecer as iniciativas de base solidária.

A formação de redes de empresas surgiu no início do século XX, com o objetivo de viabilizar as economias de escala e de escopo da pequena produção artesanal, por meio da distribuição de custos e uso conjunto de equipamentos (SHIMA, 2006).

Para a economia neoclássica, as economias de escala acontecem se o custo médio de longo prazo diminui quando aumenta a quantidade produzida ou, dito de outra forma, se os retornos de escala são crescentes. Segundo Lotty e Szapiro (2002), há dois tipos de economias de escala, as economias de escalas reais que surgem se o aumento dos insumos ocorre numa proporção menor do que o aumento da produção, e as economias de escala pecuniárias que surgem se a empresa obtém redução no preço unitário pago pelos insumos, quando a empresa necessita adquiri-los em maior quantidade para dar conta de uma produção maior.

Nas redes de economia solidária podem ser captadas as economias de escalas reais, proporcionadas pelos os ganhos de especialização gerados pela divisão de trabalho, principalmente quando a rede está baseada na verticalização das empresas. E no caso de redes horizontais a principal vantagem são as economias de escala pecuniárias adquiridas pela redução do preço de custo unitário dos insumos adquiridos ou, ao contrário, na obtenção de preços melhores na venda.

As economias de escopo são obtidas quando o custo unitário de se produzir mais de um tipo de produto, numa planta industrial maior, é menor do que se esses mesmos produtos fossem produzidos em plantas industriais independentes, ou seja, a redução dos custos médios é obtida através da diversificação de produtos. Segundo Lotty e Szapiro (2002, pg. 61-62), “é interessante observar que esta definição de economias de escopo decorre do conceito de subaditividade de custos, o que nos permite concluir que a existência de economias de escopo depende em grande medida das economias de escala”.

Para Mance (2002, pg. 264), “as redes solidárias operam primordialmente em *economias de escopo*” (itálico de Mance) em vez de economias de escala. Conforme o autor, os empreendimentos solidários podem obter economias de escopo, personalizando o máximo possível seus produtos para atender as peculiaridades de cada consumidor. Por exemplo, uma pequena padaria comunitária pode produzir pães sobre encomenda, com ingredientes e dosagens variadas, e fazer o mesmo com outros produtos como bolos,

biscoitos, tortas, etc. Há muitas empresas capitalistas que ainda competem apenas baseadas nas economias de escala, por isso têm menos flexibilidade para atender as diferenças nos produtos demandados pelos consumidores. Não obstante, Mance reconhece que já há grandes e pequenas empresas capitalistas que desenvolveram tecnologias como a automação flexível e o *just-in-time*, para produzir mercadorias customizadas, utilizando inclusive a internet para que o consumidor compre de um automóvel a uma pizza com os componentes que escolher. A organização dos empreendimentos solidários em rede pode combinar economias de escala e de escopo.

Segundo Shima (2006), há três abordagens sobre a economia de redes: a neoclássica (microeconomia), a neo-institucionalista, e a evolucionária. Na abordagem neoclássica as empresas se organizam em redes na busca de externalidades positivas, geradas pelo fato das escolhas individuais serem afetadas pelas escolhas dos demais agentes. Segundo Britto (2002), há quatro tipos de externalidades em redes: a) relacionadas à interdependência técnica entre os agentes, resultantes das respectivas funções de produção; b) pecuniárias, ocasionadas pelas mudanças nos preços relativos dos fatores de produção, influenciando nos custos das empresas; c) tecnológicas associadas a efeitos do tipo *spill-over*, interferindo em mudanças no ritmo da adoção e difusão de inovações num determinado mercado; e e) de demanda, pois a demanda de cada empresa depende das decisões de ofertas das demais.

O aproveitamento dessas externalidades pelas empresas da rede depende, segundo Britto (2002) de alguns fatores: alta compatibilidade e complementaridade técnica entre as empresas e as atividades por elas realizadas; elevado grau de integração de atividades produtivas ao nível da rede, devido à existência de externalidades técnicas, pecuniárias e de demanda; criação de externalidades tecnológicas e outros benefícios relacionados ao progresso técnico, proporcionados pela variedade de empresas e a complementaridade das suas competências; e consolidação de uma infra-estrutura particular, que implica em alto grau de irreversibilidade dos investimentos realizados pelas empresas que integram a rede.

Shima (2006) afirma que para os evolucionários as redes de empresas não são um objeto de pesquisa específico, não obstante, considera que seja possível interpretar as redes através desta abordagem. O papel delas seria conjugar de forma dinâmica as diversas competências existentes nas empresas integradas, particularmente aquelas que procuram melhorar a capacidade de inovação e aperfeiçoar a produção das empresas da rede. Neste caso, a rede toda aproveitaria os conhecimentos específicos de cada empresa, cujo aprendizado demandaria alto custo em tempo e dinheiro, devido ao seu alto grau de complexidade e complementaridade.

Segundo Britto (2002), a abordagem institucionalista trata da rede como um objeto de estudo específico, sua ênfase está na estrutura organizacional da rede, nas associações estabelecidas entre as empresas, e na transformação da rede a partir de estímulos internos e externos. Em tal conceito é ressaltada a dimensão social da relação entre as empresas e suas possíveis implicações sobre o ambiente econômico e o padrão de conduta dos agentes. Para Shima (2006), as empresas precisam ajustar a organização das suas estruturas produtivas para reduzir os custos de transação, por isso elas devem escolher entre comprar insumos no mercado ou produzir internamente através da verticalização, ambos os casos implicam em estruturas de governança. Neste sentido, as redes de empresas são estruturas híbridas de governança, porque elas são compostas por empresas independentes que estão integradas entre si, mas que também mantêm intensa relação com o mercado. Ou seja, as empresas da rede não apenas compram e vendem produtos entre si, mas também mantêm essas relações com o mercado em geral.

O conceito de rede implica em quatro elementos estruturais segundo Britto (2002) e Shima (2006), os nós (ou pontos), as posições, as ligações (ou elos) e os fluxos. Os nós (ou pontos) são os elementos primários da rede, a partir deles se forma a rede. O objetivo da integração destes pontos através da rede é a complementaridade das empresas. Cada ponto da rede controla algum tipo de ativo e/ou controla certas atividades necessárias aos demais. É isto que dá unidade à rede. As posições estão relacionadas a uma divisão de trabalho entre os pontos. Cada ponto possui uma função-chave específica na rede, da qual dependem os demais pontos. Não é apenas uma integração vertical, mas, sobretudo, a Integração das capacidades operacionais e competências organizacionais das empresas, e a compatibilização-integração de tecnologias incorporadas nos diferentes estágios das cadeias produtivas.

As ligações (ou elos) relacionam os diversos pontos entre si em função da posição que cada um ocupa na rede. Esses pontos estão ligados uns aos outros porque há neles características comuns que os atraem. Isto está relacionado à complementaridade e interdependência. A força da interdependência depende do grau de atração que as características comuns exercem entre os pontos, e da frequência dos relacionamentos. Cada ponto (empresa) muda, individualmente, sua organização interna e repensa sua estratégia competitiva ao longo do tempo, devido à interação com o ambiente macro e micro econômico e das ligações com os demais pontos. Por isso, os elos têm que ser suficientemente fortes a fim de que a rede, como um todo, continue sua reprodução; ligações fortes significam interdependência forte. Há três Formas de ligações: a) Relação de compra e venda; b) Integração de diversas etapas produtivas; e c) Intercâmbio de conhecimentos e competências

de P & D.

Os fluxos podem ser tangíveis e intangíveis. Os fluxos tangíveis correspondem às transações quantificáveis em termos de volume e valor; são de fácil identificação. O processo de emissão e recepção de estímulos compreende operações de compra e venda bem definidas, realizadas entre os agentes integrados ao arranjo. Esses fluxos devem ser cada vez mais intensos e têm de estar de acordo com as especificidades de cada ponto. Os fluxos intangíveis correspondem ao conjunto de informações que circulam entre os pontos; eles não são de fácil identificação, devido à imaterialidade do produto. Supõe-se que a rede possua uma rede física de comunicação bastante sofisticada, para transitar continuamente, entre os pontos, um conteúdo de dados e informações bastante pesado. É difícil quantificar e qualificar esses dados, porque são informações de caráter tácito, baseadas em padrões cognitivos idiossincráticos retidos pelos agentes responsáveis pela transmissão e recepção das mesmas.

Shima (2006) destaca que uma rede não se caracteriza necessariamente pela proximidade geográfica entre seus pontos. Ou seja, a rede não precisa ser um *cluster* (economia de aglomeração), e as novas tecnologias de informação tornam possíveis às redes alcançarem uma dimensão internacional, facilitado também pelo novo ambiente econômico marcado pela liberalização e desregulamentação dos mercados. Portanto, embora a maioria das redes de economia solidária seja local, elas podem ser até internacionais <sup>29</sup>. As redes surgiram de uma base artesanal para enfrentar a concorrência de economias de larga escala próprias do modelo fordista, mas este modelo tem um apego muito forte aos contratos formais, enquanto a estrutura de rede implica num alto grau de informalidade no trânsito ou fluxo entre seus pontos. O autor considera que os melhores exemplos de redes de empresas são encontrados nas economias italianas e japonesas, pois nestas culturas predominam relações de parentesco e de confiança, muito propícias para o funcionamento de redes. Esses laços de parentesco e de confiança, também são encontrados nas redes de empreendimentos solidários. A definição de economia popular de Lisboa (1999) vai neste sentido:

Economia Popular, são atividades, formais e informais, realizadas em geral no contexto doméstico e comunitariamente inseridas, ou seja, nelas têm grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas, não motivadas pela idéia de maximização do lucro, o que não significa que este não esteja presente – fala-se aqui do lucro social, não totalmente sujeitas ao mercado, mas interagindo com o mesmo, e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autosustentável, sem depender de redes de filantropia (LISBOA, 1999, pg. 76-77).

---

<sup>29</sup> Como é o caso de alguns dos melhores exemplos de redes solidárias, o Complexo Cooperativo de Mondragón (LUTZ, 1997) e das Doze Tribos (DOZE TRIBOS, 2009).

A substituição da lógica concorrencial e individualista, pela cooperação e auxílio mútuo, permite à economia solidária se fundamentar em laços de confiança mais fortes do que aqueles encontrados nas redes de empresas capitalistas.

Entre os defensores da economia solidária, Euclides Mance (1999) ganhou notoriedade nos debates ao propor um modelo solidário diferenciado. Sua proposta apóia-se no desenvolvimento de um conjunto de redes interligadas de forma a abarcar um complexo sistema de cadeias produtivas que incluem desde unidades produtivas, até distributivas e comerciais, que o autor denominou de redes de colaboração solidária. Os elementos constituintes deste conceito de rede não são muito diferentes do modelo sugerido por Brito (2002), em síntese:

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fornecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 1999, pg. 24).

As redes devem crescer intensivamente com a ampliação do número de pessoas envolvidas em cada unidade, e extensivamente através da criação de novas unidades e expandido o território onde atua. As redes devem atender os requisitos de diversidade, integralidade e realimentação; em síntese, significa que deve integrar diversas ações de organizações e movimentos públicos não-estatais como ONGs, associações, cooperativas, etc. Devem praticar a colaboração solidária de forma integral respeitando todos os princípios da economia solidária, e devem sempre buscar a expansão de cada unidade e da rede como um todo de forma sustentável. Estas redes são pensadas através de um sistema paralelo ao capitalista, em que os fluxos se estabelecem internamente, através de um amplo emaranhado de interações entre produtores e consumidores, de forma que a oferta esteja sintonizada com as necessidades de demanda e que essa demanda se efetive exclusivamente através da rede, resultando num processo de retro-alimentação capaz de garantir a sustentabilidade de todo o processo.

Mance (1999) aponta quatro critérios básicos para participação nas redes: 1) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; 2) preservar o equilíbrio dos ecossistemas; 3) compartilhar significativas parcelas do excedente para expansão da própria rede; 4) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração.

As redes são construídas por princípios objetivos que norteiam o seu desenvolvimento de forma a se preservar a identidade original, calcada na solidariedade e na visão ecológica, como é exposto pelo autor nos seguintes itens: a) trabalhar para produzir nas redes tudo o que elas ainda consomem do mercado capitalista; b) corrigir fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista; c) gerar novos postos de trabalho e distribuir renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; d) garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Mance (1999) concebe a rede como instrumento de fortalecimento mútuo das unidades produtivas solidárias para que elas sobrevivam à competição com empresas capitalistas. As redes de colaboração solidária são arquitetadas mediante a lógica de interligação dos movimentos de consumo e produção, sendo de suma importância a complementaridade horizontal e a verticalização da produção. Cada célula deve produzir bens ou serviços diferentes para seus sócios e os membros das outras células, e se uma célula produz certo bem final, demanda insumos que podem ser produzidos por outra célula, procurando completar a cadeia de produção.

As redes de colaboração solidária são vistas como fenômenos complexos e não estáticos, funcionando como sistemas abertos que se auto-reproduzem. Quando a rede estiver consolidada surgirão muitas outras células por geração espontânea, numa reação em cadeia, seguindo três fases básicas: a projeção, a aprovação e a realização (MANCE, 1999).

A fase de projeção ocorre quando alguém propõe a produção de algum tipo de bem ou prestação de um serviço, a partir do diagnóstico de que este é demandado em certa região, mas que não é produzido pela rede local. Isso demanda a livre iniciativa solidária e um grupo de trabalhadores desempregados ou de trabalhadores que não querem mais ser explorados numa empresa capitalista. O grupo deve então, elaborar e propor um projeto do que será produzido, em qual quantidade, de que forma, quais insumos vão demandar, etc. Desta forma simula-se como será a integração desta célula com as cadeias produtivas já existentes, analisando-se os impactos que serão produzidos na rede. Por fim, o projeto é apreciado e submetido à aprovação dos integrantes da rede (MANCE, 1999).

No período de aprovação, a coordenação da rede local que recebeu a proposta de incorporação da célula, delibera podendo aprovar ou não sua implantação, considerando se haverá aceitação e demanda por parte dos consumidores e os impactos sobre as cadeias produtivas. Se a proposta for aprovada entrará na fase de realização, e todos serão informados da data a partir da qual a célula entrará em funcionamento (MANCE, 1999)

A rede toda necessita ter acesso a informática, a internet e a telefonia, para garantir dois dos princípios básicos das redes solidárias, a descentralização de poder e a livre circulação de fluxos informativos, materiais e de valores entre todos os seus membros. Tais princípios são fundamentais para induzir a participação e o comprometimento democrático de todos os seus integrantes, com a rede. Os empreendimentos solidários que não possuem esses meios de comunicação devem utilizar os meios disponíveis nas entidades de apoio da economia solidária, como igrejas, sindicatos, ONGs, residências particulares de pessoas solidárias, etc.

Ao defender o modelo de redes de colaboração solidária, Mance (1999) apóia-se nestas, como mecanismo de geração de emprego e sua manutenção no longo prazo, renegando a priorização da maximização do lucro no curto prazo e a qualquer custo. Para viabilizar esse ideal, o autor propõe a diminuição da jornada de trabalho como forma de absorver um número maior de trabalhadores, fortalecendo o todo social e garantindo um sistema sustentável ao longo do tempo.

Um mesmo volume de riqueza pode ser produzido por um único homem trabalhando com uma tecnologia altamente sofisticada ou por dez homens trabalhando com uma tecnologia não tão avançada. Contudo, se esses dez trabalhadores são capazes, com este trabalho, de cobrir todos os custos do processo produtivo, incluindo a remuneração que recebem, taxas legais etc., e gerar um excedente que contribua para o crescimento da rede – disponibilizando um produto cujo valor de troca permita que as cadeias produtivas e produtos finais sejam mantidos dentro de uma margem aceitável pelo conjunto dos que praticam o consumo solidário -, então a utilização desta tecnologia é compatível com o crescimento da rede, permitindo satisfazer um conjunto de demandas coletivas (MANCE, 1999, p. 55).

O excedente produzido pela rede deverá ser compartilhado entre todos os seus membros, além de uma parte ser reinvestida no incremento da produtividade, na expansão da rede e no apoio a novas células de produção. Num momento avançado do desenvolvimento das redes, quando a produção do excedente superar as demandas de consumo, passará a ocorrer uma redução na jornada de trabalho que possibilitará o deslocamento para outro tipo de atividades, como artísticas e intelectuais.

### **3.3. Situação de pobreza e as condições de financiamento dos empreendimentos**

A pobreza é vista por Amartya Sen (2001, pg. 172-173), “como uma deficiência de capacidades básicas para alcançar certos níveis minimamente aceitáveis” de bem-estar; completando, “a pobreza não é uma questão de bem-estar baixo, mas da incapacidade [*inability*] de buscar bem-estar”. Entre as capacidades básicas podem ser



consideradas as condições físicas, de nutrição e saúde, nível de educação e qualificação profissional, oportunidade de trabalho, propriedades (capital e bens consumo), etc. O autor alerta que é senso comum considerar essa incapacidade apenas como insuficiência de renda; porém, para ele é muito mais que isso. É possível que uma pessoa de renda abastada, tenha alguma necessidade especial, que a torna mais pobre que uma pessoa de baixa renda, por exemplo, se a pessoa “rica” tiver uma doença grave e for obrigada a custear um caro tratamento de saúde. Ou seja, “a adequação da renda para evitar a pobreza varia parametricamente com as características pessoais e as circunstâncias”, mesmo quando se considera que a renda é o meio necessário para evitar uma insuficiência de capacidade (SEN, 2001, pg. 174)

Parâmetros quantitativos de renda podem levar a julgamentos viesados, como no caso de duas pessoas terem a mesma renda, porém uma delas ser fisicamente bem maior que a outra, ou ter uma doença parasitária que a faz perder nutrientes, tal pessoa poderá apresentar um quadro de desnutrição e saúde precária, enquanto a outra não. Por isso, Sen afirma que uma “linha de pobreza” que ignora as características individuais não será justa, e conclui que em relação à renda “o conceito relevante de pobreza tem que ser a *inadequação* (para gerar capacidades minimamente aceitáveis), em vez de um *nível baixo* (independente das características pessoais)” (SEN, 2001, pg. 175).

A condição de pobreza não apenas produz conseqüências como carências orgânicas e materiais dos indivíduos, mas também efeitos de ordem ideológica. Segundo Sen:

Os fracassados e os oprimidos acabam por perder a coragem de desejar coisas que outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência de desejo por coisas, além dos meios de que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança, e o medo da inevitável frustração. O fracassado enfrenta as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades (SEN, *apud* KERSTENETZKY, 2000, pg. 118)

O conceito de “fracassados” merece uma crítica, mas deixando de lado esta questão para outra oportunidade, há um razoável grau de conformismo impregnado no senso comum da maioria dos pobres, como a idéia que sempre houve e haverá ricos e pobres, e que as alternativas de subsistência dos pobres são o trabalho assalariado, algum trabalho autônomo, e o assistencialismo provindo do Estado, igrejas e ONGs. Outro pensamento bastante disseminado no imaginário popular é que há apenas três formas honestas de ficar rico: nascendo rico, casando com uma pessoa rica ou ganhando na loteria. Poucos questionam a causa da desigualdade econômica, e menos ainda aqueles que, por enquanto, se propõe a enfrentar este problema. Mesmo entre aqueles que participam de empreendimentos de

economia solidária, o objetivo predominante não vai além fugir do desemprego e melhorar um pouco suas condições de vida, como será visto no próximo capítulo.

A noção de “fracassado” de Sen faz mais sentido quando se considera seu conceito de “desigualdade” e a partir dela a “pobreza relativa”. Neste caso a comparação mais importante não é aquela feita entre os mais pobres e os mais ricos, mas entre os mais pobres e a condição de vida média da população. Esta última garante habitação digna, vestimenta adequada, meios de transporte, aparelhos domésticos, etc. Quanto maior o nível de desenvolvimento e riqueza de uma nação, maior a quantidade e qualidade de bens exigidos para que o indivíduo possa conquistar bem estar, e viver sem vergonha, isto é, “é preciso um conjunto mais caro de bens e serviços em uma sociedade geralmente mais rica” (SEN, *apud* KERSTENETZKY, 2000, pg. 119)

A parcela pobre da população medida em termos absolutos, aumenta à medida que o país tem menor PIB *per capita* ou tem maiores necessidades devido às condições ambientais e culturais; entretanto, a pobreza relativa aumenta quanto mais desigual for a distribuição da renda. Nos países mais desenvolvidos a chamada classe média compõe a ampla maioria da população e alcançou um padrão de bem estar elevado, apenas uma pequena parcela encontra-se excluída, tais países possuem PIB *per capita* mais elevado e menor concentração de renda, comparativamente à maioria das nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

O conceito de inadequação de renda proposto por Sen, melhor ainda, de inadequação das capacidades, aplica-se à maioria das pessoas que participam ou que têm participado dos empreendimentos de economia solidária. Entre outras dificuldades enfrentadas pelas pessoas que são consideradas pobres, está o insuficiente ou inexistente acesso ao crédito e o baixo nível de educação e qualificação profissional<sup>30</sup>.

Em relação ao crédito, as empresas capitalistas já instaladas, quando pretendem realizar um investimento para ampliação da capacidade produtiva, conseguem fazer com recursos de terceiros, seja por meio de empréstimos e financiamentos, ou lançando novas ações no mercado para captar dinheiro. Por isso, Marx (1983, V.III, T.II) chama atenção que o crédito é um poderoso instrumento a favor da concentração e centralização do

---

<sup>30</sup> Os trabalhadores que resolvem montar um negócio próprio, geralmente juntam suas economias, vendem algum bem, aproveitam os recursos oriundos da rescisão de contrato de trabalho, como o FGTS, etc. Estes trabalhadores, em geral, montam pequenos negócios numa perspectiva individualista, e até buscam sair da condição de empregado para patrão. Mas este tipo de comportamento empreendedor, nada tem a ver com a economia solidária. Aqueles que montam empresas formais, geralmente possuem maiores economias e maiores competências e habilidades profissionais, um nível educacional mais elevado, etc. Os que possuem menos recursos financeiros e profissionais, geralmente partem para algum tipo de trabalho informal, como os carrinhos de cachorro quente, os sacoleiros e camelos, etc.

capital.

Mas o objetivo primordial do movimento social pela economia solidária, até o momento, tem sido buscar soluções para as pessoas muito pobres e as miseráveis, ou, usando novamente a expressão de Sen, pessoas com extrema carência de capacidades básicas. Essas pessoas geralmente têm um baixo nível de estudo e muitas são analfabetas, sobrevivem de pequenos “bicos” nos centros urbanos, do trabalho volante (“bóia fria”) ou da agricultura de subsistência para os que são da zona rural, e quase sempre dependem da ajuda assistencial vinda das igrejas, de instituições de caridade, ONGs, e do poder público para sobreviver. Essas pessoas muito dificilmente terão condições de saírem individualmente da situação onde se encontram (Mance, 1999).

Segundo Mance (1999), as fontes de financiamento solidário são muito variadas, vão desde entidades nacionais e internacionais de caráter assistencial ou religioso, programas de governo, ou então dos próprios trabalhadores, os quais, quando podem, unem seus recursos para montar pequenos empreendimentos. As entidades sociais e religiosas, que prestam assistência aos trabalhadores, costumam organizar diferentes meios de arrecadar dinheiro ou outros recursos – rifas, leilões, bingos, gincanas, festas, carnes de contribuição, etc.

Esse dinheiro é utilizado não apenas para atividades assistenciais como creches, orfanatos, construção de casas populares, doação de cestas básicas, socorrer pessoas atingidas por catástrofes naturais, mas também para objetivos com fins produtivos como a manutenção de acampamentos de trabalhadores sem-terra (fornecendo alimentos, sementes, ferramentas, etc.) material para artesanato, máquinas de costura, etc. Tais recursos produtivos são destinados a pessoas que querem trabalhar individualmente por conta própria ou em empreendimentos solidários coletivos (MANCCE, 1999).

Na medida em que as células de produção solidária vão surgindo, elas devem se conectar numa rede e se reproduzir, devem ainda consumir os produtos umas das outras para seu próprio fortalecimento e, também, participar proporcionalmente do excedente realizado, que é utilizado para financiar novas células e assim ampliar a rede. Segundo Mance (1999), com o crescimento progressivo da produção e do consumo, esse fundo chegará a um patrimônio significativo que permitirá um crescimento acelerado da própria rede, e a transformação das células de produção em micro e pequenas empresas. Ao atingir um fundo suficiente, a rede poderá formar um banco que recolha e administre os depósitos e financiamentos solidários.

O microcrédito fornecido pelos “*Bancos do Povo*” pode ser constituído por

iniciativa popular da forma conforme dito acima, mas as células e redes de economia solidárias podem e devem utilizar de todas as fontes de micro-crédito que se fizerem disponíveis (MANCE, 1999). O grande disseminador do microcrédito foi Muhammad Yunus (VIEIRA, 2005), o qual pode ser considerado um Owen moderno e vitorioso, embora menos revolucionário e menos utópico, porque não faz uma crítica anticapitalista.

Conforme Vieira (2005), Yunus percebeu que as teorias econômicas tradicionais eram inúteis para compreender a economia da vida real. A teoria econômica e a universidade tradicional tendem a alienar os professores e alunos da realidade social. Ao voltar-se para a solução do problema da pobreza, Yunus procurou dar ênfase às soluções individuais. Ele entendia que os pobres têm grande potencial, mas não têm oportunidades. A caridade também não é uma solução. O autor critica até mesmo as políticas assistenciais de renda mínima adotadas pelos Estados europeus, porque elas inibem os trabalhadores a buscar seu próprio sustento pelo trabalho. Para Yunus devem ser oferecidas as condições para que os trabalhadores possam trabalhar por conta própria e progredir. É preciso fornecer as condições financeiras para os trabalhadores desenvolverem todo o potencial do seu capital humano.

A proposta de Yunus envolve o auto-emprego, embora para ele o problema seja estrutural, e não conjuntural, pois os bancos não oferecem essa oportunidade para os pobres. Por isso ele criou o *Grameen Bank*, com a finalidade de financiar atividades produtivas de pessoas pobres, através do microcrédito. A experiência deu certo pois 98% dos empréstimos são pagos em dia, uma taxa muito maior que a dos bancos tradicionais. Percebeu-se também que as mulheres são melhores pagadoras, além disso, quando se empresta para elas, há a garantia de que o recurso é utilizado para o sustento e educação dos filhos, fatores que induziram o *Grameen Bank* a priorizar a concessão de micro crédito para as mulheres, apesar da resistência dos próprios maridos. Também houve a aceitação do pagamento em pequenas prestações regulares, em vez de receber tudo de uma vez, ao final de um prazo longo como os bancos tradicionais faziam; desta forma, o pagamento torna-se psicologicamente mais suave (YUNUS; JOLIS, 2002).

Outra inovação é a realização de empréstimos em grupos de pessoas, em vez de individualmente. Deste modo eleva-se o índice de recuperação dos empréstimos e há redução do custo de seleção, afinal, se uma pessoa deixar de pagar, todos perdem o crédito. Apesar de o microcrédito destinar-se ao trabalho autônomo ou familiar, Yunus não vê nisso uma oposição ao trabalho em massa, pois muitos trabalhadores podem produzir um mesmo produto, numa mesma região, em grande escala, porém, cada um no seu próprio lugar (casa, terra, etc.), com seus próprios meios. E se a tecnologia favorece o trabalho assalariado

coletivo, é porque a ciência trabalha para que seja desta maneira e não de outra (YUNUS; JOLIS, 2002).

Yunus defende que as instituições de ensino capacitem os trabalhadores para o trabalho autônomo e não para serem empregados, que as universidades desenvolvam tecnologias que tornem o trabalho individual mais eficiente, e que as políticas públicas apoiem o empreendedorismo dos trabalhadores autônomos. Mas os universitários também têm muito a aprender com o conhecimento prático dos trabalhadores segundo Yunus, pois é desta maneira que a humanidade evolui a maior parte do tempo (YUNUS; JOLIS, 2002).

Se a situação de pobreza e a dificuldade de acesso ao crédito são problemas enfrentados pelos trabalhadores que desejam criar um empreendimento solidário, as quais devem receber devida atenção das políticas públicas de economia solidária. Intimamente relacionado a estes problemas estão a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, que impõem barreiras ao aprendizado tecnológico necessário para a produção e administração dos empreendimentos, principalmente quando for necessário fazer inovações. São estas as questões que serão abordadas no próximo tópico.

### **3.4. Educação, formação profissional e aprendizado tecnológico**

A educação e a formação profissional são apontadas quase unanimemente como um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento social e econômico de um país, e também para garantir melhores oportunidades individuais de trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias. Ao mesmo tempo se reconhece que as oportunidades de acesso à educação de qualidade são desiguais. Além disso, numa perspectiva mais crítica, o caráter e o papel da educação existente nas economias capitalistas são controversos.

Segundo Wagner Rossi (1978), a educação pública gratuita é apenas ilusoriamente redistributiva, pois não assegura oportunidade e condições iguais para todos; quanto menor o nível de renda familiar, menor é o acesso à educação, menos anos de estudo é realizado. Enquanto os pobres estudam em escolas públicas ruins a elite pode estudar nas melhores escolas, não precisa trabalhar ao longo de toda sua vida estudantil, tem melhor alimentação, melhor tratamento de saúde, ambiente familiar adequado, professor particular, etc. Devido ao acesso diferenciado às condições necessárias para uma boa educação, são os filhos da classe dominante e da pequena burguesia que conseguem matrícula nas universidades públicas (pelos menos dos cursos de elite), supostamente por seus méritos, por meio da disputa pseudo democrática dos vestibulares.

Utilizando o referencial teórico marxista, Rossi (1978) entende que a educação e formação profissional nas sociedades capitalistas, têm como principal objetivo garantir que os capitalistas possam manter e ampliar a exploração de excedente dos assalariados. Do ponto de vista estritamente econômico ela permite elevar a taxa de mais-valia; primeiro porque aumenta a produtividade do trabalho, segundo porque aumenta a oferta de profissionais o que reduz os salários.

A educação também tem um papel ideológico, ao preparar os trabalhadores para aceitar o modelo hierárquico de organização da sociedade capitalista como único. Reproduz-se a falsa concepção de que a existência de ricos e pobres, patrões e empregados, é algo natural; e que os mais estudiosos, talentosos, esforçados e econômicos são os que enriquecem. A educação para a classe dominante visa sua reprodução como tal, da mesma forma que a educação para a classe trabalhadora visa à reprodução dela. Tentam transformar os trabalhadores em operários padrões, ou seja, que mais produzem e que mais docilmente se submetem à exploração de excedente. Esse papel ideológico é garantido pelo controle que o Estado faz sobre os currículos e programas escolares, escolhendo-os conforme a conveniência política, mas apresentando-os como algo sacralizado pela ciência positivista. Para Rossi (1978), não são apenas os Estados capitalistas que se servem destes instrumentos de repressão ideológica para a reprodução das relações sociais de produção, os estados socialistas autoritários também fazem isso a serviço da tecnoburocracia dominante de partido único.

Rossi (1978) não nega o valor da educação, mesmo diante do papel ideológico de reprodução das relações sociais produção que ela cumpre. Ainda que os trabalhadores sejam educados para aceitar passivamente a hierarquia e a exploração das relações de produção nas sociedades divididas em classes como no capitalismo, o trabalho coletivo e cooperativo nas empresas pode ir criando, aos poucos, uma consciência anti-capitalista. Da mesma forma, há conflitos na educação proporcionada pela escola capitalista, se provoca um efeito reprodutor do sistema, sofre oposição do confronto entre teoria e realidade, e da (re)ação de professores que desenvolvem uma educação conscientizadora e libertadora.

Contudo, as mudanças que o desenvolvimento da educação institucionalizada pode provocar serão fruto de um processo de longo prazo (ROSSI, 1978). Persiste no curto prazo o problema que a maioria dos trabalhadores que são sócios de empreendimentos solidários, possui nível de escolaridade e capacitação profissional menor que a média da sociedade, motivo pelo qual maioria deles foi excluída do mercado de trabalho assalariado ou abandonou esse mercado em busca de alternativa melhor. Além disso, a pouca

formação que tiveram não foi adequada para uma perspectiva de vida e de trabalho empreendedora e solidária (MEC, 2008).

Singer (2003, pg.19) afirma que a cultura capitalista dominante dissemina a idéia que a administração de empresas é uma ciência que se aprende na universidade, por isso há uma descrença generalizada na capacidade dos trabalhadores gerirem empresas, principalmente quando elas são complexas e operam com altas tecnologias. O autor adverte que essa concepção equivocada gera o risco de degeneração de empresas solidárias, pois ela induz a transferência do poder de decisão “a especialistas, cuja autoridade sobre os trabalhadores comuns não pode ser contestada.” A administração é uma arte assim como a medicina e a engenharia, o que não significa que os administradores, médicos e engenheiros devam renunciar aos conhecimentos oriundos das ciências físicas e humanas. Só que tais conhecimentos são enciclopédicos e extravasam os currículos escolares, particularmente no caso da administração. Os administradores graduados ou não, são sempre generalistas, mas devem procurar identificar os limites de sua competência, de forma a procurar auxílio teórico ou prático, quando necessário.

A empresa solidária não pode prescindir dos especialistas, mas eles podem pertencer ao seu quadro de sócios trabalhadores ou de assessores externos (das incubadoras, extensão universitária, contratados, etc.). A ausência de especialistas ocorre nos pequenos empreendimentos solidários que se multiplicam na periferia das metrópoles, ou nas cooperativas que sucedem empresas capitalistas falidas. Mas em geral, são empreendimentos criados por trabalhadores de baixa escolaridade, que dominam o processo produtivo, mas que “não estão preparados para buscar novas oportunidades de negócios ou acompanhar a evolução das tecnologias relevantes de processo e de produto” (SINGER, 2003, pg. 22).

Ao contrário da administração na empresa capitalista, a autogestão da empresa solidária é muito mais simples, porque todos os trabalhadores são diretamente interessados no sucesso da empresa, as informações, a contabilidade, e o sistema de controle são todos transparentes para facilitar a tomada de decisão coletiva. Este último fato também permite a agregação de conhecimentos e experiências individuais em proveito da empresa. Quando uma empresa solidária é criada ela reúne uma comunidade de companheiros ex-empregados, militantes sindicais, estudantes, trabalhadores rurais de acampamentos de sem-terra, etc. E além dos conhecimentos que estes trabalhadores trazem da sua vida de trabalho e estudo, em geral, o nascimento de um empreendimento solidário requer também o patrocínio econômico e técnico-científico de apoiadores externos como outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, ONGs, etc. O processo de aprendizado coletivo

é iniciado antes de a empresa começar funcionar, “os futuros sócios interagem, fazem cursos de cooperativismo ou similares e de preparação profissional e se estruturam politicamente ao elaborar o estatuto da empresa” (SINGER, 2003, pg. 22).

Há diversas formas de aprendizado abordadas na literatura econômica: “o aprender fazendo, o aprender pelo uso, o aprender pela aquisição, o aprender pela pesquisa, o aprender pela adaptação, entre outros” (QUEIROZ, 2006, pg. 194). No caso dos trabalhadores solidários observa-se que sua forma de aprendizado predominante é o que Arrow (*apud* QUEIROZ, 2006) chamou de *learning-by-doing*, ou aprender fazendo. Se por um lado, essa aprendizagem permite gerar, com o tempo, a melhora da produtividade e qualidade do trabalho praticamente sem custos, por outro, ela tem alcance limitado. É preciso fazer um esforço para complementar esse “aprendizado automático”, com o “aprendizado buscado” através das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Segundo Queiroz (2006), o aprendizado está ligado à mudança técnica, em geral, à “inovação incremental”. Pode-se concluir que este tipo de inovação é fundamental para economia solidária encontrar nichos de mercado baseados na diferenciação e customização de produtos existentes, já que dificilmente haverá escala de recursos suficientes para desenvolver a chamada “inovação radical”, ou seja, a criação de um novo produto ou processo de trabalho. Ao mesmo tempo, esta estratégia de diferenciação, pode permitir a inovação por adaptação às condições locais, e assim dotar a economia solidária de condições de competição com produtos de grandes empresas feitos para grandes mercados. Finalmente, citando Levinthal, Queiroz (2006, pg. 200) afirma que o aprender fazendo pode ocasionar a “armadilha de competência”, que é o aprisionamento do conhecimento às velhas competências, enquanto o mercado cobra constante inovação.

Se as dificuldades para o aprendizado e para inovação são grandes mesmo para as empresas capitalistas e seus empregados, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil, com baixo nível educacional, certamente tais dificuldades serão ainda maiores para os trabalhadores envolvidos em empreendimentos solidários. Por isso, os empreendimentos e redes solidárias devem solicitar e podem se beneficiar do apoio oferecido pelas universidades, em particular de incubadoras e outros programas de extensão. A academia pode capacitar e instrumentalizar os empreendimentos solidários garantindo-lhes níveis mais elevados de eficiência. Um exemplo disso são as incubadoras de economia solidária e os “bancos de idéias” para a introdução e disseminação de inovações técnicas e organizacionais (TAUILE, 2002, pg. 118).



Segundo Maria Culti (2006), o processo de incubação de empreendimentos solidários é uma forma coletiva de educação, em que os educadores (professores e estudantes universitários) e os educandos (trabalhadores solidários) aprendem mutuamente. No caso da incubação solidária, a extensão universitária não é apenas um laboratório prático para os estudantes treinarem o que aprenderam na sala de aula e nos livros, ou uma retribuição social que a universidade pública deve fazer para a sociedade que a mantém com seus impostos. É bem mais que do que isso, é um processo de mão dupla pelo qual a comunidade universitária coloca à disposição dos trabalhadores, conhecimentos científicos pré-existentes que eles nunca obteriam de outra forma; mas é também um processo onde os professores e estudantes obtêm aprendizado sobre conhecimentos populares não disponíveis na academia e, ainda, na maioria das vezes exige o desenvolvimento de inovações adaptadas a cada tipo de empreendimento, de acordo com o que é produzido, com as formas organizacionais do empreendimento e do mercado no qual ele atua.

Este processo de incubação não é linear, mas sim complexo e precisa de constantes avaliações e correções de rumo, estando sujeito a avanços e recuos. Necessita de criatividade por parte de todos os envolvidos, para subrepujar obstáculos inesperados, muitos deles impossíveis de prever. Entre outros inimigos deste processo está a desistência, que pode ocorrer principalmente por parte dos trabalhadores e dos estudantes, quando outra oportunidade de trabalho ou de estágio aparece, ou por desânimo frente às dificuldades. Outro problema são as dificuldades de integração e relacionamento entre os incubadores e os incubados, ou internamente na equipe de incubação entre os professores e entre estes e os estudantes, e entre os trabalhadores nos empreendimentos (CULTI, 2006).

Segundo Culti (2006) o processo de incubação tem como fundamento teórico educacional a metodologia dialógica de Paulo Freire, no qual parte-se da realidade do educando para transmitir por interação os conhecimentos acadêmicos. Em conclusão, a autora afirma “que o processo de incubação visa a inclusão produtiva dentro do sistema econômico vigente, apesar de o trabalho ser realizado de forma cooperativa e autogestionária” (CULTI, 2006, pg 228). Apesar das dificuldades, a universidade tem um papel estratégico para economia solidária, com o seu potencial para transferir conhecimentos e desenvolver tecnologias apropriadas para esses empreendimentos, algo próximo do que vem sendo denominando de tecnologia social. O desafio que se apresenta é restringir o uso das tecnologias convencionais e substituí-las por tecnologias sociais.

Para Dagnino (2004), as tecnologias convencionais apresentam características indesejáveis, que as tornam ineficazes para a inclusão social, pois o objetivo

delas é maximizar o lucro. As tecnologias convencionais poupam mais mão de obra do que seria socialmente conveniente. Elas possuem escalas ótimas de produção crescentes, por isso geram e são geradas pela concentração econômica e política, pois as altas tecnologias existentes estão no poder das poucas e grandes empresas monopolistas, enquanto os pequenos empresários ficam sempre atrasados, defasados, utilizando técnicas que foram descartadas pelos grandes empreendimentos. As empresas capitalistas necessitam de controles coercitivos que diminuem a produtividade, portanto nas tecnologias convencionais a cadência da produção é determinada pelos sistemas de máquinas, não pelo trabalhador. Por fim, as tecnologias tradicionais promovem processos produtivos ambientalmente insustentáveis porque não considera a degradação do meio ambiente como custo, sua lógica produtiva é voltada para o consumismo, e para a produção de bens de consumo para pessoas de alta renda.

Em oposição às características da tecnologia tradicional, o Instituto de Tecnologia Social (ITS) desenvolveu sua definição de tecnologia social, como “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 130). Esta definição está baseada no princípio de que aprendizagem e participação caminham juntas, e tem como parâmetros os seguintes elementos: a) a tecnologia social visa atender demandas concretas vivenciadas e identificadas pela sociedade; b) adota formas democráticas e participativas de decisão; c) a tecnologia social é desenvolvida com participação, apropriação e aprendizagem pela população e os atores envolvidos; d) a organização do conhecimento ocorre por meio do planejamento, sistematização e aplicação; e) os novos conhecimentos são produzidos a partir da prática; f) a tecnologia social visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental; e g) a tecnologia social gera aprendizagens que são utilizadas para produzir novos conhecimentos (ITS, 2004).

A implicação desta definição de tecnologia social pode ser resumida em três grandes eixos: a) a produção de Ciência & Tecnologia é determinada pelas relações econômicas, políticas e culturais, portanto não são neutras, devem estar comprometidas com a transformação social a partir das demandas apresentadas pela sociedade e garantido a sustentabilidade social e ambiental, construídas num processo democrático e participativo; b) a busca do conhecimento deve ter como direção a solução dos problemas vividos pela sociedade, integrando o conhecimento tradicional e popular ao conhecimento técnico-científico, e a sociedade deve monitorar e avaliar resultados e impactos da aplicação destes conhecimentos; e c) a tecnologia social deve proporcionar o empoderamento da população, a

troca de conhecimento e interação entre os atores envolvidos, e a inovação a partir da participação no diagnóstico dos problemas e no desenvolvimento de soluções (ITS, 2004).

A tecnologia social deve ser adaptada às unidades produtivas de reduzido tamanho físico e financeiro; não discriminatória; liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto; orientada para o mercado interno de massa; liberada da diferenciação entre patrão e empregado. E, primordialmente, deve ser competitiva no enfrentamento da concorrência com as empresas capitalistas que utilizam a tecnologia convencional, pois só assim os empreendimentos autogestionários serão viabilizados economicamente, e poderão ser uma alternativa real de inclusão social para a população marginalizada (DAGNINO, 2004).

Segundo Novaes (2005), a teoria econômica ortodoxa (neoclássica) e a visão instrumentalista, entendem que a tecnologia é socialmente neutra, o único problema é o uso que se faz dela, o qual pode ser benéfico ou maléfico, a depender de quem a possui e utiliza. Para o autor muitas correntes marxistas também interpretam equivocadamente o caráter da tecnologia, devido a uma concepção determinista do desenvolvimento das forças produtivas. As correntes marxistas da tradição da II Internacional viam o desenvolvimento linear das forças produtivas como promotor automático da transição capitalismo-socialismo. Mesmo correntes marxistas revolucionárias como os bolchevistas, entendiam que as tecnologias convencionais desenvolvidas para as sociedades capitalistas, como o modelo taylorista-fordista de produção, poderiam ser utilizada sem problemas na construção de sociedades socialistas. Bastaria expropriar e socializar as empresas e tecnologias privadas capitalistas, para usá-las a favor dos trabalhadores na economia socialista; em vez de serem usadas para explorar mais valia, seriam usadas para aumentar os rendimentos e reduzir a jornada de trabalho do proletariado.

Novaes (2005) discorda dessas posições; para o autor, a tecnologia sempre incorpora e reproduz as relações sociais de produção para as quais foram produzidas. Cada modo de produção ou forma de organização social deve produzir suas próprias tecnologias. Muitos partidários da economia solidária também não deram importância a respeito do desenvolvimento das forças produtivas e não se preocuparam em criticar as tecnologias convencionais, por isso, quando os trabalhadores assumiam empresas falidas continuavam utilizando aquelas tecnologias nos empreendimentos solidários. O autor propõe a adoção do conceito de Adequação Sócio-Técnica (AST), segundo o qual a:

AST pode ser entendida como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e

mesmo tácita), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnicoeconômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza sócio-econômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade (NOVAES, 2005, pg. 86).

O processo de Adequação Sócio-Técnica tem que ser construído a partir dos conhecimentos e tecnologias existentes, os modificando e adaptando-os para tornarem-se adequados à produção em empreendimentos autogestionários, eliminando a divisão especializada do trabalho, para garantir-lhes eficiência econômica em baixa escala de produção, com baixa relação capital-trabalho (NOVAES, 2005).

A questão é em que medida a tecnologia social pode se apropriar desses conhecimentos, quais as precauções, as implicações e os riscos? São desafios que os empreendimentos de economia solidária deverão enfrentar.

As possíveis contribuições das tecnologias convencionais para as tecnologias sociais ainda é um debate aberto e encerra diversos conflitos e dilemas. Não podem ser ignorados fatos como o de alguma das novas tecnologias convencionais (incorporação da microeletrônica e informática nas máquinas-ferramentas) viabilizarem a produção em escalas cada vez menores. Segundo Walter Shima, o novo paradigma tecnológico mundial, baseado na incorporação da microeletrônica e informática nas máquinas-ferramentas, dotando-as de autonomização e flexibilidade, resultou na “banalização das economias de escala e na viabilização das economias de escopo” (SHIMA, 2006, pg. 347). Ou seja, viabilizou a produção em pequena escala. As novas tecnologias reduziram em muito o custo dos equipamentos sofisticados, e eles são oferecidos em diversos tamanhos, para diversas escalas de produção. Tal análise é compartilhada por Armando Lisboa (1999), que considera que as novas tecnologias podem ser aproveitadas pela economia popular:

A tendência da economia industrial era, até vinte anos atrás, do desaparecimento progresso dos trabalhadores independentes, artesãos e pequenas oficinas. O atual estágio do capitalismo gera um processo inverso, fala-se do surgimento de um artesanato eletrônico, não apenas evidenciando a existência da economia popular, como também a revigora, em função da crescente indiferenciação entre produção e reprodução. A emergência de novas formas de organização industrial, paradigma da acumulação flexível, tornando competitiva a pequena produção domiciliar, também reconfigura o papel da economia informal, gerando novas interpretações da mesma (LISBOA, 1999, pg. 79).

Shima (2006) destaca que

No novo paradigma, todas as tecnologias *hard* (...), estão disponíveis com relativa facilidade e a preços descrentes para todos os produtores, de tal forma que o diferencial competitivo não resulta mais do fato de se usar um ou outro equipamento, como ocorria antes do novo paradigma (SHIMA, 2006, pg. 347).

O antigo paradigma a que se refere Shima (2006) é o modelo fordista, onde a produção em larga escala era o diferencial competitivo, mas a necessidade das firmas serem competitivas em mercados menores, e a necessidade de atender aos diversificados gostos dos consumidores, levou à pesquisa e desenvolvimento do novo paradigma tecnológico. Entretanto o autor alerta, ao contrário dos equipamentos, no novo paradigma há aspectos que não necessariamente estão disponíveis livremente, como os conhecimentos que geram mudanças e os que não decorrem do aspecto *hard* (os meios de produção). Logo:

A fonte de competitividade da firma não vem de fora, mas da sua capacidade de encontrar, num sentido mais geral, soluções criativas – como novos processos, diferenciação de produtos e, principalmente, novos arranjos organizacionais e/ou institucionais (SHIMA, 2006, pg. 347).

A se confirmar a tendência apontada por Shima é possível que a economia solidária venha se consolidar como arranjo organizacional e institucional inovador, capaz de aproveitar as potencialidades do novo paradigma tecnológico. Entretanto, tal arranjo esbarra na dificuldade de articulação entre os diversos grupos e poderes envolvidos. Conforme o autor, se por um lado a cooperação cria oportunidades de aprendizado e de inovação, por outro, “esses novos ganhos podem exigir a renúncia do controle de outras atividades” (SHIMA, 2006, pg. 357). Esse desafio inovativo cabe tanto aos grupos de produção, quanto aos poderes públicos e as universidades envolvidos com a economia solidária.

Na próxima seção é discutida a relação entre a produção de mercadorias e a economia solidária.

### **3.5. Produção de Mercadorias e Economia Solidária**

Segundo Marx (1983, V.I, T.I) para que alguma coisa seja considerada mercadoria ela deve possuir duas condições simultâneas, por um lado satisfazer alguma necessidade humana e, por outro, ser produzida pelo trabalho humano e destinada para a troca. A primeira condição é seu valor de uso, produto das qualidades intrínsecas (físicas, químicas, biológicas, etc.) da mercadoria, seja ela um objeto tangível ou intangível, como, por exemplo, um alimento ou o serviço de psicólogo, respectivamente. A segunda condição é o valor de troca, que é a proporção quantitativa em que uma mercadoria é trocada por outra mercadoria diferente. O valor de troca é estabelecido a partir do valor determinado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário que o conjunto de trabalhadores leva para produzir

cada unidade de um determinado tipo de mercadoria<sup>31</sup>. Mesmo que o valor (de uso e de troca) seja criado no processo de produção da mercadoria, o valor de uso se realiza no processo de consumo e o valor de troca se realiza no processo de troca, seja por escambo ou por compra e venda.

As trocas, segundo Marx (1983, V.I, T.I), só acontecem entre membros de comunidades distintas, pois o que é comunitário pertence a todos, portanto, ninguém da comunidade precisa trocar entre si algo que é comunitário. A família é um bom exemplo de comunidade, o bolo produzido por uma dona de casa é partilhado por todos da família sem que precisem dar nada em troca, aqueles que trabalham e contribuem para o sustento familiar, o fazem sem receber nada por isso, e a repartição dos produtos obtidos pela família, normalmente é feita conforme a necessidade de cada membro. Um exemplo maior de comunidade é uma tribo que cultiva seus hábitos “primitivos”, em geral esses povos vivem principalmente da caça, da pesca e da coleta de frutos e raízes. É comum o trabalho cooperativo ou pelo menos a repartição coletiva daquilo que conseguem obter da natureza. Numa comunidade tribal pode haver divisão de trabalho, principalmente aquela feita entre homens e mulheres, mas não haverá troca, porque cada um possui tudo aquilo que os demais também possuem; até porque, tudo que eles precisam para obter alguma coisa está disponível a todos, tanto os elementos naturais quanto o conhecimento para transformar esses elementos em algo útil, como um arco e flecha, uma panela de barro, um cesto de bambu.

Um último exemplo de comunidade mais próximo à realidade da economia solidária é uma propriedade rural que pertence a uma cooperativa de trabalhadores. Suponha-se que ela abrigue algumas dezenas de famílias, onde cada adulto tem sua tarefa dentro divisão social de trabalho organizada. Essa grande propriedade rural pode produzir arroz, feijão, milho, verduras, legumes, leite, ovos, carnes, etc. A repartição do produto coletivo pode ser feita a partir das proporções de trabalho que cada um contribuiu para a cooperativa. Boa parte da produção é consumida internamente, sem troca, conforme a repartição dita acima, e o excedente é vendido (ou trocado com outras comunidades diferentes) para obter aquilo que essa comunidade não produz. Seja qual for o tamanho e a forma de uma comunidade, é de se esperar que haja solidariedade entre seus membros, cada um deve cumprir o seu papel em prol de si próprio e do bem coletivo, o sucesso de um beneficia a todos e vice-versa. Decerto, essa comunidade deverá ter regras para coibir ações individuais

---

<sup>31</sup> Para ver em detalhes esta questão e outras tratadas neste sub-capítulo, como a diferença entre preço de mercado, preço de produção e valor, e o fetiche da mercadoria, consulte Marx (1983) em particular o volume I capítulos I a X e volume III capítulos I a XII, ou ainda a análise da teoria marxista do valor feita por Isaac Rubin (1980).

que forem contrárias ao bem comum.

Uma situação bem distinta ocorre quando se contrapõem, numa relação de troca, membros de comunidades distintas. Ai impera o individualismo, a concorrência e não a cooperação e a solidariedade. Quem vende tende sempre a tentar vender sua mercadoria pelo maior preço possível, quem compra vai sempre querer comprar pelo menor preço possível, aqui o sucesso de um indivíduo ou de um grupo, pode significar o fracasso ou prejuízo de outro<sup>32</sup>. Entretanto, a troca de mercadorias (ou sua compra e venda) apenas é realizada se for algo de comum acordo entre as partes, quem vende uma mercadoria é porque ela é para si um excedente de valor de uso, ou um não valor de uso, mas tal pessoa sabe que ela tem valor de uso para o outro, e com sua venda pode obter o que para si tem valor de uso. Cada um produz uma mercadoria não pensando diretamente no seu valor de uso, mas no valor de troca que a mercadoria produzida pode lhe proporcionar (MARX, 1983, V.I, T.I).

A contradição inerente às mercadorias é que elas devem ser úteis, ou seja, devem satisfazer determinada necessidade social, como parte do produto do trabalho social total, porém, apenas satisfazem os interesses dos seus produtores privados diretos, na medida em que podem ser permutáveis como valores de trocas, com todas as outras mercadorias dos demais produtores. “O que, na prática, primeiro interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quais proporções, portanto, se trocam produtos” (MARX, 1983, pg. 72). Com o tempo a sociedade acaba estabelecendo um intervalo rotineiro para as proporções de troca entre as mercadorias, a partir daí tais relações parecem vir diretamente da natureza física dos produtos, quando na verdade provém da quantidade de trabalho nelas incorporado.

Para que ninguém seja explorado no processo de troca é preciso que, ao alienar sua mercadoria, obtenha em troca outra mercadoria de igual valor. Não obstante, nada garante que isso vai acontecer, e por um motivo simples, é possível saber se um bolo foi feito com farinha de trigo ou de milho, se uma camisa é de algodão ou de linho, e até a quantidade utilizada destes insumos, mas é difícil saber a quantidade de trabalho médio necessário, ou

---

<sup>32</sup> Uma iniciativa que é proposta para minimizar este problema é o chamado comércio justo. Foi criado por ONGs em países ricos do hemisfério norte, visando melhorar os termos de troca a favor dos produtos (principalmente produtos primários) que os países pobres exportam, e tem como princípios: desenvolver novas formas de intercâmbio baseadas na solidariedade, na cooperação, na transparência; promover o desenvolvimento sustentável o ponto de vista social e ambiental; estabelecer maior equidade nas relações de trocas entre países pobres e ricos; buscar formas mais humanas no processo de produção e remuneração justa do trabalho; minimizar os intermediadores e evitar os atravessadores, que barateiam o preço pago aos produtores e encarece o produto para os consumidores (FRETELL; ROCA, 2003). Entretanto, essas experiências não são voltadas prioritariamente para a comercialização das mercadorias produzidas por empreendimentos solidários, ao contrário, entre os beneficiados predominam empresas que exploram trabalho assalariado, desde que respeitem as normas da OIT, que preferencialmente pratiquem agricultura orgânica, etc.

seja, de valor, para produzir a mercadoria. Diante de tal ignorância, só é possível ter uma visão aproximada do valor das mercadorias com base no preço de mercado, conforme a lei da oferta e da procura. A troca pura e simples de mercadoria via escambo, inviabiliza a expansão de uma economia de mercado como o capitalismo, devido à dificuldade de coincidir a necessidade do possuidor de um tipo de mercadoria, com o possuidor da mercadoria desejada para troca, e vice-versa (MARX, 1983, V.I, T.I).

A sociedade precisa encontrar um bem intermediário que funcione como meio de troca entre as mercadorias, e que sirva de reserva de valor da mercadoria alienada (vendida), até que se encontre um possuidor da mercadoria que se deseja obter (compra). No passado remoto, as sociedades utilizavam mercadorias especialmente aceitas e demandadas por todos, para funcionar como intermediário de troca, como o sal, pedaços de metal, ouro, prata, etc. Depois os Estados antigos inventaram o dinheiro de ouro e prata garantido legalmente, mas no fundo ainda era uma mercadoria que representava o valor de outras mercadorias. Hoje com o dinheiro de papel, o dinheiro eletrônico, a moeda é apenas um símbolo do valor das mercadorias, ela não é mais uma mercadoria (MARX, 1983, V.I, T.I).

O desenvolvimento de uma economia de mercado foi uma condição prévia para o desenvolvimento do capitalismo, o qual colocou de lado a troca de mercadorias por meio de escambo. Não existiria capitalismo sem que se desenvolvesse uma sociedade na qual a maior parte da produção é destinada para a venda, e não para a subsistência dos produtores como era nos modos de produção anteriores. Antes do capitalismo havia produção de mercadorias, mas ela correspondia a uma parte pequena da produção global, representada pela produção artesanal e pelo excedente agrícola. No capitalismo quase tudo que é produzido é na forma de mercadoria (MARX, 1983, V.I, T.I; e MARX, 1983, V.III, T.I).

Todo processo de troca é na sua essência uma relação social entre produtores privados de mercadorias, essa relação é resultado do desenvolvimento da divisão social do trabalho, para além de uma unidade produtiva comunitária. Entretanto, na prática, tal relação social entre homens aparece como uma relação entre as mercadorias que eles possuem, isto é, “não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 1983, pg. 71), esse é o caráter fetichista da troca de mercadorias. Quando a produção dos meios de subsistência social transformou-se majoritariamente em produção de mercadorias, a criatura dominou seu criador; não são mais os homens que controlam as mercadorias, mas são dominados por ela. Ou seja, o processo de produção, circulação e distribuição de mercadoria passou a condicionar a vida de toda a sociedade; todas as pessoas,



qualquer que seja sua classe social, estão sujeitas às regras de auto-regulação do mercado. O mercado impõe sua vontade aos homens, mas não de uma forma perfeita como Adam Smith (1983) acreditava ao desenvolver sua famosa tese da “mão invisível”.

Como bem é lembrado por Isaak Rubin (1980).

Existe uma estreita relação e correspondência entre o processo de *produção de bens materiais e a forma social* em que esta é levada a cabo, isto é, a totalidade das relações de produção entre os homens. (...) Essa dada totalidade de relações de produção entre os homens é regulada por determinado estágio das forças produtivas, isto é, o processo de produção material. (...) A correspondência entre o processo de produção material, de um lado, e as relações de produção entre os indivíduos que nela participam, de outro, efetua-se de maneira diferente em diferentes formações sociais (RUBIN, 1980, pg. 27).

Ora, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, nas formações sociais contemporâneas, a produção de bens materiais e de serviços necessários à subsistência social assume quase que exclusivamente a forma de mercadorias. E qual é o tipo de relação social de produção que corresponde apropriadamente à forma mercadoria? Para Marx, não há dúvida, é o modo de produção capitalista.

- 1) A produção capitalista converte pela primeira vez a mercadoria em forma geral de todos os produtos.
- 2) A produção de mercadorias leva necessariamente à produção capitalista (...). A partir do momento em que a própria força de trabalho se converteu generalizadamente em mercadoria.
- 3) A produção capitalista destrói a própria base da produção mercantil, a produção dispersa e independente e a troca entre possuidores de mercadorias, ou seja, a troca de equivalentes. A troca entre o capital e a força de trabalho passa a ser de regra (MARX, 2004, 143).

Para Marx (2004), além de haver uma correspondência necessária entre capitalismo e produção de mercadorias, o modo de produção capitalista tende a destruir todas as outras formas de produção de valores de uso pré-capitalistas, incluindo a troca mercantil simples, realizada entre produtores independentes diretos. A produção e circulação mercantil simples, realizada entre trabalhadores autônomos independentes, ou produção familiar, jamais teve um papel de protagonista principal. Nas sociedades escravistas antigas e nas sociedades feudais, ela predominava apenas na produção artesanal, mas no campo predominou sempre a produção para a subsistência, dos escravos para si e seus proprietários, e o mesmo na relação entre servos de gleba e senhores feudais. Na sociedade capitalista a produção de mercadoria predomina em toda a parte, no campo e na cidade, e as forças pré-capitalistas de produção, tornam-se uma exceção cada vez menor a cada dia (MARX, 1983, V.III, T.I).

Resumindo, a produção de mercadorias é anterior ao capitalismo, ela existiu em todas as civilizações pré-capitalistas, o desenvolvimento da produção e do comércio de mercadorias é uma pré-condição histórica para o desenvolvimento do modo de produção

capitalista. Na história da humanidade foi lento o processo de transformação do dinheiro em capital – inicialmente apenas capital de comércio de mercadorias e capital de comércio (empréstimo) e dinheiro – demorou ainda mais para que a produção de mercadorias se tornasse predominante em relação à produção para subsistência. Entretanto, uma vez que capitalismo se desenvolveu, a mercadoria, na sua forma moderna e evoluída, passou a ser produto do capital, e o capital não se reproduz sem produzir mercadorias (MARX, 2004; MARX, 1983, V. I, T.I e MARX, 1983, V.III, T.I).

Surgem então as seguintes questões: A economia solidária pode sobreviver numa formação social capitalista, ainda mais produzindo mercadorias? Numa rede de comunidades solidárias será possível estabelecer um processo de troca onde o dinheiro continue apenas assumindo suas funções básicas (unidade de conta, intermediário de troca, reserva de valor), e que a rede mantenha apenas a circulação simples de mercadoria internamente como propõe Mance (1999)? Ou será possível que os empreendimentos de economia solidária estejam integrados e concorrendo com as empresas capitalistas, mas sem se contaminar com as práticas capitalistas, como propõe Singer (1998b; 2002)

A resposta poderia ser mais facilmente positiva se as forças produtivas utilizadas pela economia solidária fossem superiores, ou seja, mais eficientes, do que as forças produtivas usadas nas relações de produção capitalista. E, neste caso, a economia solidária em algum momento superaria a economia capitalista, ocorreria uma revolução social, e não só mudaria toda a infraestrutura, mas também a superestrutura. “Numa sociedade com economia regulada, numa economia socialista, por exemplo, as relações de produção entre os indivíduos membros da sociedade se estabelecem conscientemente, para garantir o curso regular da produção” (RUBIN, 1980, pg. 27). Marx previu a necessidade de haver circulação de mercadorias durante a transição do capitalismo para o comunismo, mas à medida que a socialização dos meios de produção fosse avançando, o espaço da produção de mercadorias e da regulação da produção pelo mercado seria paulatinamente diminuído, e substituído pela produção de valores de uso planejada pelo Estado socialista. No comunismo avançado, a produção de mercadorias estaria extinta; mas isso apenas seria possível após uma longa transição ao cabo de uma ação consciente e planejada (LENIN, 1979).

Concluindo, solidariedade e comercialização em si, é um contra-senso. Mas pode existir a solidariedade interna de uma comunidade (como nos empreendimentos solidários) que se organiza para produzir para sua subsistência e até para competir em melhores condições com outras comunidades ou com o mercado capitalista. No limite, é possível estabelecer redes de comunidades cooperativas que podem adotar, entre si, critérios

de comercialização considerados “justos” e “solidários”, inclusive como forma de fortalecimento mútuo para na disputa comercial com empresas capitalistas. No entanto, haverá o risco do empreendimento solidário se degenerar numa empresa capitalista, ou da própria economia solidária como um todo sucumbir, se o capitalismo não for superado por completo.

#### **4. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS**

Este capítulo apresenta uma análise panorâmica dos empreendimentos de economia solidária (EES) no Brasil, e das políticas públicas para o fomento deste seguimento econômico, destacando as ações desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da sua Secretaria Nacional de Economia de Economia Solidária (SENAES). Também discute as possibilidades de progresso sócio-econômico por meio da inclusão da economia solidária em programas de desenvolvimento local, a partir da integração das políticas públicas voltadas para o fomento deste seguimento nas três esferas da federação, e das atividades desenvolvidas pelas universidades públicas, entidades sociais e movimentos populares de apoio aos trabalhadores solidários e seus EES. Ao final, desenvolve um teste econométrico para verificar a influência de políticas públicas de inclusão produtiva e programas de economia solidária, bem como de políticas correlatas feitas por entidades privadas, na criação de empreendimentos solidários nos municípios brasileiros.

##### **4.1. Desenvolvimento da Economia Solidaria e Políticas Públicas no Brasil**

As primeiras experiências de economia solidária no Brasil surgiram no começo da década de 1980, a partir da iniciativa dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) os quais, entre outras coisas, visavam gerar trabalho e renda de forma associativa para moradores das periferias pobres das regiões metropolitanas e da zona rural do país. Assim os trabalhadores poderiam encontrar alternativa ao desemprego, que aumentou consideravelmente com a crise econômica que assolou o país naquele período. Os PACs foram financiados pela Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por ajudas caritativas das comunidades de fiéis (SINGER, 2002) e, segundo Gabriela Cunha (2002), também receberam apoio financeiro de Cáritas européias. Os PACs foram criados pelos setores da Igreja Católica influenciados pela Teologia da Libertação, de inspiração marxista. Esta mesma corrente foi responsável anteriormente pela criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Sociais. Por meio dos PACs a Cáritas Brasileira visa promover o “protagonismo dos excluídos” como uma ação da “caridade libertadora” (CUNHA, 2002, pg. 71). Mais tarde a Cáritas começou resolver aprimorar o programa e investir na Economia Popular Solidária (EPS)<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Para conhecer a trajetória dos PACs à EPSs, veja o livro organizado por Bertucci e Silva (2003).

Outra modalidade que caracterizou os primórdios da economia solidária no Brasil foi a tomada de empresas falidas ou em vias de falir pelos seus trabalhadores, que as reerguiam sob o formato de cooperativas autogestionárias. Essas experiências serviram de base para a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), criadas em 1995 são entidades que fomentam e apoiam às empresas autogestionárias ou em vias de se transformarem (SINGER, 2002).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também promoveu a formação de cooperativas agrícolas autogestionárias, visando desenvolver um modelo solidário de cooperativismo, em contraposição às cooperativas tradicionais de caráter capitalista. O MST não é o único movimento de trabalhadores rurais sem terra do Brasil, mas é o mais antigo em funcionamento e o mais estruturado. O MST criou em 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), composto no nível local pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), no nível estadual pelas Cooperativas Centrais dos Assentados (CCAs) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) no nível nacional. O SCA reúne cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços, e cooperativas de crédito. Entretanto, o “grande nó crítico enfrentado pelo movimento é o que chamam de ‘desvio economicista’ de suas cooperativas agrícolas, que, ao se expandirem, acabam contratando técnicos e administradores” (CUNHA, 2002, pg. 73), os quais privilegiam a produtividade econômica da empresa em detrimento das transformações sociais.

Uma quarta modalidade é a formada pelas cooperativas e grupos de produção associados, incubados por instituições universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A primeira delas foi criada em 1995, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, mais conhecido como COPPE, instituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essas incubadoras são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação, de pós-graduação e funcionários. Propõem-se atender “grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários” (SINGER, 2002, pg. 123).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) com apoio da Rede Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e

Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). A ADS tem difundindo conhecimentos sobre economia solidária, organizando cursos de capacitação voltados para lideranças sindicais e militantes da economia solidária, inclusive capacitando estas pessoas por meio de cursos de pós-graduação desenvolvidos com apoio da UNITRABALHO (SINGER, 2002).

Com a ajuda de entidades de fomento e apoio da economia solidária (UNISOL, ITCPS, ANTEAG, etc.), desponta uma sexta modalidade de economia solidária, promovida pelas prefeituras de diversas cidades brasileiras e alguns governos de Estados, capacitando e dando apoio a pessoas beneficiadas pelos programas de renda mínima, frentes de trabalho e outras iniciativas congêneres, para que montem pequenos negócios cooperativos. Objetiva-se com isso, superar ações de assistência social de combate à pobreza, avançando em soluções mais ambiciosas e emancipatórias, ou seja, que garantam o auto-sustento dos trabalhadores por meio do seu próprio trabalho (SINGER, 2002).

A articulação entre as diversas entidades de apoio à economia solidária no Brasil, começou a ser feita pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), durante os preparativos do I Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em Porto Alegre, Estado do Rio Grande Sul, em 2001. Entre as diversas oficinas do FSM, houve 1.500 participantes na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” que debateu a auto-organização dos trabalhadores, as políticas públicas e as perspectivas econômicas e sociais de geração de trabalho e renda. A realização do Fórum no Brasil deu maior visibilidade e chamou a atenção da sociedade civil e das universidades para o fenômeno no país, o que contribuiu para o seu impulso (FBES, s/d.).

Após a vitória de Luís Inácio da Silva, o Lula, para a presidência do Brasil, o GT-Brasileiro entregou para o presidente eleito uma Carta aprovada na I Plenária Brasileira da Economia Solidária, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” e que trazia as bases para a criação da SENAES. E em junho de 2003 durante a III Plenária Brasileira da Economia Solidária, foi criado oficialmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, s.d.). O FBES tem procurado apoiar o movimento a favor da economia solidária em diversas iniciativas e atividades econômicas como:

Abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho) (FBES, s.d.).

O FBES apoiou a criação de fóruns estaduais nas 27 unidades federativas do Brasil, reunindo milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de

gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. O número de programas municipais e estaduais de economia solidária tem aumentado consideravelmente, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc (FBES, s.d).

Em âmbito governamental nacional, o Governo Federal criou em junho 2003 o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), e instituiu pelo mesmo ato legal a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Sua atribuição principal é a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária, nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, visando garantir a representação efetiva, tanto da sociedade como do Estado. Acordou-se finalmente que o Conselho seria composto por 56 entidades, divididas em três setores com 19 integrantes do governo, 20 representantes dos empreendimentos de economia solidária e 17 representantes das entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme o Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento (MTE/SENAES, s/d., a).

O Decreto 5063, de 08 de maio de 2004, estabeleceu as seguintes competências da SENAES:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

- XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência; e
- XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência (MTE/SENAES, s/d., a).

A partir de 2004 a SENAES começou a contar com orçamento próprio, e implementou o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, incluído nos Planos Plurianais de Investimento (PPAs) do Governo Federal, nos quadriênios de 2004/2007 e 2008/2011. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social. Inicialmente aquele programa privilegiou o fomento de novos empreendimentos solidários, e sua consolidação econômica (MTE/SENAES, s/d. a). No PPA de 2008/2011 o programa teve seu escopo ampliado, com destaque para:

a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado (MTE/SENAES, s/d., a).

Para Singer (2004b), com a criação do CNES e da SENAES, o Estado brasileiro reconheceu um processo social que estava em curso no país desde 1980, ampliado pela onda de desemprego após a abertura comercial em 1990. As primeiras políticas públicas brasileiras de economia solidária, surgiram na virada do século XX para o XXI, em alguns Estados da federação e muitos municípios. Com a eleição do Presidente Lula as entidades e os empreendimentos de economia solidária fizeram pressão para a criação da SENAES junto ao MTE. “Explica-se a opção pelo MTE pelos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária ao movimento operário” (SINGER, 2004b, pg. 3). A reivindicação do movimento popular foi bem acolhida pelo ministro Jacques Wagner, apesar de que a missão do MTE, desde a sua fundação, era de proteger os assalariados; portanto, a criação da SENAES significou uma ampliação do campo de atuação daquele ministério.

Assim que foi criada, a SENAES visitou e instruiu cada Delegacia Regional do Trabalho (DRT) nos Estados a designar funcionários para cuidar da economia solidária, os quais passaram a receber formação profissional em economia solidária diretamente pela SENAES. A partir de 2004 a SENAES começou a financiar a construção de Centros de Referência de Economia Solidária em diversos municípios do país, para realização de cursos de capacitação, encontros, venda de produtos, etc. Também apoiou a organização de feiras



para venda de produtos da economia solidária; a organização de fóruns estaduais para discutir questões relacionadas a este tipo de economia; apoio para o mapeamento da economia solidária nos estados e suas regiões; e a criação de cooperativas. “Com exceção de uns poucos pedidos que claramente excediam a disponibilidade de fundos da SENAES, todos os outros projetos foram apoiados em alguma medida” (SINGER, 2004b, pg. 4).

Além do MTE através da SENAES, outros ministérios têm realizado políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária. O Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criou a Resolução FNDE/MEC/CD/ nº 51, de 15 de dezembro de 2008, a qual estabeleceu critérios para a apresentação, seleção e apoio financeiro para projetos voltados à inclusão do ensino sobre economia solidária nos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A resolução prevê apoio financeiro para a produção de material pedagógico-formativo, apoio didático, formação de educadores, coordenadores e gestores, e a publicação de experiências de EJA com ênfase em economia solidária (MEC, s/d.). Desta forma o MEC procura minorar o problema da inadequação da educação e formação profissional, que como discutido na seção 3.4 desta dissertação, é voltada para o trabalho assalariado, e não focaliza a formação de trabalhadores empreendedores e solidários.

Outra instituição federal que apóia a capacitação dos trabalhadores solidários e o desenvolvimento tecnológico dos seus empreendimentos é a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que em 1998 criou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), o qual fomenta as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Inicialmente voltado para programas de extensão universitária destinados à incubação de cooperativas populares, foi reformulado 2003 após a entrada da SENAES, de outros órgãos governamentais e não-governamentais em seu Comitê Gestor, passando a apoiar também incubadoras não-universitárias públicas (municipais e estaduais) e privadas (ligadas a entidades da sociedade civil). Atualmente financia mais de 40 incubadoras universitárias em todo o território nacional (MTE/SENAES, s/d).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), desenvolve o projeto Sistemas Estaduais de Comercialização de Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFES). O objetivo é constituir uma rede de entidades parceiras no trabalho voltado para o desenvolvimento territorial nos estados, visando apoiar o enfrentamento de problemas relacionados à agricultura familiar e aos empreendimentos de economia solidária como: a dispersão da

produção; inadequações de escala e negociação de contratos; a dificuldade de adequação a padrões sanitários e de qualidade; dificuldades no escoamento da produção; entre outros. As entidades de apoio são chamadas de Bases de Serviço de Comercialização (BSC), muitas já existem, e o SECAFES propõe fomentar a criação de novas entidades. Entre as ações de apoio previstas pelo SECAFES/BSC destacam-se: o beneficiamento primário da produção; a agroindustrialização; a venda direta aos consumidores (feiras livres, mercados públicos, pontos de vendas, etc.); distribuição; e, transporte e armazenamento. O objetivo final é melhorar os preços de venda para o produtor e reduzir o custo de aquisição de insumos e serviços (MDA/STD, s/d.).

Este tipo de experiência necessita de maiores esforços no sentido de conseguir uma legislação diferenciada, levando em conta sua natureza social. Segundo Cunha (2002), as cooperativas brasileiras são reguladas pela Lei 5.476 de 1971 (alterada parcialmente pela Lei 6.981/82), e estabelece exigências que dificultam a formalização de cooperativas solidárias, entre elas a exigência que o empreendimento tenha um mínimo de 20 sócios-fundadores, e a bitributação dos cooperados como sócios da empresa e como trabalhadores autônomos. Tais dificuldades são especialmente relevantes para trabalhadores pobres ou desempregados que querem montar uma cooperativa autogestionária. E por serem considerados trabalhadores autônomos não possuem direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que tem levado a um desvirtuamento das cooperativas de trabalhadores, por meio do processo de terceirização de empresas capitalistas, ou seja, as empresas demitem parte dos seus trabalhadores, os instruí a montar uma cooperativa, que na maioria das vezes é comandada por apenas um ou poucos trabalhadores, todos eles vão continuar trabalhando para a empresa, porém com menos direitos trabalhistas (SINGER; OLIVEIRA, 2008). Para resolver este problema há o Projeto de Lei 7.009 de 2006, de iniciativa do executivo, tramitando no Congresso Nacional, estabelecendo nova regulamentação para as cooperativas de trabalho. Em relação à gestão da cooperativa o projeto prevê:

Art. 2º Cooperativa de trabalho é a sociedade constituída por trabalhadores, visando o exercício profissional em comum, para executar, com autonomia, atividades similares ou conexas, em regime de autogestão democrática, sem ingerência de terceiros, com a finalidade de melhorar a condição econômica e de trabalho de seus associados.

Parágrafo único. A autonomia de que trata o **caput** deve ser exercida de forma coletiva e coordenada, mediante a fixação, em assembleia geral efetivamente representativa e democrática, das regras de funcionamento da cooperativa e da forma de execução dos trabalhos, nos termos desta Lei. (MTE/SENAES, s/d, b).

Prevê também penalidades pecuniárias para cooperativas que despeitem os princípios de autogestão, ou que funcionem apenas como prestadora de serviço subordinada, na prática, a uma empresa capitalista. Mas o principal avanço da proposta apresentada no referido projeto de lei, é a redução para o número mínimo de 5 sócios, se a lei for aprovada e promulgada poderá tirar da informalidade grande parte dos empreendimentos solidários. Isso é fundamental, para que eles possam vender seus bens e serviços para o poder público e para outras empresas privadas, ampliando o tamanho potencial de mercado.

O projeto propõe a criação do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP), destinado fornecer apoio para elaboração de diagnóstico de mercado e plano de negócio, acompanhamento técnico por meio de entidade especializada, linhas de créditos específicas, e outras medidas que o comitê gestor do PRONACOOOP julgar necessárias. Porém, até o presente momento o projeto não foi aprovado, e em entrevista concedida à revista Estudos Avançados em 2008, Singer alertava que ia demorar (SINGER; OLIVEIRA, 2008). Ele propõe que os trabalhadores das cooperativas de trabalho possuam os mesmos direitos trabalhistas (13º salário, 1/3 de férias, FGTS, etc.) que a CLT estabelece para os empregados em empresas capitalistas, porém conforme dados apresentados na seção 4.3, muitos EES se quer conseguem rendimentos suficientes para garantir um salário mínimo mensal para seus sócios, portanto, tal exigência pode ser mais uma barreira para a formalização do empreendimento.

A sensibilização da opinião pública é bastante relevante para criar mecanismos de incentivo à proliferação, desenvolvimento e avanço deste modelo organizacional (SOUZA SANTOS, 2002a). Segundo Singer (2002), a tradição cooperativista inglesa não contava com o apoio e o subsídio do Estado, enquanto no modelo francês o incentivo estatal é defendido. A questão que se coloca nesta dissertação, é se o movimento pelo desenvolvimento da economia pode ou não prescindir do apoio das políticas governamentais?

Para Singer (2002), o auxílio do Estado é um fator fundamental para o êxito do movimento cooperativista. O autor lembra como exemplo, o apoio governamental do País Basco na Espanha, ao Complexo Cooperativo de Mondragón e que se tornaria um fator decisivo para o sucesso do empreendimento. Há dois motivos principais que justifica a necessidade do Estado apoiar os empreendimentos e redes de economia solidária, o fato dos EES não disporem de recursos próprios e de terceiros para financiar seus investimentos, enquanto as empresas capitalistas não apenas dispõe destes recursos como ainda recebem subsídios públicos e isenções fiscais. “Portanto, para concorrer em condições de igualdade

com estas firmas, as cooperativas de produção precisam do apoio do poder público” (SINGER, 2002, p. 92-93).

Gaiger (2009) também é a favor que o Estado desenvolva políticas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária, como parte das políticas de distribuição de renda e de inclusão social. “Desigualdades e pobreza em geral são fenômenos associados, de modo que a redução efetiva dos níveis de pobreza requer políticas e programas de combate às desigualdades. Enfrentar esse binômio representa um dos principais desafios da atualidade” (GAIGER, 2009, pg. 564).

Coraggio (2005) vai mais longe, para este autor o Estado deve redirecionar-se para priorizar o apoio à economia popular oferecendo: financiamento, incentivos fiscais, educação pública e qualificação profissional diferenciadas, geração e transferência de conhecimento tecnológico e organizacional, desenvolvimento de um sistema de controle de qualidade dos produtos e da relação ofertante-usuário de produtos da economia popular, etc. Ao mesmo tempo em que apóia a economia popular, o Estado deveria ampliar a taxaço sobre as empresas monopolistas.

Segundo Ângela Schwengber (2005), o Brasil tem enfrentado muitas dificuldades para se tornar uma república verdadeiramente democrática. Para a autora há três razões: primeiro, porque mantém profundas desigualdades sociais, que estabelecem uma cultura do mando e da obediência e, conseqüentemente, da subordinação, do clientelismo, do favoritismo, etc; segundo, porque o Estado brasileiro foi privatizado pelas suas elites que usaram o financiamento público para criar um modelo de desenvolvimento concentrador de renda, e impediram que o Estado fizesse uma efetiva política compensatória para eliminar a pobreza e a exclusão social; por último, avalia que o movimento social vive ainda um refluxo da força reivindicatória e mobilizadora, por isso a maioria dos excluídos busca soluções individuais para os problemas de desemprego, da miséria e da exclusão, mas esses problemas são públicos.

Não obstante, a autora considera que as políticas públicas de fomento à economia solidária, podem ser parte importante do esforço que o governo Lula vem fazendo para resgatar a dívida histórica, que a sociedade brasileira tem com os mais pobres e os excluídos, acolhendo uma reivindicação importante que surgiu da resistência do movimento social contra a tendência de aumento da exclusão social. Mas essas experiências de economia solidária, tanto as do movimento social quanto as políticas públicas de apoio, ainda não estão consolidadas nem plenamente elaboradas. Para Schwengber, as políticas públicas de fomento a economia solidária não podem ser apenas compensatórias, nem resultar de investimentos de

fontes residuais do orçamento público. Elas devem estar focadas numa estratégia de desenvolvimento, na qual o Estado contribua com “infra-estrutura, financiamento, crédito, capacitação e formação, tecnologias, educação, garantia de mercado etc.” (SCHWENGBER, 2005, pg. 06) Tal comportamento seria semelhante ao que o Estado brasileiro fez a favor das grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras.

Entretanto, para Rosangela Barbosa (2007), uma contradição está colocada. De um lado o Estado em sua fase neoliberal (não abandonada pelo governo Lula, segundo a autora), descompromete-se com a universalização de direitos e com um programa de desenvolvimento econômico que seja capaz de inserir os trabalhadores no emprego formal. Por outro, estende a mão com programas de inclusão, como o de economia solidária baseado no auto-emprego e empreendedorismo, para um conjunto de trabalhadores que terá muita dificuldade de manter seus empreendimentos sem o permanente apoio do Estado.

De forma diferenciada, Mance (1999) defende a busca por modelos autônomos, emanados das bases (dos próprios trabalhadores e da sociedade civil organizada) e construídos de baixo para cima, sem interferência das autoridades governamentais. Este modelo tende a enfrentar maiores dificuldades de sustentação e consolidação, mas é compensado por ganhar em independência, preservando a autenticidade popular e a liberdade na condução das atividades, o que segundo o autor, garante iniciativas mais libertárias e emancipadoras.

Essa preocupação manifestada por Mance (1999) ao criticar a interferência do poder governamental ou, por outro lado, a dependência dos empreendimentos de economia solidária em relação às políticas públicas, faz mais sentido quando se observa que 63% das 87 administrações públicas (nacional, estaduais e municipais) do Brasil que desenvolviam programas de economia solidária em 2007, eram comandados por chefes do poder executivo eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), segundo estudo realizado por Marina Bitelman (2008). Há dois riscos neste fato: primeiro que essas políticas de governo não tenham continuidade, ou como se diz no jargão político, não sejam transformadas em políticas de Estado, de caráter continuado; o segundo risco é que os agentes políticos a frente de programas de economia solidária as utilizem para transformar os trabalhadores solidários num exército de cabos eleitorais.

Os administradores petistas inovaram as políticas locais de desenvolvimento local, voltadas para a geração de trabalho e renda. A primeira política pública de Economia Solidária surgiu em Porto Alegre – RS em 1994 durante o governo de Olívio Dutra, que também foi pioneiro na implantação de política estadual no Governo do Estado do Rio

Grande do Sul em 1999. O Presidente Lula foi o primeiro a implantar a política nacional em 2003 com a criação da SENAES (BITELMAN, 2008).

Excetuando a crítica de Mance (1999) contra a dependência ou intervenção do Estado, parece haver um consenso da necessidade de articulações em forma de redes multifacetadas, em que governos, ONGs, sociedade civil, escolas e universidades participem ativamente, garantindo a sinergia necessária ao processo de desenvolvimento do modelo solidário de economia, em seu enfrentamento com as empresas capitalistas. É segundo Singer (1998b), também através da articulação com outras iniciativas no campo da produção, fornecimento, comercialização, ou na assessoria técnico-científica que se poderão garantir os ganhos de escala ou a inovação tecnológica necessária à sobrevivência deste modelo socioeconômico.

A seguir são discutidas as potencialidades de progresso sócio-econômico por meio de programas de desenvolvimento local incluindo a economia solidária.

#### **4.2. Economia solidária e desenvolvimento local**

O desenvolvimento da economia capitalista ampliou não apenas as desigualdades entre as classes sociais (e seguimentos de classes), como também as diferenças regionais entre os continentes, os países, e as regiões de um mesmo país. Esse fato foi agravado pela globalização e pelo neoliberalismo. Segundo José Luis Coraggio (2005, pg. 104), a liberação econômica dos Estados nacionais a partir dos anos oitenta do século XX, produziu a “exacerbação de características intrínsecas do sistema capitalistas”, e provocou a desestabilização de países e regiões.

A abdicação de práticas regulatórias por parte dos Estados periféricos foi “justificada pela hipótese de que haveria reciprocidade na abertura dos mercados e que o crescimento da economia mundial – ai sim – se disseminaria em escala global” (CORAGGIO, 2005, pg. 105). Há outros que justificaram de modo diferente, defendendo que o Estado não tem capacidade para realizar com eficiência ou não possuem recursos empreender projetos nacionais ou regionais de desenvolvimento. Mas para Coraggio (2005), há principalmente falta de vontade política para realizar projetos de desenvolvimento regionais autônomos.

Segundo Coraggio (2005), o campo econômico presente neste início de século XXI, está conformado a partir da combinação de três esferas econômicas: a) a economia capitalista, regida pela acumulação acelerada e cada vez mais monopolizada, composta por empresas, associações e redes de empresas, e articulada pelos grupos que controlam a propriedade e pelo

jogo das forças de mercado; b) a economia pública, organizada em sistemas administrativos-burocráticos, regulados por normas legais e práticas de gestão administrativo-político, e controladas pelo Sistema Político de cada país; c) a economia popular, composta por unidades domésticas de produção, redes de ajuda mútua, comunidades e associações voluntárias diversas, que se articulam por meio de intercâmbios mercantis ou de reciprocidade.

Entre as unidades domésticas da economia popular estão os microempreendimentos mercantis, que são organizações familiares de trabalho (pode ser agrupamentos de famílias, de vizinhos, de amigos, etc.), que utilizam o espaço de moradia ou um local a parte para produzir e comercializar bens e serviços. O autor propõe a utilização dos fundos de trabalho para a organização das unidades domésticas em um subsistema econômico organicamente articulado, que ele chama de Economia do Trabalho. A qual deve ser voltada para a produção ampliada da vida sem subordinação ao capital, constituindo um sistema alternativo com relações de poder mais democráticas, com outros valores. Cada grupo doméstico formaria uma célula a partir da qual se organizariam empresas integradas em cadeias produtivas articuladas em redes. A organização do sistema de economia popular deve integrar os trabalhadores da cidade e do campo; o setor rural produz matérias-primas e alimentos e demanda bens e serviços do setor urbano (CORAGGIO, 2005).

Coraggio (2005, pg. 127) defende que “o Estado e a sociedade devem criar mercados segmentados, política e culturalmente, desenvolvendo, inclusive, moedas e poderes locais”, ao mesmo tempo deve ser reduzida a infiltração da produção capitalista na demanda interna destes mercados, e evitado a invasão das relações capitalistas de produção nas unidades de economia popular.

Segundo Teodulo Vasconcelos (2007), um território deve atender três dimensões básicas: a) uma escala definida, a qual estabelece a dimensão espacial do objeto estudado, que no caso das políticas públicas de economia solidária pode ser um assentamento rural, uma cidade, uma microrregião, uma mesorregião, assim por diante até o território nacional, e pode ter divisões como o espaço urbano e rural; b) uma relação de poder definida, pois o território surge quando um indivíduo, um grupo, uma sociedade se apropria de um determinado espaço, tem domínio sobre ele e controla o acesso das coisas que este espaço possui; c) uma identidade própria, determinada pelas tradições, cultura, conhecimentos populares e científicos, recursos naturais e tecnológicos, etc.

Para Vasconcelos (2007), as políticas públicas de combate a pobreza ou de inclusão social, podem adotar estratégias de desenvolvimento territorial que combinem a economia solidária ao capital social. A partir das reflexões e contribuições teóricas de

Coleman, Putnam e Bourdieu, o autor define capital social como um conjunto de características e a presença de: a) relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, e como essas relações são estruturadas; b) modo como é feita a ligação entre as dimensões econômica, social e política, e como elas se influenciam reciprocamente; c) conjugação de um lado, de normas, valores e tradições que promovem cooperação e reciprocidade e, por outro lado, redes, relações e organizações que unem indivíduos para resolver objetivos comuns; d) coordenador de atividades e instrumento de eficiência, pois reduz comportamentos oportunistas e força a interação entre os agentes, para alicerçar a confiança entre eles.

Alan Kay (2006) também buscou encontrar pontos em comum entre os autores que propuseram diferentes abordagens para o conceito de capital social, concluiu que há um consenso geral de que é algo que existe entre indivíduos e organizações, que emerge das conexões estabelecidas entre as entidades e é desenvolvido por meio da confiança, da compreensão mútua e recíproca, e de ações baseadas em normas e valores compartilhados. Isso tem como implicação para os governos e autoridades locais, a necessidade de desenvolver políticas que incentivem as pessoas a se reunir e formar redes sociais, e também permitir que as comunidades se apropriem dos bens públicos. A partir do momento que a confiança é estabelecida na comunidade, a ajuda mútua e o trabalho conjunto vão existir, e permitirão o desenvolvimento de empreendimentos de economia social. É necessário também encontrar formas de medir o capital social, por meio da criação de uma contabilidade e auditoria social, e a partir daí monitorar a evolução do capital social da sociedade. Neste monitoramento é importante verificar se o capital social progride ou regride, se ele é usado para incluir ou para excluir, se reduz ou amplia as diferenças sociais.

Vasconcelos (2007, pg. 282) conclui que há “uma íntima relação de complementaridade entre o capital físico-econômico (insumos Infra-estrutura, e financiamento), o capital humano (educação e preparação técnica) e o capital social (relações de confiança)”. Na mesma linha, Kay (2006) afirma que a sociedade é feita de conexões interpessoais e interinstitucionais de confiança (que constituem o capital social), tanto quanto de dinheiro, recursos materiais e recursos humanos.

Segundo Brandão (2007), a crescente internacionalização econômica, financeira e tecnológica do capital mundializado, de fato debilitou a capacidade dos Estados e outros centros de decisão, de interferir e comandar os destinos dos seus espaços nacionais e subnacionais. Este processo é ainda mais dramático em países continentais, desiguais e de grande heterogeneidade estrutural (produtiva, social, regional, etc.) como o Brasil.

Não obstante, para o autor é errônea a tese predominante na literatura internacional, de que o



melhor que o poder público pode fazer é simplesmente adaptar e submeter a região sob seu comando às exigências inexoráveis do mercado globalizado, para que elas se tornem um espaço receptivo, conquistador da confiança dos grandes agentes econômicos do mercado internacional. Esse “pensamento único” invadiu o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade, negando completamente a natureza das hierarquias na geração e apropriação de riqueza, e decretou o fim das escalas intermediárias e suas mediações, entre o local e o global. Verifica-se então, uma ação negligente (nas diversas modalidades de políticas federais: sociais, industriais, agrícolas, etc.) com os governos estaduais e municipais (BRANDÃO, 2007).

Para Brandão (2007), há uma diversidade de vertentes deste pensamento<sup>34</sup>, disseminando a idéia de que na atualidade há um padrão de desenvolvimento, construído totalmente “no âmbito local, dependente apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizariam as potências endógenas de qualquer localidade” (BRANDÃO, 2007, pg. 36). Isso também havia sido observado por Amaral Filho:

O aspecto interessante na evolução das pesquisas recentes sobre crescimento em geral, e sobre desenvolvimento regional em particular é o fato de existir, numa certa época, uma convergência de preocupações entre os teóricos novos clássicos (Lucas, Romer, etc.), aqueles próximos da concorrência imperfeita (Krugman, Arthur, etc.) e os evolucionistas-institucionalistas regionais (Schmitz, Becattini, Brusco, Aydalot, Maillat, etc.). Por vias metodológicas diferentes todos tentaram chegar ao mesmo objetivo, qual seja, o de endogeneizar as fontes de crescimento e de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001, pg. 262).

Brandão considera que esta agenda é um modismo de aplicação mecânica e conseqüência nefasta, que “ressalta os *microprocessos* e as microdecisões, (...) que nega cabalmente a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional” (BRANDÃO, 2007, pg. 36-37). O retorno deste tipo de concepção é oriundo da chamada nova teoria do crescimento endógeno, elaboradas a partir dos artigos de Romer e Lucas que buscaram endogeneizar o progresso técnico do modelo de Solow, e, depois das contribuições de Krugman neste debate, o crescimento econômico regional renasceu no seio do *mainstream* (BRANDÃO, 2007). Segundo Krugman (*apud* BRANDÃO, 2007), os retornos sociais dos investimentos são maiores que os retornos privados devido às externalidades, diante desta falha de mercado, a intervenção do Estado é admitida para engendrar um ambiente favorável e estimulante para os investimentos privados. Propõe-se que tal intervenção seja feita por meio de investimentos que ampliem as externalidades positivas, como investimentos em educação, aperfeiçoamento do marco regulatório para

---

<sup>34</sup> Veja em Brandão (2007), especialmente o quadro das páginas 40 a 42, no qual o autor relaciona cada vertente teórica/análítica aos principais autores e sua obra seminal, e o eixo de análise e idéia-força.

reduzir custos de transação, ou despesas públicas em investimentos produtivos. Mas esse esforço “geralmente envolve guerras fiscais competitivas entre vários lugares, (...) enquanto vários grupos da vizinhança se encontram excluídos de qualquer benefício da operação” (SCOTT, *apud* BRANDÃO, 2007, pg. 49), a ação pública oferta subsídios para os custos de implantação de grandes empreendimentos e incentivos fiscais, porém é a grande empresa beneficiária de tais benefícios que escolhe que onde instalar-se.

As correntes heterodoxas também teriam assumido a concepção de que a escala local tem poder ilimitado, incluído defensores da economia solidária. Segundo Brandão:

Muitas das diversas abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais, etc. possuem tal viés. A banalização de definições como “capital social”, redes, “economia solidária e popular”; o abuso na detecção de toda sorte de “empreendedorismos”, “voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, “comunidades solidárias”; a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passam por parcerias “público-privadas”, baseadas no poder de “governança” das cooperativas, agências, consórcios, comitês, etc., criaram uma cortina de fumaça nas abordagens do tema (BRANDÃO, 2007, pg. 38).

Para o autor, essas concepções crêem piamente na “capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira” (BRANDÃO, 2007, pg. 38). Esse modismo teórico abandonou uma perspectiva mais crítica da sociedade, retornando ao conceito de comunidade, constituída por atores e agentes, não por classes sociais; daí que os atores sociais orientariam suas ações pelos valores da auto-identidade e pertencimento comunal, mais do que por interesses de classe. Abandonaram a perspectiva de luta de classes sociais, e colocaram a ênfase nas relações de confiança e reciprocidade da comunidade cívica, seguindo a linha do capital social de Putnam. Tais concepções negligenciam os problemas colocados pelas classes sociais, propriedade privada, oligopólios, assimetrias de poder ou hegemonias econômicas e políticas, etc.; exageram na capacidade endógena de determinado território para engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico (BRANDÃO, 2007).

De fato, a economia capitalista tende para a dominação dos oligopólios conforme citado no parágrafo anterior, tal tendência condiz com o processo de acumulação, concentração e centralização do capital exposto por Marx (1983, V.I, T.II). Não obstante, Marx reconhecia que este processo atinge de forma diferenciada os diversos setores da economia capitalista. Também deve ser considerado o fato estilizado pela microeconomia convencional, de que há outras estruturas de mercado além do oligopólio e do monopólio, em

particular nos casos da concorrência perfeita e concorrência monopolística. Essas duas últimas estruturas de mercado possuem características comuns<sup>35</sup> que tornam possível a produção em pequena escala de micro e pequenas empresas, sejam elas capitalistas ou da economia solidária, como também do trabalho artesanal autônomo ou solidário.

Segundo Mateus & Mateus (2002), a partir de abordagens teóricas da economia industrial, John Sutton desenvolveu a teoria endógena dos mercados, segunda a qual o grau de concentração dos mercados depende positivamente dos seguintes fatores: economias de escala, grau de intensidade tecnológica da indústria, intensidade das despesas em publicidade; e, negativamente em relação aos fatores: diversificação dos produtos, substituíbilidade dos bens, tamanho do mercado.

Continuando sua crítica aos teóricos do desenvolvimento endógeno e local, Brandão afirma:

Os estudos localistas avaliam as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento e aprendizagem, enraizadas naquele território singular, criando, com suas investigações, listas *ad hoc* dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente *region-especific*. Muitos desses trabalhos negligenciam que há hierarquias inter-regionais, e o comando maior desses processos, geralmente, está fora do espaço sob análise (BRANDÃO, 2007, pg. 48).

Uma resposta que pode ser dada a esta questão, é que os produtos têm mercado relevante<sup>36</sup> de tamanho ou abrangência espacial diferente. Há produtos cujos mercados são mundiais, neles as empresas multinacionais controlam toda a cadeia de produção, por meio de contratos de compra e venda com fornecedores e distribuidores, até fazer chegar seu produto aos consumidores de todos os cantos do planeta. Nestes mercados predominam estruturas de mercado oligopolistas ou monopolistas. Porém, outros os mercados são limitados ao tamanho de uma cidade ou microregião, havendo espaço para manutenção de ambientes de competição monopolística ou que se aproximem da competição perfeita.

Brandão (2007, pg. 50) acerta ao afirmar que “talvez a falha mais grave, em última instância, da literatura *up-todate* sobre desenvolvimento local e regional seja que ela negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político . Esta crítica é condizente com a observação realizada ao final da seção 2.3 desta dissertação, de que

---

<sup>35</sup> Interessa particularmente o fato de que são mercados formados por um número elevado de vendedores e compradores, as empresas e os consumidores têm pequena dimensão individual, não há barreiras à entrada de novas firmas. Segundo Mateus & Mateus (2002), ainda que seja muito difícil encontrar mercados totalmente isentos de imperfeições, a hipótese de concorrência perfeita pode ser aceita em grande parte dos mercados agrícolas (produtos *in natura*) e na maioria dos produtos alimentares.

<sup>36</sup> “um mercado relevante é um grupo de agentes econômicos (pessoas e/ou empresas) que interagem entre si, no contexto de um relacionamento comprador-vendedor” (McGUIGAN; MOYER; HARRIS, 2004, pg. 212)

falta aos defensores da economia solidária um projeto político de poder. Também está correto, quando lembra que o capitalismo leva às últimas conseqüências a mercantilização da economia e a faz penetrar em todos os espaços por meio da divisão social do trabalho. Contrariando a visão hegemônica, o autor considera que na atual fase do capitalismo as escalas intermediárias ganham novo sentido e mais importância. O autor entende que é importante buscar soluções dos problemas específicos de cada uma das escalas geográficas, por meio da articulação adequada entre os diversos níveis dessas escalas, consolidando-as num projeto nacional de desenvolvimento.

Segundo Sergio Conti (2005), na economia mundial há uma dualidade entre as forças desterritorializantes e as territorializantes, que pode explicar a polêmica aqui colocada entre o poder local *versus* corporações multinacionais. No debate sobre a globalização, uma vertente defende que a economia está cada vez mais deslocalizada, e que o processo de desenvolvimento “está passando de instituições territoriais, tais como estados, para instituições desterritorializadas, tais como hierarquias intrafirmas internacionais” (STORPER, *apud* CONTI, 2005, pg. 210). A outra vertente, ao contrário, defende que diante da liberalização dos mercados e da globalização das atividades das empresas multinacionais, ocorre a concentração das atividades econômicas em regiões aglomerativas mais dinâmicas, por isso entende que o desenvolvimento econômico está acoplado às especificidades dos padrões locais de desenvolvimento já alcançados, e de como as autoridades e profissionais locais se enfrentam os problemas colocados para se integrar ou manter-se integrados no mercado global.

Para Conti (2005), as teses que estabelecem uma rígida dicotomia entre desterritorialização e territorialização, ou que reduzem a dinâmica econômica ao dualismo global-local, são simplificações que não comportam a intrínseca complexidade das dinâmicas econômica e social contemporâneas, e o necessário questionamento das escalas de ação e representação geográficas. O autor propõe que o tratamento da questão de conta da condição de complexidade do objeto estudado, e que a investigação da realidade não se reduza aos métodos de simplificação próprios da ciência econômica e social ortodoxa moderna, como o cartesianismo, pois a realidade é multidimensional e plural.

Segundo Conti (2005), o capitalismo passa por uma transição entre o modelo produtivo e regulatório taylorista-fordista, no qual o trabalho manual constituía a principal fonte de valor e de produtividade, para um modelo baseado no conhecimento intensivo e na constante inovação. Neste processo em transformação, o principal ator econômico é a corporação empresarial. Elas têm desenvolvido processos de descentralização

da produção, desintegração vertical dos ciclos produtivos, estabelecidos acordos não-competitivos com outras empresas (da mesma cadeia produtiva e de outras), etc. O contexto operacional das empresas é mundial, e se nem elas são auto-suficientes, muito menos são as pequenas empresas, estas têm que ser organizações cada vez mais flexíveis, tanto para fortalecer sua posição local quanto para sua inserção em mercados regionais, nacionais e globais. Para que as pequenas empresas possam expandir e aperfeiçoar sua atividade econômica e ter acesso aos mercados, o melhor meio é a formação e participação em diferentes redes, desde parcerias produtivas e comerciais com outras pequenas empresas, inserção nas cadeias produtivas de grandes corporações, e vários outros arranjos de colaboração. Ou seja, há várias formas de integração nos mercados e de parcerias entre empresas, cada empresa deve usar aquelas que forem mais adequadas à sua especificidade, geralmente mais de uma.

Ainda que o processo de globalização em muitos casos leva a uma padronização das necessidades e desenvolvimento de produtos uniformes (como na lógica fordista), por outro lado, ela abre campo para a integração entre culturas diferentes, cria novas necessidades, os consumidores demandam maior variedade e variabilidade (diversificação) dos produtos. Isso exige que as empresas em geral diversifiquem suas linhas de produtos para atender as preferências dos consumidores e, ao mesmo tempo, cria a oportunidade das pequenas empresas exportarem produtos tradicionais da sua localidade, para outros locais do país ou do mundo (CONTI, 2005).

A globalização enfraqueceu a soberania econômica dos Estados-nação e fortaleceu a especialização regional das atividades competitivas. Por isso, defende que o desafio do desenvolvimento é travado em cada região, a partir da sua capacidade de mobilizar e coordenar seus atores (produtores, consumidores, instituições públicas e privadas) locais, na busca de soluções para seus problemas econômicos e sociais. Ao mesmo tempo, para a ligação da região com o mercado mundial é necessário sua especialização no conhecimento e produção de determinados bens e serviços; isso demanda escolhas políticas, para fortalecer os agrupamentos (*clusters*) que existem, ou seja, os grupos de atores e atividades interligados que geram valor econômico na região (CONTI, 2005).

Que implicações essa especialização regional teria para o desenvolvimento da economia solidária? Os empreendimentos solidários seriam forçados a se integrar produtiva e comercialmente aos clusters pré-estabelecidos nas suas respectivas regiões? Ou, ao contrário, que contribuição a economia solidária poderia dar ao desenvolvimento local? E qual seria o papel do poder público e das instituições privadas?

Conforme foi observado por Tauile (2002), as empresas autogestionárias no Brasil não estão concentradas geograficamente, de forma a aproveitar o potencial das economias proporcionadas pelas aglomerações industriais (*clusters*) de um mesmo tipo de tecnologia ou de produto. Ao contrário, empreendimentos solidários encontram-se espalhadas em todo o território nacional, e produzem os mais diferentes bens e serviços. Não obstante, Tauile defende que resta a alternativa de organização de redes horizontais, voltadas para a comercialização dos produtos, dos diferentes tipos de empreendimentos localizados numa mesma região. E, por fim, aponta a possibilidade de utilização das tecnologias de informação como a internet para a constituição dessas redes de comercialização e de consumo solidário.

O desenvolvimento local é um princípio comum a todas as formas alternativas de economia solidária, em alguns casos o foco principal. Isso vale tanto para as atividades de produção solidária que não chega a ultrapassar os limites da sua região, quanto para aquelas que alcançam nichos de mercado para exportação (SILVA, 2006). Numa perspectiva mais radical, algumas experiências são formas de “resistência” ao processo de globalização (MELO, 2002). Entretanto, em geral, o objetivo é promover desenvolvimento local sustentável, social e ambientalmente, por meio da cooperação entre os trabalhadores. Isso não significa uma ruptura com o mercado mundial, mas apenas que a relação entre economia solidária e desenvolvimento local é estabelecida porque nelas os atores locais são centrais no processo de desenvolvimento, e visam adequar os fatores externos à realidade local (LEMES, 2009). Nesta linha, Arroyo e Schuch (2006) defendem a necessidade do desenvolvimento de sinergia entre a economia solidária e os outros segmentos da economia, tanto do mercado interno quanto externo.

A proteção necessária ao desenvolvimento inicial de algumas iniciativas de economia solidária de âmbito local pode ser viabilizada através da adoção de uma moeda própria, diferente da que circula a nível nacional, garantindo-lhes um mercado protegido, até que se fortaleçam e possam se abrir para fora dos domínios locais (SINGER, 1998).

... para garantir que a renda gerada realmente o setor, é adotar uma moeda que só valha integralmente dentro dele. Mesmo que, inicialmente, os produtos da economia solidária sejam mais caros que os de fora, não haverá prejuízo, pois os consumidores só têm como alternativa o desemprego, em que nada produzem e nada consomem. (SINGER, 1998, p.123)

Esta estratégia deverá atentar para o seu caráter provisório, já que seria desastroso o isolamento prolongado, que certamente conduziria a quadros de ineficiência e desgaste (SINGER, 1998). A adoção de qualquer moeda em um mercado depende, sobretudo, da confiança depositada pelos agentes econômicos que a utilizam. A garantia ou imposição do

Estado regra geral é o fator determinante para que esta confiança se estabeleça, porém não raro a população adota paralelamente outras moedas em suas trocas, o dólar norte americano é muito usado em países que sofrem processos inflacionários. Também não é raro que comunidades pobres adotem paralelamente uma mercadoria aceita por todos como moeda no comércio local, ou que seja obrigada a realizar trocas por escambo, diante da escassez da moeda oficial. Infelizmente são mais raros os casos onde a comunidade cria sua própria moeda, talvez pelo mistério que existe sobre o valor do dinheiro.

A moeda social, criada por comunidades que realizam a economia solidária, tem duas funções: a) funciona como unidade de conta, facilitando a equivalência de valor entre os produtos e serviços; b) como meio de pagamento, contribuindo para o intercâmbio com prazos diferidos. Mas não funciona como reserva de valor porque não se permite o pagamento de juros, justamente para incentivar sua circulação e, com isso, a circulação de mercadorias demandando trabalho. Ou seja, adoção da moeda social evita dois tipos de vazamentos da demanda pelo trabalho local: a compra de produtos e serviços de outros locais e o entesouramento de moeda (PRIMAVERA, 2003; ALBUQUERQUE, 2003).

No Brasil a primeira experiência de moeda social surgiu com o desenvolvimento do Banco Palmas, instituição criada em 1998, pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), em Fortaleza, Ceará. Inicialmente o Banco Palmas desenvolveu um programa de microcrédito solidário semelhante ao do *Grameen Bank* de Yunus, voltado para o financiamento de atividades econômicas de autoemprego para moradores do bairro. Em 2002, o Banco Palmas criou uma moeda social para circular no comércio local, a Palma\$, moeda lastreada com os Reais (R\$) existentes no banco (SILVA JR., 2007).

Neste subcapítulo foram apresentadas idéias que ressaltaram os determinantes locais e globais do desenvolvimento econômico. De um lado, mostrou-se o potencial de desenvolvimento das comunidades locais a partir da mobilização do seu capital físico, capital humano e capital social, os quais tanto podem ser aplicados para um desenvolvimento da economia de tipo capitalista ou solidária, mais autosuficiente ou mais integrado ao mercado mundial, com maior ou menor articulação do estado. De outro, as limitações impostas ao desenvolvimento local pela dinâmica do processo de acumulação, concentração e centralização de capital em escala global, processo esse que ocorre de maneira desigual nas diversas escalas territoriais, ou seja, há diferenças entre continentes, entre países, entre regiões de um país, etc.; por isso, o desenvolvimento das diversas escalas territoriais de um país dependeria, sobretudo, de um plano integrado de desenvolvimento nacional. Porém,

se é certo dizer que o local não pode tudo, também é errado dizer que não pode nada, os atores locais não podem esperar soluções externas para seu desenvolvimento, mas também não podem se fechar às possibilidades que a integração com outros mercados pode proporcionar. E a responsabilidade sobre os destinos das comunidades, aumenta proporcionalmente à esfera geográfica que autoridades públicas comandam.

No próximo item apresenta-se a análise descritiva da economia solidária no Brasil, e o teste econométrico para avaliar a presença de correlação entre o apoio fornecido por entidades públicas e privadas aos EES, e a presença destes empreendimentos nas cidades brasileiras.

### 4.3. Evidências Empíricas sobre a Economia Solidária no Brasil

O Atlas da Economia Solidária de 2007 identificou 21.859 EES em todo o território brasileiro. Houve uma grande evolução da economia solidária no Brasil nas duas últimas décadas, como pode ser observado na Tabela 1. Até 1980 havia apenas 468 ESS, daquele ano até 1990 surgiram 1.903 novos EES, de 1991 a 2000 foram criados 8.554 EES, e no período compreendido entre 2001 e a execução dos cadastros durante o ano de 2007, outros 10.653 EES foram criados. Os dados do Atlas 2007 sugerem que a criação da SENAES atendeu a demanda por políticas públicas, geradas pelo crescimento da economia solidária na virada do século.

**Tabela 1. Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil – 1900-2007**

Período	1900 a	1971 a	1981 a							
	1970	1980	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Nº de EES no período	204	264	1903	260	407	483	427	947	801	1092
EES Acumulados	204	468	2371	2631	3038	3521	3948	4895	5696	6788
Período	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de EES no período	1193	1386	1558	1546	1789	1860	1962	2049	1102	345
EES Acumulados	7981	9367	10925	12471	14260	16120	18082	20131	21233	21578

OBS: Nos dados da tabela estão incluídos associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis, estão excluídas outras formas de EES.

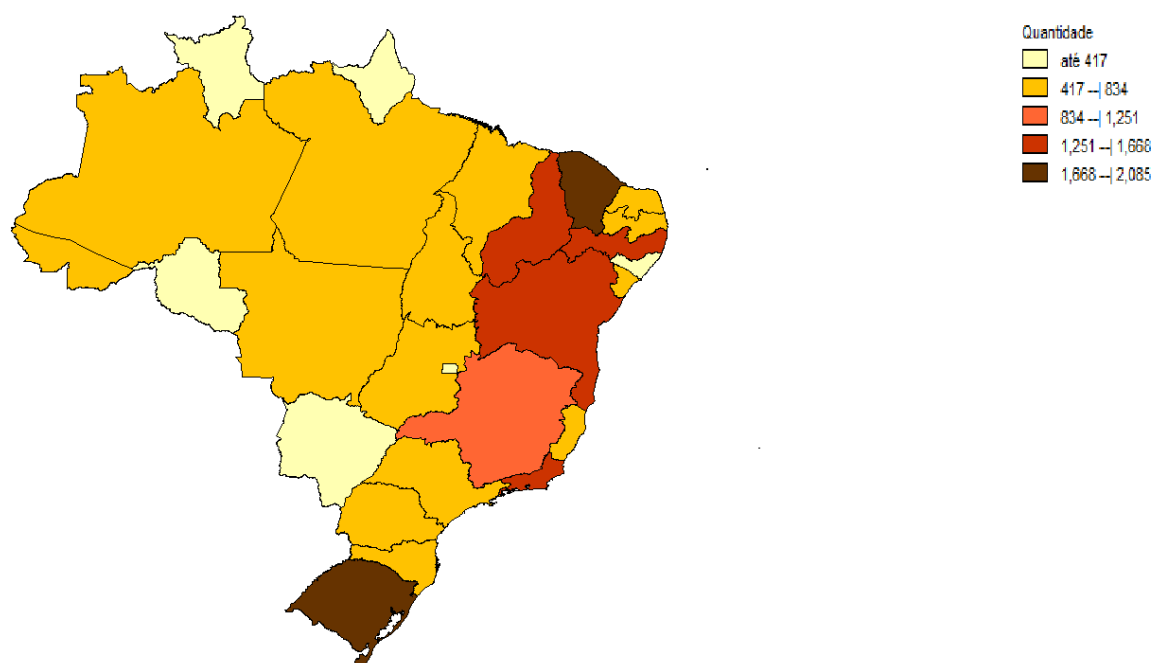
Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

No Atlas da Economia Solidária de 2005 foram registrados apenas 14.954 EES, 6.905 a menos que no Atlas de 2007, mas diferença na quantidade de empreendimentos entre os dois levantamentos não é explicada pelo número de EES criados no período 2005-2007 (nestes três anos foram criados 3.496 EES). Tal fato sugere que nem todos os EES existentes até 2005 foram cadastrados no Atlas daquele ano; talvez os dados de 2007 também estejam subestimados, mas isso só poderá ser confirmado com a realização de um novo



mapeamento pela SENAES.

Considerando a distribuição regional (veja Figura 1), há maior concentração dos EES na região Nordeste com 43%, os restantes 57% estão distribuídos nas demais regiões: 12% na região Norte, 18% na região Sudeste, 10% na região Centro-oeste e 16% na região Sul. Merece destaque os Estados do Rio Grande Sul com 9,5% do total geral, Ceará 8,5%, Pernambuco 7,0% e Rio de Janeiro 6,1%. Ainda em relação à distribuição territorial dos EES, predomina a localização rural com 10.513 (48%) EES, a urbana representa 7.539 (35%) EES, e 3.711(17%) EES combinam as duas localidades, ao todo 21.763 EES responderam esta questão no questionário do SIES.



**Figura 1. Mapa do Número de EES nos Estados do Brasil em 2007**

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Elaboração própria

Quanto aos tipos de EES predominam: as associações (51,8%), grupos informais (36,5%), cooperativas (9,7%), sociedades mercantis (1,4%) e outras formas (0,6%). A Tabela 2 apresenta essa distribuição detalhada. O índice de informalidade<sup>37</sup> é alto, apenas metade dos EES possuíam CNPJ, apesar da grande maioria (19.774 EES) estar em operação em 2007, e somente 2.085 ainda estavam em fase de implantação. Os grupos não formalizados legalmente eram a totalidade dos 7.978 grupos informais de produção e dos 138 dos grupos classificados como outros, e um quarto (2.786 EES) das associações.

<sup>37</sup> Esse é um problema que dificulta a comercialização e faz com que os EES percam oportunidades de negócio como será visto à frente (ver Tabela 9 e comentários pertinentes a ela).

**Tabela 2. EES no Brasil por UF e Tipo de Organização - 2007**

UF	Associações		Cooperativas		Grupos Informais		Sociedades Mercantis		Outros		Total	
	ESS	%	ESS	%	ESS	%	ESS	%	ESS	%	ESS	%
RO	222	75,8	31	10,6	38	13,0	2	0,7	0	0,0	293	1,3
AC	360	66,3	40	7,4	122	22,5	20	3,7	1	0,2	543	2,5
AM	214	46,4	43	9,3	179	38,8	17	3,7	8	1,7	461	2,1
RR	65	51,6	14	11,1	44	34,9	1	0,8	2	1,6	126	0,6
PA	331	57,7	73	12,7	124	21,6	22	3,8	24	4,2	574	2,6
AP	46	29,3	26	16,6	81	51,6	2	1,3	2	1,3	157	0,7
TO	378	75,3	26	5,2	93	18,5	4	0,8	1	0,2	502	2,3
<b>NORTE</b>	<b>1616</b>	<b>60,8</b>	<b>253</b>	<b>9,5</b>	<b>681</b>	<b>25,6</b>	<b>68</b>	<b>2,6</b>	<b>38</b>	<b>1,4</b>	<b>2656</b>	<b>12,2</b>
MA	644	81,2	48	6,1	91	11,5	8	1,0	2	0,3	793	3,6
PI	766	52,0	41	2,8	651	44,2	12	0,8	2	0,1	1472	6,7
CE	1374	74,1	59	3,2	408	22,0	6	0,3	7	0,4	1854	8,5
RN	612	74,9	78	9,5	111	13,6	10	1,2	6	0,7	817	3,7
PB	387	57,8	52	7,8	209	31,2	12	1,8	10	1,5	670	3,1
PE	936	61,3	87	5,7	488	32,0	7	0,5	8	0,5	1526	7,0
AL	127	44,7	14	4,9	138	48,6	1	0,4	4	1,4	284	1,3
SE	176	37,4	64	13,6	226	48,0	1	0,2	4	0,8	471	2,2
BA	1131	70,2	143	8,9	318	19,7	13	0,8	6	0,4	1611	7,4
<b>NORDESTE</b>	<b>6153</b>	<b>64,8</b>	<b>586</b>	<b>6,2</b>	<b>2640</b>	<b>27,8</b>	<b>70</b>	<b>0,7</b>	<b>49</b>	<b>0,5</b>	<b>9498</b>	<b>43,5</b>
MG	461	37,3	83	6,7	664	53,7	23	1,9	5	0,4	1236	5,7
ES	354	68,1	60	11,5	101	19,4	3	0,6	2	0,4	520	2,4
RJ	217	16,2	111	8,3	986	73,4	15	1,1	14	1,0	1343	6,1
SP	112	13,8	175	21,5	514	63,2	10	1,2	2	0,2	813	3,7
<b>SUDESTE</b>	<b>1144</b>	<b>29,2</b>	<b>429</b>	<b>11,0</b>	<b>2265</b>	<b>57,9</b>	<b>51</b>	<b>1,3</b>	<b>23</b>	<b>0,6</b>	<b>3912</b>	<b>17,9</b>
PR	235	29,1	86	10,6	482	59,7	4	0,5	1	0,1	808	3,7
SC	326	47,2	201	29,1	143	20,7	20	2,9	0	0,0	690	3,2
RS	597	28,6	382	18,3	1024	49,1	62	3,0	20	1,0	2085	9,5
<b>SUL</b>	<b>1158</b>	<b>32,3</b>	<b>669</b>	<b>18,7</b>	<b>1649</b>	<b>46,0</b>	<b>86</b>	<b>2,4</b>	<b>21</b>	<b>0,6</b>	<b>3583</b>	<b>16,4</b>
MS	96	28,2	8	2,4	228	67,1	6	1,8	2	0,6	340	1,6
MT	492	65,9	53	7,1	194	26,0	7	0,9	1	0,1	747	3,4
GO	547	74,2	84	11,4	99	13,4	5	0,7	2	0,3	737	3,4
DF	120	31,1	33	8,5	222	57,5	9	2,3	2	0,5	386	1,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1255</b>	<b>56,8</b>	<b>178</b>	<b>8,1</b>	<b>743</b>	<b>33,6</b>	<b>27</b>	<b>1,2</b>	<b>7</b>	<b>0,3</b>	<b>2210</b>	<b>10,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11326</b>	<b>51,8</b>	<b>2115</b>	<b>9,7</b>	<b>7978</b>	<b>36,5</b>	<b>302</b>	<b>1,4</b>	<b>138</b>	<b>0,6</b>	<b>21859</b>	<b>100,0</b>

OBS: Os percentuais dos cinco tipos de EES são relativos ao total de EES de cada UF, os percentuais do Total são relativos ao Total de EES do Brasil

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

São vários os motivos que levam as pessoas a criar e a participar de um EES (cada um pode informar até três motivos para o SIES). O principal deles é a busca de uma solução alternativa para o desemprego, 9.945 (21%) EES responderam que esse foi um dos motivos, sendo que para 6.746 (33% se considerada apenas as respostas de primeira opção) foi o motivo principal. O segundo objetivo com 9.635 (20%) EES é obter uma fonte complementar de renda, mas entre os empreendimentos que deram essa resposta ela

predominou como segunda opção. Em terceiro, 7.974 (17%) EES responderam que o objetivo foi buscar ganhos maiores através de um empreendimento associativo, em vez de produzir e comercializar individualmente seus produtos. Em quarto para 6.090 (13%) EES a motivação é os trabalhadores virar “donos”, ou melhor, sócios de uma propriedade coletiva que não tem patrão nem empregado. Em quinto está a influência do poder público, pois 5.502 (12%) EES buscam esse tipo de organização para ter acesso às fontes especiais de financiamento e outros apoios.

**Tabela 3. Motivos para a criação do EES no Brasil - 2007**

MOTIVOS	Ordem dos motivos			TOTAL
	1º	2º	3º	
Uma alternativa ao desemprego	6.746	2.069	1.130	9.945
Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	3.060	4.473	2.102	9.635
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	3.339	3.125	1.510	7.974
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	1.571	2.489	2.030	6.090
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	2.870	1.501	1.131	5.502
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	1.128	1.084	768	2.980
Alternativa organizativa e de qualificação	961	616	586	2.163
Motivação social, filantrópica ou religiosa	864	441	272	1.577
Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	89	37	36	162
Outro	772	347	316	1.435

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Considerando apenas as escolhas feitas como primeira opção, em 75% dos casos a motivação teve objetivos econômicos. Esses dados permitem considerar que são as conseqüências das contradições do sistema capitalista, em particular o desemprego e a concentração de renda, que em última instância motivam os trabalhadores a buscar formas alternativas de organizar a produção, a repartição e a circulação dos meios necessários para a subsistência, como foi destacado na revisão de literatura realizada no segundo capítulo. Ainda que a pesquisa da SENAES tenha revelado uma significativa presença de motivação ideológica (“desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos” e “motivação social, filantrópica ou religiosa”), pode-se argumentar que esta motivação nasce, principalmente, das condições materiais dos entrevistados, pois como diz Marx (1982, pg. 25) “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Em relação às formas de participação dos sócios trabalhadores nas decisões tomadas pelos empreendimentos, exatamente dois terços (14.555) dos 21.859 EES afirmaram que há participação nas decisões cotidiana do empreendimento, 13.111 (60%) que há participação nas prestações de contas em assembleias gerais ou reuniões do coletivo de sócios, 12.857 (58,8%) declararam sobre o destino das sobras e fundos em assembleias e

reuniões, e há a decisão em assembleias que os sócios acessam os registros e informações do empreendimento, e em 9.029 (41,3%) EES os planos de trabalho são definidos em assembleias ou reuniões. Ainda devem ser consideradas outras formas de participação que não se aplicam a todos os empreendimentos, em 13.051 (59,7%) EES há eleição de diretoria em assembleias ou reuniões, 10.529 (48,2%) afirmaram que os sócios decidem e reuniões sobre a contratação de sócios em 2.881 (13,2%) EES. Apenas 440 (2%) dos EES afirmaram que não existe participação coletiva dos sócios nas decisões.

A respeito da periodicidade das assembleias ou reuniões gerais dos sócios, 10.535 ou 48% dos EES que responderam essa questão afirmaram fazer isso mensalmente, 3.096 (14%) fazem semanal ou quinzenalmente, 2.441 (11%) por bimestre ou trimestre, 2.428 (11%) fazem anualmente ou a mais de 1 ano, 1.072 (5%) semestralmente, e apenas 484 (2%) dos EES não fazem assembleias ou reuniões. Há ainda 1.717 (8%) de EES que declaram outras periodicidades.

A forma como o questionário foi aplicado (cada EES podia responder mais de uma questão) e do modo que os dados foram apresentados pelo SIES (por número total de EES que responderam um item, sem distinguir para quantos se aplicam), podem gerar algum viés na avaliação. Ainda assim, é possível afirmar que existe um esforço da maioria dos empreendimentos em cumprir com os princípios democráticos de autogestão, e que há coerência entre os dados sobre as formas de participação dos sócios nas decisões e a periodicidade da realização de assembleias ou reuniões gerais.

Pouco mais da metade ou 11.867 (54%) dos EES participam de alguma rede ou fórum de articulação, sendo que 7.773 apenas de um tipo, 1.746 de dois, e 465 de três ou mais formas. Nas articulações de caráter político são: 2.995 participam de fóruns ou rede de economia solidária, 1.743 de organizações do movimento social ou sindical, 1.449 participam dos conselhos de gestão (de caráter deliberativo ou consultivo) ou de fóruns de políticas públicas, de ONGs, Igrejas, pastorais, fundações, etc. participam 1.114 EES, e outras formas de articulação participam 978 EES. Nas organizações de caráter econômico são: 1.548 EES que participam de redes de produção e/ou comercialização, 1.114 de federações de cooperativas, 619 que participam de complexos cooperativos, e 528 de centrais de comercialização. Do total de EES

Os empreendimentos solidários também se engajam em movimentos sociais e populares, ao todo 12.613 (58%) dos EES afirmaram participar deles. No movimento comunitário são 6.074 EES, 5.680 EES atuam no movimento sindical, 4.646 na luta pela terra e pela agricultura familiar, 2.812 no movimento ambientalista, 1.667 na luta por moradia,

1.350 em movimentos religiosos ou pastorais, 997 se mobilizam pela igualdade racial, 970 por questões de gênero ou do direito das mulheres, 421 de populares ameaçados ou atingidos por barragens hidroelétricas, e de outros movimentos não discriminados participam 970 EES.

A preocupação com a qualidade de vida dos consumidores é significativa, ao todo 15.321 (70%) responderam afirmativamente a esta questão no levantamento do SIES. A principal preocupação foi com o preço dos produtos para facilitar o acesso dos consumidores a eles, 7.904 assinalaram essa resposta, 6.144 EES responderam procurar ofertar produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, 6.135 em fornecer informações sobre os produtos para os consumidores, 5.215 disseram incentivar ou promover o consumo ético e o comércio justo, 3.955 se preocuparam com a qualidade do produto ou serviço, e 1.018 responderam ter outras preocupações não especificadas pelo SIES.

Dos 21.637 EES que responderam sobre sua composição de gênero, a grande maioria deles ou 73% dos EES são formados por homens e mulheres, enquanto 18% são compostos só por mulheres e 9 % só por homens. Do total de 1.687.496 trabalhadores, os homens representam quase dois terços ou 63% e as mulheres 37%, conforme demonstram os números absolutos na Tabela 4.

**Tabela 4. Distribuição da participação por gênero - 2007**

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>Nº de EES</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>MÉDIA</b>
EES somente homens	2.053	0	103.491	50
EES somente mulheres	3.875	77.434	0	20
EES com homens e mulheres	15.709	552.948	953.623	96
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21.637</b>	<b>630.382</b>	<b>1.057.114</b>	<b>78</b>

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

A Tabela 5 mostra que a participação das mulheres é maior nos EES menores de até 20 pessoas e a participação dos homens é maior nos EES com 21 pessoas ou mais. A estimativa da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira para 2005 era 86.818.272 pessoas (IPEA, 2006), o total de participantes da economia solidária representam 1,94% deste valor.

**Tabela 5. Quantidade de sócios (as) participantes do EES - 2007**

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>Nº de EES</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>	<b>MÉDIA</b>
Até 10	5.368	20.516	10.590	31.106	6
11 a 20	3.876	32.545	29.344	61.889	16
21 a 50	7.053	99.078	138.328	237.406	34
Acima de 50	5.329	477.944	878.690	1.356.634	255
<b>TOTAL</b>	<b>21.626</b>	<b>630.083</b>	<b>1.056.952</b>	<b>1.687.035</b>	<b>78</b>

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Classificando o tamanho dos EES pelo número de sócios(as) participantes, até 10 pessoas representa 25% do total dos EES, de 11 a 20 pessoas são 18%, de 21 a 50

peças são 33% e acima de 50 peças são 25%. Entretanto, enquanto as três primeiras faixas somam um quinto do total de peças ocupadas ou 2%, 4% e 14% respectivamente, os EES com mais de 50 peças representam 80% do total de participantes. A média geral de sócios(as) por EES é de 78 peças, logo pode-se inferir que há economias de escala na economia solidária.

Pouco mais metade ou 11.108 ESS responderam não ter alteração no número de sócios(as) no período de 12 meses antes da aplicação do questionário no Atlas da Economia Solidária de 2007, do restante, 6.591 ou 30% dos EES aumentaram a quantidade de membros no período, e 4.080 ou 19% reduziram seus associados. Esses dados indicam que a maioria dos trabalhadores que são sócios dos EES está satisfeita ou não conseguiu alternativa de trabalho melhor.

Quanto às ações desenvolvidas coletivamente pelos EES, 21.766 empreendimentos responderam esta questão. A maioria 18.204 (84%) desenvolve mais de uma atividade, e apenas 3.562 (16%) exercem apenas uma atividade. Entre as ações mais desenvolvidas estão a produção em 13.902 (64%) dos EES e a venda em 13.022 (60%), mostrando que a atividade produtiva tem como objetivo a comercialização e não o autoconsumo. A seguir vem o compartilhamento de equipamentos com 10.956 (50%) EES e de imóveis 10.439 (48%) EES. As demais podem ser vistas na Tabela 6.

**Tabela 6. Ações desenvolvidas coletivamente pelos EES - 2007**

Atividades desenvolvidas	Total de EES	
	Qdade	%
Produção	13.902	64
Comercialização – venda	13.022	60
Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.)	10.956	50
Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc)	10.439	48
Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	6.886	32
Prestação do serviço ou trabalho	5.886	27
Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)	3.699	17
Troca de produtos ou serviços	2.695	12
Poupança ou crédito	2.406	11
Outra	577	3

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Em relação ao destino da produção de bens e da prestação de serviços, 14.451 dos EES declararam que sua atividade destina-se exclusivamente à venda, 6.545 disseram que destinam tanto a venda, como a troca e ao autoconsumo dos sócios (as), 1.132 EES produzem apenas para o autoconsumo dos seus membros, 1.057 apenas trocam, e 1.210 responderam que a questão não se aplica.

Os EES geralmente procuram todos os meios e locais ao seu alcance para

vender seus produtos como pode ser observado na Tabela 7. O mecanismo mais utilizado de comercialização é a venda direta ao consumidor, 12.514 empreendimentos disseram usar esse meio, sendo que 7.560 afirmaram que esta é a forma principal de venda. As feiras livres vêm em segundo lugar com 7.935 no total e para 4.284 empreendimentos essa é a primeira opção, em geral essas feiras são distribuídas em vários locais fixos das cidades ao longo de toda a semana, de modo que cada região tenha pelo menos uma feira semanal. Em terceiro, feiras e exposições eventuais ou especiais, organizadas principalmente por órgãos ou programas públicos e por entidades privadas de apoio à economia solidária, 5.415 EES afirmaram utilizar esse meio, a maioria deles ou 2.864, como segunda opção. Depois para 2.026 EES são os espaços coletivos de venda organizados pelos próprios empreendimentos, e as centrais de comercializações públicas, como a do Centro Público de Economia Solidária da Prefeitura de Londrina que possui uma loja própria para vender os produtos dos EES.

**Tabela 7. Espaços de comercialização dos produtos - 2007**

ESPAÇOS	Ordem de Resposta dos Espaços			TOTAL
	1º	2º	3º	
Entrega direta a clientes	7.560	3.314	1.640	12.514
Feiras livres	4.284	2.949	702	7.935
Feiras e exposições eventuais ou especiais	1.227	2.864	1.324	5.415
Lojas ou espaços próprios	3.582	1.074	620	5.276
Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização)	980	701	345	2.026
Outro	912	442	224	1.578
Não se aplica	516	10	4	530

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

A Tabela 8 revela que 12.695 EES vendem seus produtos no comércio local ou comunitário, ou seja, próprio bairro, imediações, região da cidade onde estão estabelecidos, e esse é o principal destino para 10.076 EES. O mercado municipal é abrangido para 11.585 EES, mas esse é o destino principal das mercadorias apenas para 4.933 EES.

**Tabela 8. Distribuição regional do destino dos produtos comercializados - 2007**

DESTINO	Ordem de Respostas dos Destinos			TOTAL
	1º	2º	3º	
Comércio local ou comunitário	10.076	1.830	789	12.695
Mercado/comércio municipal	4.933	6.031	621	11.585
Mercado/comércio micro-regional	1.871	1.925	1.833	5.629
Mercado/comércio estadual	1.245	1.291	1.114	3.650
Mercado/comércio nacional	527	466	480	1.473
Exportação para outros países	113	140	241	494
Não se aplica	294	3	21	318

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

O mercado das cidades próximas ou micro-regional figura em terceiro lugar, sendo destino da produção para 5.629 EES, 3.650 EES conseguem dar uma destinação

estadual para seus produtos, 1.473 EES alcançam o mercado nacional e apenas 494 conseguem exportar seus produtos para outros países. Considerando apenas a primeira opção de destino, as vendas dentro dos limites do município alcançam 79%, e somadas às cidades vizinhas chega a 89%.

A maioria dos empreendimentos concentra a distribuição regional dos bens e serviços que eles vendem, em um espaço muito próximo de onde estão instalados. Essa grande concentração territorial da destinação da produção dos EES demonstra o potencial que economia solidária possui para favorecer o desenvolvimento local, e vice-versa, respondendo a um dos questionamentos colocados na seção anterior (4.2). Isso ocorre porque a produção da economia solidária é orientada, prioritariamente, para o atendimento das necessidades demandadas pela população local. Assim, os trabalhadores de um empreendimento geram demanda para os outros, e essa mesma relação é estabelecida entre a produção de empreendimentos solidários e empreendimentos capitalistas locais.

Este fato cria boas perspectivas para o desenvolvimento de políticas municipais e/ou micro regionais de fomento à economia solidária. Por isso, é importante que a SENAES incentive a criação de programas locais desenvolvidos por prefeituras, governos estaduais, universidades e outras entidades de apoio a empreendedores solidários, em particular às incubadoras. A municipalização ou regionalização dos programas de apoio à economia solidária pode proporcionar mais flexibilidade de adaptação à economia local, favorecendo a integração e o aumento da eficiência econômica dos empreendimentos.

Quase dois terços dos empreendimentos ou 62% responderam ter dificuldade para comercializar seus produtos, 29% afirmaram não ter dificuldade e para 10% esta questão não se aplica (ver Tabela 9). Entre os empreendimentos que responderam ter dificuldades na comercialização, a principal delas foi a falta de capital de giro para as vendas a prazo, essa dificuldade foi indicada por 4.413 EES. Essa resposta pode ser somada a outra dificuldade semelhante, 1.644 EES disseram que a exigência de um prazo de pagamento pelos clientes era um dos problemas. A solução para essas duas primeiras dificuldades é a ampliação de programas de microcrédito, seja por parte do poder público, bancos estatais, ou mesmo de entidades de apoio.

A dificuldade de relacionamento com clientes também merece destaque, 1.097 EES afirmaram já ter recebido calote e não saber como evitar isso, 3.170 EES que responderam não conseguir encontrar a quantidade suficiente de clientes, 2.373 EES que não conseguem manter a regularidade no fornecimento da sua produção, ou então, os compradores exigem uma quantidade que eles não podem fornecer (911 EES), há ainda os



empreendimentos onde os produtores não sabem (754 EES) ou não querem (600 EES) vender, conforme a Tabela 9.

**Tabela 9. Principais dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos - 2007**

DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES	Ordem das Respostas			TOTAL
	1º	2º	3º	
Falta de capital de giro para vendas a prazo	1.883	1.617	913	4.413
O empreendimento tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	2.270	584	316	3.170
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	851	989	533	2.373
Preço inadequado dos produtos (baixos, desvalorizados)	1.357	527	307	2.191
Transporte/estradas	1.120	589	296	2.005
Estrutura para comercialização (Local, espaço, equipamentos, etc)	979	571	423	1.973
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc)	806	619	477	1.902
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	467	734	460	1.661
Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)	761	405	193	1.359
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	384	457	256	1.097
Os compradores só compram em grande quantidade	348	342	221	911
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.)	320	299	135	754
Ninguém do empreendimento quer cuidar das vendas	246	246	108	600
Os preços praticados pelo empreendimento são muito altos	230	128	60	418
Outra dificuldade	998	366	280	1.644
Não se aplica	52	3	3	58

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

A informalidade, em particular o fato de não poder fornecer nota fiscal, afeta 1.092 EES conforme as respostas dadas no questionário do SIES. Porém, este problema atinge um número muito maior de EES, pois só metade (10.896) possui CNPJ, e apenas 11,1% são cooperativas ou sociedades mercantis. Conforme discutido na seção 4.1 da presente dissertação, se o Projeto de Lei 7.009 de 2006 for aprovado, a legalização dos empreendimentos na forma de cooperativas de trabalhadores será facilitada, contribuindo para a solução do problema da informalidade, assim os EES poderão vender para empresas legalizadas e participar das licitações públicas, ampliando o mercado para seus produtos.

Além disso, o movimento pela economia solidária vem tentando obter benefícios legais, como a prioridade nas compras governamentais, e já há duas conquistas neste sentido. A primeira foi a Lei Federal nº 11.445, de 2007, que dá nova redação ao inciso XXVII, do artigo 24 da Lei de Licitações (Lei 8.666 de 1993), garantindo a dispensa de licitação “na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, [...], efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público [...]” (BRASIL, 2007). A segunda é a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que garantiu um mínimo de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Educação (FNDE), no âmbito do Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para a aquisição de gêneros alimentícios “diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009) com a vantagem de dispensa de licitação.

Conforme a Tabela 10, o acesso limitado aos meios de divulgação dos bens e serviços produzidos pelos empreendimentos, é uma importante dificuldade enfrentada para a comercialização dos produtos. A principal forma de divulgação é o chamado “boca a boca” meio utilizado por 11.995 EES, em seguida para 4.031 EES são as feiras e exposições eventuais organizadas pelo poder público e entidades de apoio à economia solidária. A fixação de cartazes e a distribuição de catálogos, folders e panfletos é a terceira forma de divulgação mais utilizada atingindo 3.626 EES. Em seguida vêm as rádios comunitárias (1.749 EES) e rádios comerciais e educativas (1.261 EES). Finalmente aparecem os jornais e revistas impressos (1.071 EES) e a mídia televisiva (529 EES), embora muitas vezes eles apenas divulgam notícias sobre as feiras e exposições eventuais.

**Tabela 10. Principais meios de divulgação dos empreendimentos e seus produtos - 2007**

DESCRIÇÃO DOS MEIOS DE DIVULGAÇÃO	Ordem das Respostas			TOTAL
	1º	2º	3º	
Divulgação “boca a boca”	8.734	2.281	980	11.995
Feiras e exposições eventuais	1.182	2.090	759	4.031
Cartazes, catálogos, folders e panfletos	1.894	1.185	547	3.626
Rádios comunitárias	737	613	369	1.719
Rádios comerciais e educativas	528	496	259	1.283
Jornais e revistas	341	460	270	1.071
TVs (mídia televisiva)	133	218	178	529
Outra	376	483	402	1.261

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

A Tabela 11 apresenta as quarenta atividades econômicas mais realizadas pelos EES, a maior parte deles, 15.403 (71%), EES desenvolve apenas um tipo de atividade, 4.674 (21%) realizam dois tipos de atividades, e 1.737 ( 8%) praticam três ou mais atividades. A gama de atividades é bastante diversificada, mas aparecem com destaques as seguintes: Atividades de serviços relacionados com a agricultura (3.066 EES), cultivo de outros produtos de lavoura temporária (1.722 EES), fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exceto vestuário (1.401 EES), cultivo de cereais para grãos (1.253), cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura (907). Agregando os diversos tipos de atividades realizadas pelos EES, aparecem com destaque os seguintes ramos econômicos: produção agrícola 22%, serviços prestados as atividades relacionadas à agricultura 13%, têxteis 10%, beneficiamento

de produtos rurais e industrialização de alimentos 9%, criação de animais 9%, vestuário 5%, comércio 5%, e produção mista de agrícola e pecuária 4%.

**Tabela 11. As quarenta atividades econômicas mais desenvolvidas - 2007**

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1ª	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	3.066
2ª	Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	1.722
3ª	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	1.401
4ª	Cultivo de cereais para grãos	1.253
5ª	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	907
6ª	Criação de outros animais	853
7ª	Produção mista: lavoura e pecuária	830
8ª	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto moveis	710
9ª	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	686
10ª	Confecção de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	622
11ª	Fabricação de produtos diversos	583
12ª	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	531
13ª	Reciclagem de sucatas não-metálicas	520
14ª	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	512
15ª	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	489
16ª	Fabricação de outros produtos alimentícios	464
17ª	Atividades de serviços relacionados com a pecuária - exceto atividades veterinárias	431
18ª	Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente e de produtos do fumo	429
19ª	Criação de bovinos	424
20ª	Pesca e serviços relacionados	380
21ª	Fabricação de acessórios do vestuário	360
22ª	Preparação do leite	332
23ª	Fabricação de artefatos de cordoaria	302
24ª	Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico, incluindo tecelagem	284
25ª	Criação de aves	275
26ª	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	271
27ª	Comércio atacadista de leite e produtos do leite	271
28ª	Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	255
29ª	Outros tipos de comércio varejista	254
30ª	Cultivo de cana-de-açúcar	252
31ª	Fabricação de artefatos de tapeçaria	210
32ª	Reciclagem de sucatas metálicas	198
33ª	Acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros	187
34ª	Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias	184
35ª	Criação de ovinos	179
36ª	Fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer material	173
37ª	Cultivo de café	169
38ª	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente	164
39ª	Confecção de roupas profissionais	161
40ª	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	161

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

A Tabela 12 apresenta a descrição dos cinqüentas bens e serviços mais

produzidos pelos EES, agregando os dados por seguimentos a produção agrícola é realizada em 10.247 empreendimentos. Em segundo lugar merece destaque a produção de artesanato (5.818 EES), seguido de produtos têxteis e de confecções (2.645), criação de animais (2.336), beneficiamento de produtos rurais (2.179), produção alimentos prontos para o consumo e refeições (1.678), apicultura (890), pesca (517), transporte (209), operações de crédito (168). Além desses, 245 empreendimentos não informaram o que produzem no questionário do SIES. Apenas um terço (7.218) dos empreendimentos produzem um único tipo de produto ou serviço, 6.060 (28%) EES produzem dois tipos de produtos e 8.360 (39%) dos EES produzem três ou mais tipos de produtos.

**Tabela 12. Os cinquenta bens ou serviços mais produzidos - 2007**

POSICÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	POSICÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1ª	Milho	2.839	26ª	Pano de Prato	295
2ª	Feijão	2.508	27ª	Castanha de Caju	272
3ª	Arroz	1.563	28ª	Salgados	267
4ª	Farinha de Mandioca	1.472	29ª	Roupas Íntimas	254
5ª	Confecções	1.317	30ª	Não Informado	245
6ª	Leite	1.288	31ª	Bolo	245
7ª	Artigos de Cama, Mesa e Banho	1.074	32ª	Plástico	233
8ª	Hortigranjeiros	1.027	33ª	Cestos Diversos	231
9ª	Artesanato	971	34ª	Coleta e Reciclagem	224
10ª	Bolsas Diversas	890	35ª	Biscoitos e Bolachas	224
11ª	Mel	890	36ª	Papelão	223
12ª	Mandioca	853	37ª	Queijos	222
13ª	Bijuterias	769	38ª	Cereais	214
14ª	Tapetes	585	39ª	Transporte de Passageiros	209
15ª	Crochê	571	40ª	Biscuit	195
16ª	Peixe	517	41ª	Cana de Açúcar	192
17ª	Bordados	458	42ª	Refeições	185
18ª	Banana	446	43ª	Papéis em Geral	184
19ª	Gado (Cabeça)	385	44ª	Frango	172
20ª	Doces	379	45ª	Operações de Crédito	168
21ª	Pães	378	46ª	Carne Bovina	168
22ª	Bonecas	366	47ª	Almofadas	167
23ª	Café	333	48ª	Caixa Decorativa	160
24ª	Doces De Frutas	326	49ª	Pintura em Tecidos	160
25ª	Caprinos e Ovinos (Cabeça)	323	50ª	Goma de Mandioca	159

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Essa diversificada produção de bens e serviços exige grande variedade de insumos que são utilizados pelos EES nas suas atividades produtivas. A Tabela 13 apresenta uma lista com os cinquenta insumos mais utilizados. Dos empreendimentos que responderam essa questão quase um terço (6.511) dos EES adquirem um único tipo de insumo, 5.907 (30%) compram dois tipos de insumos, e 7.359 (37%) compram três ou mais tipos de

insumos. Do mesmo modo como os bens e serviços produzidos pelos EES, a maior parte dos insumos que eles utilizam não são intensivos em tecnologia, o que facilita a integração das cadeias produtivas da economia solidária.

**Tabela 13. Os cinquenta insumos mais utilizados - 2007**

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1ª	Aviamentos para costura	2.873	26ª	Leite	336
2ª	Sementes	2.785	27ª	Lã	244
3ª	Tecidos	2.492	28ª	Retalhos de tecidos	227
4ª	Adubo	2.169	29ª	Calcário	225
5ª	Embalagens	1.148	30ª	Palhas de vegetais	215
6ª	Combustível	1.011	31ª	Mudas de plantas	211
7ª	Ração para animais	1.002	32ª	Óleo	204
8ª	Pagamento de mão de obra	974	33ª	Miçangas	199
9ª	Tintas	959	34ª	Argila	196
10ª	Energia elétrica	833	35ª	Cana de açúcar	188
11ª	Adubo orgânico	675	36ª	Sacos 50	184
12ª	Farinha de trigo	602	37ª	Ovos	181
13ª	Cola	591	38ª	Aluguel da sede / terra	180
14ª	Insumos agrícolas	591	39ª	Frutas diversas	179
15ª	Açúcar	579	40ª	Água	177
16ª	Mandioca	553	41ª	Feijão	175
17ª	Madeira	523	42ª	Trigo	173
18ª	Equipamentos	446	43ª	Arroz	172
19ª	Sal	441	44ª	Vermífugos	164
20ª	Cera alveolada	430	45ª	Arame	160
21ª	Milho	425	46ª	Não informada	159
22ª	Transporte	422	47ª	Verniz	157
23ª	Despesas administrativas	411	48ª	Garrafa pet	155
24ª	Papeis diversos	367	49ª	Herbicida	152
25ª	Vacinas veterinárias	350	50ª	Lenha	151

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Um dos objetivos da formação de redes de EES é buscar a integração vertical e horizontal dos empreendimentos solidários. Os dados da Tabela 14 demonstram que há ainda muito a ser alcançado neste quesito, pois 13.697 EES disseram adquirir insumos de empresas privadas tradicionais, sendo que esta é a principal fonte de obtenção para 11.081 deles, ou seja, 56% dos 19.777 empreendimentos que informaram sobre essa questão ao SIES. As associações são a principal forma de organização de empreendimentos solidários, a compra de insumos de outros produtores associados pode ser considerada como indicador de integração vertical, neste caso ela está presente para os 6.187 (31,38%) que utilizam essa fonte de aquisição insumos. Como 1.292 EES adquirem insumos de outros EES não associados, mesmo que não seja o fluxo interno de uma rede formalmente organizada, essas trocas podem ser consideradas como uma rede informal, assim a integração vertical da

economia solidária aumentaria para 37,8% dos EES. As doações (4.642 EES) figuram como terceira fonte de insumos, embora ela seja a fonte principal para apenas 1.838 (9,3%). Em seguida vem a coleta de materiais recicláveis (2.581 EES). Há ainda empreendimentos que utilizam outras fontes diversas não especificadas pelo SIES e casos que não se aplica.

**Tabela 14. Origem dos insumos adquiridos - 2007**

DESCRIÇÃO DAS ORIGENS	Ordem das Respostas			TOTAL
	1º	2º	3º	
Aquisição de empresa privada	11.081	2.090	526	13.697
Associados(as)	3.950	1.818	419	6.187
Doação	1.838	2.133	671	4.642
Coleta ( materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)	997	1.050	534	2.581
Aquisição de produtores(as) não sócio(as)	742	1.112	416	2.270
Aquisição de outros empreendimentos de ES	707	413	172	1.292
Outra. Qual?	607	374	166	1.148
Não se aplica	1.379	13	22	1.414

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

A Tabela 15 apresenta o faturamento médio mensal dos EES. Quase um terço (6.533) dos EES afirmaram ter faturamento igual a zero, esta classificação inclui principalmente as entidades de apoio aos empreendimentos voltados para a geração de trabalho e renda. É importante observar que apenas 723 EES (3,34% dos que responderam essa questão), com faturamento médio mensal acima de R\$ 100.000,00, é responsável por um faturamento médio mensal de R\$ 524.990.592,41, o que representa 80,39% do faturamento total dos empreendimentos. O faturamento médio mensal do total de EES foi R\$ 653.029.449,45, multiplicando por 12 meses chega a R\$ 7.836.353.393,40, que pode ser considerado o PIB da economia solidária no Brasil pelos dados do SIES, representando 0,31% do PIB de 2007 do Brasil, que foi de R\$ 2,6 trilhões a preços correntes (BCB, 2007). Portanto, do ponto estritamente econômico a economia solidária ainda ocupa um espaço muito pequeno na economia brasileira.

**Tabela 15. Faturamento médio mensal dos ESS - 2007**

FAIXA DE FATURAMENTO MENSAL	Nº DE EES	%	TOTAL	MÉDIA
Faturamento mensal igual a R\$ 0,00	6.533	30,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
de R\$ 0,00 a R\$ 1.000,00	3.628	16,77	R\$ 1.888.534,99	R\$ 520,54
de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	5.412	25,01	R\$ 13.489.199,68	R\$ 2.492,46
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	2.031	9,39	R\$ 14.551.018,35	R\$ 7.164,46
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	2.789	12,89	R\$ 61.387.900,66	R\$ 22.010,72
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	522	2,41	R\$ 36.722.203,36	R\$ 70.349,05
Mais de R\$ 100.000,00	723	3,34	R\$ 524.990.592,41	R\$ 726.128,07
<b>TOTAL</b>	<b>21.638</b>	<b>100,00</b>	<b>R\$ 653.029.449,45</b>	<b>R\$ 30.179,75</b>

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Apenas 12.965 EES responderam sobre a remuneração média mensal dos seus sócios (as) trabalhadores (as) no questionário do SIES, destes 10.872 remuneraram e

2.093 não remuneraram (Tabela 16). Até 1/2 salário mínimo (s.m) totalizaram 4.117 EES com remuneração de R\$ 54,52 *per capita* aos sócios trabalhadores, de 1/2 a 1 s.m foram 2.657 EES e o rendimento por pessoa foi de R\$ 217,44, de 1 a 2 s.m somou 2.812 EES e a renda individual foi de R\$ 398,40, de 2 a 5 s.m chegou a 1.043 EES remunerando os trabalhadores com R\$ 895,89, e acima de 5 s.m foram apenas 243 EES com retirada de R\$ 2.837,00 por sócio. Pode-se comparar esses dados com o valor de R\$ 945,00 de rendimento médio bruto mensal<sup>38</sup>, das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento em 2007 (IBGE, s.d). (Tabela 16)

**Tabela 16. Remuneração média mensal dos sócios(as) trabalhadores do EES - 2007**

Faixas	Empreendimentos	% de EES		Total das Médias	Média
		do Total	do Respondido		
Até 1/2 salário mínimo	4.117	18,83%	37,87%	R\$ 306.814,06	R\$ 74,52
1/2 a 1 salário mínimo	2.657	12,16%	24,44%	R\$ 577.732,80	R\$ 217,44
1 a 2 salários mínimos	2.812	12,86%	25,86%	R\$ 1.120.293,15	R\$ 398,40
2 a 5 salários mínimos	1.043	4,77%	9,59%	R\$ 934.416,25	R\$ 895,89
Maiores que 5 salários mínimos	243	1,11%	2,24%	R\$ 689.390,54	R\$ 2.837,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.872</b>	<b>49,74%</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 3.628.646,80</b>	<b>R\$ 166,00</b>

OBS: 2.093 EES assinalaram R\$ 0,00 de remuneração e 8.894 EES não responderam essa questão. O valor de referência do salário mínimo utilizado foi de R\$ 300,00, válido de 01/05/2005 a 31/03/2006.

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Os dados das Tabelas 5, 15 e 16 mostram grande disparidade no número de sócios, no faturamento dos EES e na remuneração dos sócios trabalhadores respectivamente. Este fato decorre da diversidade dos EES, contendo desde cooperativas criadas a partir de fábricas falidas que foram recuperadas pelos seus trabalhadores e agroindústrias criadas por trabalhadores de assentamentos de reforma agrária, os quais já possuem como vantagem a propriedade coletiva de um importante meio de produção (fábrica, terra, etc.); até grupos de mulheres, de trabalhadores desempregados, etc., que se unem para produzir e vender produtos de forma artesanal.

Alguns empreendimentos contratam trabalhadores que não são sócios do empreendimento, conforme a Tabela 17, o que significa parte dos EES não segue a risca o princípio de não utilização de trabalho assalariado. Destaca-se que 261 EES contrataram trabalhadores para atividades de gerência, assessoria e consultoria pagando em média R\$ 1.172,78 mensais, 811 EES contrataram trabalhadores para administração, secretaria, contabilidade e finanças pagando R\$ 538,53, em média. A contratação de pessoas não sócias para atividades de gerência e administração indica que esses empreendimentos têm dificuldade de empregar a autogestão, e é possível que outros EES não façam a mesma coisa

<sup>38</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

por não ter condições de pagar por isso. Mas a maior parte dos contratados foi para a atividade de produção, o que ocorreu em 1.346 EES e pagando R\$ 346,43 mensais por trabalhador.

**Tabela 17. Remuneração média mensal de trabalhadores não sócios do EES - 2007**

TIPOS DE TRABALHO	EMPREENDIMENTOS	MÉDIA
Gerência, assessoria, consultoria	261	R\$ 1.172,78
Administração, secretaria, contabilidade, finanças	811	R\$ 538,53
Manutenção e serviços gerais	775	R\$ 437,19
Representação comercial, vendas, comunicação	209	R\$ 567,82
Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços)	1.346	R\$ 346,43
Outro tipo de trabalho	252	R\$ 453,56
<b>TOTAL</b>	<b>3.654</b>	<b>R\$ 487,39</b>

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

O resultado econômico (descontado as doações) obtido nos 12 meses anteriores a aplicação do questionário do SIES, permitiu que 8.324 (38%) dos EES pagassem todas as despesas e ter alguma sobra, 7.383 (34%) pagaram as despesas, mas não tiveram sobras, 3.259 (15%) dos EES nem conseguiram pagar as sobras, e 2.776 (13%) responderam que esta questão não se aplica a eles.

Em relação ao destino das sobras, 3.241 EES afirmaram que distribuíram entre os sócios, 3.281 destinaram para fundo de reserva, 3.246 aplicaram em fundo de investimento, 467 realizaram integralização de capital, 292 concederam para fundo de solidariedade, 230 para fundo de assistência técnica e educacional, e 269 para outras destinações. Ao todo 8.306 EES responderam sobre esta questão, sendo que 6.017 optaram por apenas 1 destino, 1.848 para dois destinos, 371 para três, 54 para quatro, 12 para cinco, e 4 para seis destinos diferentes.

O acesso ao crédito (Tabela 18) foi pequeno atingindo apenas 3.457 EES. Entre os que responderam a fonte dos créditos (ver Tabela 18), os bancos públicos concederam com 53% dos recursos recebidos pelos EES, as ONGs e OSCIPs 10%, e conjuntamente as cooperativas de crédito e os bancos populares forneceram 9%. Destaque também para as outras fontes não discriminadas pelo SIES que atingiu 21%, mas supõe-se que teve importante participação do crédito fornecido por parentes e amigos dos trabalhadores sócios dos empreendimentos. A participação dos bancos privados tradicionais foi de apenas 6%. Portanto, no quesito crédito os EES dependem principalmente do poder público e da solidariedade alheia, seja de forma organizada por meio de ONGs seja individualmente com a contribuição de parentes e amigos.



**Tabela 18. Fontes de crédito - 2007**

TIPOS DE FONTE	TOTAL	%
Banco público.	1.985	53
ONG ou OSCIP.	354	10
Banco privado.	215	6
Cooperativa de crédito.	180	5
Banco do Povo ou similar.	145	4
Outra instituição financeira privada.	63	2
Outra.	775	21
<b>TOTAL</b>	<b>3.717</b>	<b>100</b>

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

O questionário do SIES levantou o valor dos créditos recebidos nos 12 meses anteriores à pesquisa. O valor total do crédito concedido aos EES foi de R\$ 372.8 milhões, isso representa apenas 4,8% do faturamento anual dos EES em 2007. A concentração dos recursos financeiros foi alta, 9% dos EEE receberam no total apenas 0,04% dos empréstimos, com um valor médio de R\$ 557,75, e 16% dos EES ficaram com 86% do crédito com valor médio de R\$ 608.890,69. Infelizmente os dados do SIES não detalham a relação entre o valor médios dos empréstimos e a fonte dos recursos, mas dada a concentração apresentada, não seria de admirar se a participação dos bancos privados for elevada no montante total dos recursos, pois devido aos custos de transação é mais lucrativo financiar poucos empreendimentos com altos valores, do que muitos empreendimentos com valores baixos. (Tabela 19)

**Tabela 19. Valor dos créditos recebidos pelos EES nos 12 meses anteriores à pesquisa - 2007**

FAIXAS	Nº de EES	%	Soma Crédito	%	MÉDIA
Até R\$ 1.000,00	300	9	R\$ 167.325,87	0	R\$ 557,75
De R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00	1.141	35	R\$ 4.513.899,26	1	R\$ 3.956,09
De R\$ 10.000,00 a R\$ 100.000,00	1.318	40	R\$ 47.223.009,30	13	R\$ 35.829,29
Acima de R\$ 100.000,00	527	16	R\$ 320.885.393,63	86	R\$ 608.890,69
<b>TOTAL</b>	<b>3.286</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 372.789.628,06</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 113.447,85</b>

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Em relação às dificuldades para obtenção de crédito (Tabela 20), destaca-se a falta de apoio para elaborar os projetos de viabilidade econômica e financeira necessários para aprovação do crédito, conforme declararam 3.599 EES, seguido das taxas de juros elevadas (3.188 EES), falta de aval ou garantia (3.146 EES). A inexistência da documentação exigida pelo agente financeiro (3.060) foi a quarta dificuldade no total geral, mas foi a principal se considerada apenas de 1ª ordem de importância, e somada com a quinta mais respondida “burocracia dos agentes financeiros” (2.745 EES), pode ser provocada em grande parte pela informalidade dos empreendimentos.

**Tabela 20. Descrição das dificuldades para obtenção de crédito - 2007**

DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES	Ordem			TOTAL
	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	
Falta de apoio para elaborar projeto	1.728	1.179	692	3.599
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do EES	1.543	1.117	528	3.188
Falta de aval ou garantia	1.382	1.105	659	3.146
O EES não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	2.344	486	230	3.060
Burocracia dos agentes financeiros	1.707	731	307	2.745
Prazos de carência inadequados	422	1.051	450	1.923
Falta de linha de crédito	489	306	244	1.039
Outra. Qual?	620	220	87	927

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

No total 16.698 EES responderam que necessitam de crédito, sendo que dos EES que declaram a finalidade 8.024 deles afirmaram necessitar tanto para custeio/capital de giro e investimento, 6.995 só para investimento, e 1.662 apenas para custeio ou capital de giro. Quanto à situação do crédito no momento da pesquisa do SIES, apenas 6% dos EES responderam estar atraso no pagamento dos seus empréstimos e financiamentos. Segundo dados do Banco Central disponibilizados pelo IPEADATA, a taxa média de inadimplência (inclui setores público e privado, pessoa jurídica e pessoa física) no Brasil em 2007, para atrasos superiores a 90 dias, foi de 4,7%.

A maioria dos empreendimentos (15.886 EES ou 72,7%) recebeu apoio de alguma entidade pública ou privada. Receberam apoio de órgãos governamentais (governos federal, estaduais e municipais) 8.915 EES, de Organizações Não-Governamentais (ONGs) diversas (associações, igrejas, etc.) foram 5.097 EES, 4.466 EES do Sistema S (Sescoop, Sebrae, Senai, Senac, Senar, etc.), 1.201 de Instituições de Ensino Superior (IES) que inclui projetos de extensão e incubadoras universitárias, 2.534 do Movimento Sindical, e 663 receberam outros apoios não especificados pelo SIES.

A forma de apoio mais recebida pelos empreendimentos foi a qualificação profissional, técnica e gerencial, que somada à formação política em economia solidária para 5.393 EES, representam o trabalho de educação voltado para preparar os trabalhadores para administrar um empreendimento de economia solidária. A segunda forma de apoio mais recebida foi a assistência técnica e/ou gerencial para 8.058 EES, depois (2.826 EES) a assessoria na constituição, formalização ou registro do empreendimento, a assessoria para diagnóstico e planejamento necessários para garantir a viabilidade econômica do empreendimento assistência para 1.758 EES, assessoria de marketing e comercialização dos bens e serviços produzidos (1.484 EES), e assistência jurídica (1.114 EES). A Tabela 21 apresenta com mais detalhe.

**Tabela 21. Que tipo de apoio(s) técnicos que os EES receberam - 2007**

TIPOS DE APOIO	Ordem das Respostas			TOTAL
	1º	2º	3º	
Qualificação profissional, técnica, gerencial	5.525	3.479	529	9.533
Assistência técnica e/ou gerencial	5.648	1.745	665	8.058
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	2.082	2.020	1.291	5.393
Assessoria na constituição, formalização ou registro	1.080	889	857	2.826
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	365	656	737	1.758
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	312	610	562	1.484
Assistência jurídica	284	430	400	1.114
Outro. Qual?	488	323	169	980

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Os resultados da análise econométrica, conforme a Tabela 22, demonstram que as políticas de apoio do poder público e da sociedade privada são importantes para o surgimento dos empreendimentos de economia solidária. Os dados para o conjunto dos municípios do Brasil onde existem EES apresentam a seguinte equação:

$$N^{\circ} \text{ de EES} = 0,48 + 1,33 \text{ ApSisS} + 0,96 \text{ ApONG} + 0,93 \text{ ApGov} + 0,49 \text{ ApIES} + 0,12 \text{ ApMovSin} + 0,68 \text{ ApOut} \quad (03)$$

**Tabela 22: Análise de regressão EES no Brasil - 2007**

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	p-valor
Constante	0,479620	0,1283090	3,7380	0,00019 ***
Apoio do Sistema S	1,330770	0,0480800	27,6782	<0,00001 ***
Apoio de ONGs	0,963373	0,0334146	28,8309	<0,00001 ***
Apoio do Governo	0,927354	0,0310964	29,8219	<0,00001 ***
Apoio de IES	0,492344	0,0763135	6,4516	<0,00001 ***
Apoio do Movimento Sindical	0,117555	0,0607351	1,9355	0,05302 *
Apoios de Outros	0,677097	0,1395480	4,8521	<0,00001 ***

OBS: \* nível de significante com margem de 5%

\*\*\* nível de significante com margem de erro menor que 1%.

Fonte: Dados do SIES. Elaborado pelo autor.

O apoio do Sistema S foi mais significativo para explicar o surgimento dos EES apresentando um coeficiente de 1,33, em ordem decrescente: o apoio das ONGs (0,96), o dos órgãos governamentais (0,93), as universidades e incubadoras universitárias (0,49) e finalmente a contribuição do movimento sindical cujo coeficiente de determinação pequeno (0,12) e menos significativo do ponto de vista estatístico. Finalmente um conjunto de apoiadores não especificados pelo SIES também contribuíram de forma significativa com a formação de EES com um coeficiente de 0,68.

Os coeficientes de regressão,  $R^2$  e  $R^2$ ajustado, apresentam o valor de 0,84, ou seja, as variáveis independentes explicam 84% da variação do número de EES nos municípios brasileiros. A estatística F apresentou um índice elevado 2.616,87 e o F de significância igual a zero, demonstrando que a hipótese nula deve ser rejeitada e aceita a

hipótese alternativa, ou seja, o modelo é adequado. Os valores das estatísticas  $t$  e  $p$ -valor, referentes aos coeficientes das variáveis explicativas também foram bastante significativos.

O teste do fator de inflação de variância (FIV) indicou que não há presença de multicolinearidade entre as variáveis independentes, considerando que o valor mínimo possível é 1 (e que apenas acima de 10 indica presença de multicolinearidade) os resultados foram satisfatórios: Apoio do Governo (2,212), Apoio de ONGs (2,595), Apoio do Sistema S (2,365), Apoio de IES (1,873), Apoio do Movimento Sindical (1,281) e Apoio de Outros (1,123).

O teste de não-linearidade das variáveis rejeitou a hipótese alternativa e aprovou a hipótese nula de que a relação é linear com os seguintes dados: estatística de teste LM = 441,62, com  $p$ -valor = 3,12834e-092. Os testes para heteroscedasticidade não indicaram presença deste problema na regressão. Os valores do teste de White foram LM = 1842,53, com  $p$ -valor = 0; os valores do teste de White apenas quadrados foram LM = 1667,02, com  $p$ -valor = 0; os valores do teste de Breusch-Pagan foram LM = 47583,1, com  $p$ -valor = 0; os valores do teste de Breusch-Pagan variante robusta foram LM = 1329,47, com  $p$ -valor = 4,51196e-284.

A seguir são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da dissertação foi estudar as políticas públicas de fomento à economia solidária, e as potenciais contribuições que essas políticas podem proporcionar ao desenvolvimento local. Neste sentido, procurou-se identificar as motivações e as condições sócio-econômicas que influenciaram o surgimento e desenvolvimento da economia solidária, e descrever as tipologias e as características das principais experiências de economia solidária do Brasil e do exterior; verificar as potencialidades, os principais problemas e possíveis soluções encontradas na teoria econômica em casos concretos apresentados na literatura, de modo a identificar os determinantes do sucesso ou fracasso dos empreendimentos de economia solidária; discutir as principais políticas públicas adotadas nas esferas federal, estadual e municipal para fomentar o desenvolvimento da economia solidária; mensurar a partir de análise econométrica a sensibilidade do comportamento de empreendimentos de economia solidária no Brasil às políticas públicas e privadas de inclusão produtiva; e verificar as possíveis contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local.

A revisão de literatura identificou que as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, tornam este sistema incapaz de gerar pleno emprego da força de trabalho, mantém muitos trabalhadores em empregos precários e outros são excluídos permanentemente. Fatos estes que geram inevitavelmente uma grande massa de pessoas pobres ou miseráveis. Além disso, mesmo os assalariados melhor remunerados são explorados pelas empresas capitalistas. E também as pequenas e médias empresas, sofrem com o processo de concentração e centralização do capital. Tais problemas estimulam a busca de alternativas individuais ou coletivas de inserção no mercado de trabalho, para garantir a subsistência e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Os dados do questionário aplicado pelo SIES corroboram com essas observações, ao mostrar que as questões econômicas representaram 3/4 das motivações que levaram os trabalhadores a criarem os EES. Tal proporção pode ser maior se for considerado que os alegados motivos de ordem ideológica (política, social, religiosa, etc.) nascem das condições materiais de existência (sobrevivência) dos trabalhadores que se unem nos empreendimentos solidários.

A economia solidária é uma destas alternativas. Ela se caracteriza por unir trabalhadores em empreendimentos cooperativos, nos quais a propriedade dos meios de produção deve pertencer a todos os sócios trabalhadores. Tem por princípios a não utilização e exploração do trabalho assalariado, a tomada de decisões preferencialmente por assembléias nas questões principais ou por direção democraticamente eleita nas questões rotineiras. A

divisão vertical do trabalho dentro das unidades de produção é combatida em favor da autogestão, ao mesmo tempo em que a divisão social do trabalho é incentivada através das redes de empreendimentos solidários.

Esse rol de princípios propostos pelos defensores da economia solidária esbarra em problemas concretos, determinados pelo nível atual de desenvolvimento das forças produtivas, e pelo fato de estas experiências estarem inseridas dentro de formações sociais capitalistas. Dentre os problemas destacam-se: o *trade-off* entre autogestão e eficiência; a insuficiência de meios para financiar os investimentos necessários devido à condição de pobreza da maioria dos trabalhadores solidários; a concorrência com as empresas capitalistas que possuem vantagens competitivas diversas como economias de escalas, tecnologia sofisticada, marcas consolidadas, etc.; o baixo nível de formação educacional, conhecimento técnico, e até de formação ideológica dos trabalhadores solidários.

Por causa dessas dificuldades alguns princípios são abandonados ou flexibilizados. Conforme demonstram estudos de caso apresentados na literatura, é comum o uso de trabalho assalariado pelos empreendimentos maiores, principalmente quando há necessidade ou oportunidades de mercado, que exigem a ampliação do número de trabalhadores além dos sócios fundadores. Outra violação de princípios encontrada nos estudos de caso é o uso da divisão do trabalho, inclusive estabelecendo hierarquia entre os trabalhadores conforme o nível de qualificação profissional. A causa principal deste problema é a grande disparidade de formação educacional e técnica dos trabalhadores nas sociedades capitalistas. É possível que esse último problema seja minorado a partir da implantação da Resolução FNDE/MEC/CD/ nº 51, de 15 de dezembro de 2008, a qual estabeleceu critérios para a apresentação, seleção e apoio financeiro para projetos voltados à inclusão do ensino sobre economia solidária nos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Apesar das dificuldades para por em prática todos os princípios da economia solidária, em particular da autogestão, o mapeamento do SIES identificou em apenas 2% dos EES a inexistência de qualquer tipo de participação dos trabalhadores nas decisões do empreendimento. Em aproximadamente dois terços dos EES a participação dos trabalhadores nas decisões é bem consistente e rotineira.

A pesquisa dos dados do Atlas da Economia Solidária de 2007 identificou que a economia solidária ocupava um espaço marginal na sociedade brasileira. A dimensão econômica é muito pequena representando apenas 0,31% do PIB brasileiro daquele ano, apesar de que o número de sócios significava 1,94% da PEA brasileira (estimada para 2005). O nível médio de rendimento obtido por pessoa também foi muito baixo, em 2007

representava pouco mais de meio salário mínimo, considerando apenas os empreendimentos que conseguiam remunerar seus sócios. Isso demonstra que no estágio encontrado pela economia solidária no levantamento feito pelo SIES, ela não era capaz de tirar a maioria dos seus trabalhadores da pobreza.

Outro problema é o desnível de faturamento e de distribuição de rendimento aos trabalhadores, entre os empreendimentos solidários, reproduzindo, de certo modo, o que acontece nas empresas capitalistas. Observou-se que apenas 3,3% dos EES foram responsáveis por 80% de todo o faturamento dos empreendimentos solidários do Brasil em 2007, e que 18,7% dos EES distribuíram 76% do rendimento total recebido pelos trabalhadores solidários. Impressiona o fato que 243 EES, 1% do total, foram capazes de distribuir R\$ 2.837,00 mensais em média para seus sócios trabalhadores, uma renda bem superior ao rendimento médio bruto mensal dos trabalhadores brasileiros em 2007, que foi de R\$ 945,00. Infelizmente a forma como os dados do SIES foram divulgados, não permitem conferir se os empreendimentos maiores são os que mais faturam e os que melhor remuneram seus sócios, mas supondo que há economias de escala, provavelmente é isso que acontece. Resta saber se tais diferenças são explicadas apenas pela forma diversificada como são criados os empreendimentos que inclui desde EES de médio ou grande porte (empresas falidas recuperadas, cooperativas formadas por assentamentos da reforma agrária, etc.) micro negócios (associações de artesãos, pequenos grupos de produção, etc.), ou se os empreendimentos também são afetados pelo processo de acumulação, concentração e centralização de capital, o que faz alguns prosperarem enquanto muitos ficam estagnados ou falem. É provável que as duas coisas aconteçam, pois a regulação econômica dos empreendimentos solidários é feita pelo mercado e não por um órgão de planejamento central do tipo proposto para a economia socialista, o qual teoricamente teria poder para remanejar meios de produção e força de trabalho, para buscar uma maior homogeneidade das empresas, dos trabalhadores e dos rendimentos.

Em relação à questão de gênero a pesquisa da SENAES mostrou que quase dois terços dos trabalhadores são homens e pouco mais de um terço são mulheres, elas participam dos empreendimentos menores e eles EES dos maiores, mas em quase 80% há participação tanto de homens quanto de mulheres.

As características da economia solidária propostas por seus defensores são adequadas às estratégias de desenvolvimento local endógeno, na medida em que pretendem trabalhar sob as bases do capital humano, dos recursos naturais, do capital social e da cultura já existentes na comunidade. Ao aproveitar e valorizar as forças emanadas da identidade

comunitária, privilegiando as relações que ultrapassam o plano econômico, facilita-se o desenvolvimento do espírito cooperativo. Além do mais, ao se propor fortalecer as experiências locais, favorece o alcance de níveis mais elevados de sociabilidade e de a formação do capital social.

A economia solidária busca crescer baseada num conjunto de produtores autônomos ou de empreendimentos coletivos, que se organizam em redes para trocar produtos entre si, o que dá a todos meios de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade das empresas capitalistas que já estão estabelecidas. Mas um problema detectado pela pesquisa do SIES é o baixo grau de integração entre os empreendimentos solidários, apenas 1/3 deles adquirem produtos de outros EES, apesar de metade deles participar de alguma rede ou fórum de economia solidária. A ampliação das redes na direção da integração vertical e horizontal é um desafio a ser enfrentado para ampliar as economias de escala e escopo dos empreendimentos.

A lógica de realimentação dos mercados locais, impedindo que os recursos econômicos saiam para outras regiões, parece ser uma interessante estratégia de estímulo ao desenvolvimento local. Os dados fornecidos pelo SIES reforçam essa idéia, eles demonstraram que mais de 3/4 dos bens e serviços produzidos pelos EES são vendidos no próprio município de origem. A municipalização das políticas de apoio à economia solidária pode trazer mais eficiência econômica, pois os atores locais conhecem melhor sua própria realidade. Por isso, a SENAES e governos estaduais deveriam incentivar e financiar a criação de programas municipais, metropolitanos ou microregionais.

Em alguns casos, ter um mercado protegido ou favorecido contra a competição externa, por algum tempo, até que os empreendimentos ganhem eficiência e aprendizado, pode ser uma medida relevante de políticas públicas. A criação de uma moeda social na comunidade local pode ser o melhor mecanismo de proteção, contra vazamentos de demanda para a produção capitalista ou de outros locais. Isso também pode contribuir para melhorar a integração vertical dos empreendimentos que ainda é pequena, apenas um terço dos EES compram insumos de outros empreendimentos solidários, entre os que participam da mesma rede, de outras ou isolados. Não obstante, a integração política dos empreendimentos solidários é um pouco melhor, mais da metade deles participam de alguma rede social ou fórum de economia solidária, e se engajam em movimentos populares na defesa de direitos dos trabalhadores, do meio ambiente, dos consumidores, etc.

Quase metade dos empreendimentos é ligada de algum modo ao setor primário, aproximadamente 22% EES produzem mercadorias agrícolas, 9,4% criam animais,



13,3% prestam serviços a produtores rurais, e 4,1% beneficiam produtos agropecuários, 3,4% combinam agricultura e pecuária, e 1,7% realizam a pesca. Nas atividades industriais a participação mais importante é do setor têxtil 10% e de vestuário representam 5%, o restante é dividido em outros setores indústrias, artesanato e serviços diversos. Devido a esta distribuição setorial dos EES, 48% deles estão localizados na zona rural, 35% na zona urbana, 17% combinam as duas localidades. Esse predomínio da produção primária e no espaço rural, pode ser explicado pelo fato de que nestes setores o grau de concentração dos mercados é menor do que nas atividades industriais e comerciais, o que facilita a concorrência dos empreendimentos solidários com as empresas capitalistas.

A informalidade, principalmente o fato de não poder fornecer notas fiscais, é outra importante limitação comercial que os empreendimentos solidários são obrigados a enfrentar na concorrência com as empresas capitalistas. Para resolver este problema o movimento pela economia solidária reclama pela aprovação do Projeto de Lei 7.009 de 2006 que há 4 anos está no Congresso Nacional, e prevê a facilitação da legalização dos empreendimentos. Para os EES já legalizados com base na Lei 5.764 de 1971 que regulamenta as cooperativas, já há alguns benefícios conquistados no Governo do Presidente Lula, como a dispensa de licitação para contratação de coletores e recicladores organizados de forma solidária, e também a garantia de preferência em pelo menos 30% dos recursos do FNDE para a merenda escolar.

Mas o principal apoio econômico por parte do setor público segundo o mapeamento do SIES no fornecimento de crédito. Pouco mais da metade do crédito conseguido pelos EES provém de órgãos governamentais, o restante vem principalmente de ONGs e de fontes pessoais (parentes, amigos, etc.). Os bancos privados participam com apenas 6% do fornecimento de crédito, o principal motivo para isso é que os bancos preferem financiar grandes volumes de recursos para um pequeno número de empresas, devidos aos custos de transação. Esse motivo talvez explique também, porque apenas 16% dos EES ficaram com 86% dos créditos recebidos. A informalidade e dificuldade de obter avalistas também foram importantes barreiras para a obtenção de crédito.

A análise econométrica construída a partir dos dados do SIES permitiu concluir que há forte correlação entre apoios externos, como as políticas de inclusão social produtiva levada a cabo por órgãos de governo e por entidades privadas como o Sistema S, ONGs, IES, sindicatos entre outros e a existência de EES nos municípios brasileiros. Ainda que estes apoios estejam voltados ao trabalho de formação política, qualificação técnica e assessorias diversas, eles demonstraram que tais políticas são muito importantes para o

desenvolvimento dos empreendimentos.

O crescimento da formação de novos EES após a criação da SENAES, aparentemente seguiu apenas a tendência que já vinha ocorrendo a partir da década de oitenta e intensificada com a crise do início do século XXI. Portanto, a política nacional de economia solidária desenvolvida por aquele órgão federal representa, sobretudo, a sensibilidade do Governo Lula para atender uma importante demanda dos movimentos populares organizados.

Não obstante, as informações do SIES revelaram que os EES ainda carecem de apoios maiores apoios, como financiamento dos investimentos, o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à produção em baixa escala, incentivos fiscais, demanda privilegiada por parte dos órgãos públicos, entre outros. Os futuros mapeamentos que o SIES deverá realizar, permitirão verificar se as políticas públicas em andamento terão eficácia para ampliar taxa de crescimento da economia solidária, não só no número de EES criados e de sócios trabalhadores participantes, mas principalmente se eles vão conseguiu melhorar o baixo nível de rendimento médio mensal que conseguem por enquanto.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo. Moeda Social 2. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: n. 23, jun. 2001, pp. 261-286.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI; ANDERSON, SALAMA. **Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular Solidária: Alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- ATOS dos APOSTOLOS. **Bíblia Sagrada**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005.
- AZEVEDO, Beatriz R. Z. de. **A Produção Não Capitalista: Uma discussão teórica**. Porto Alegre: FEE, 1985.
- BARBOSA, R. N. de C. **A Economia Solidária Como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BCB. **Boletim do Banco Central do Brasil: Relatório anual 2007**. Brasília: BCB, 2007.
- BELL, John Fred. **História do Pensamento Econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BERTUCCI, Ademar A.; SILVA, Roberto M. A. da (Org.). **Vinte Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- BITELMAN, Marina F. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: Os casos de São Paulo e Osasco**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), FGV, São Paulo.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRASIL. **Lei 11.445**, de 05 de janeiro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm#art57](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm#art57)>. Acesso em: 01 de dezembro de 2010.
- BRASIL. **Lei 11.947**, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>. Acesso em: 01 de dezembro de 2010.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- BRITTO, Jorge. Cooperação Interindustrial e Redes de Empresas. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Orgs.). **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2002, pp 345-388.
- BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CATTANI, A. D. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: A verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC. In: MALAGUTI, M.L.; CARCANHOLO, R.A; CARCANHOLO, M.D. **Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso Tempo**. São Paulo: Cortez, 1998, pg. 15-35.

CONTI, Sergio. Espaço Global *Versus* Espaço Local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 209-252.

COOPER, R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORAGGIO, José L. Economia do Trabalho: uma alternativa racional à incerteza. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CORIAT, Benjamim. Pensar Pelo Averso: O modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CUNHA, Gabriela C. **Economia Solidária e Políticas Públicas**: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), USP, São Paulo.

CULTI, Maria N. **O Desafio do Processo Educativo na Prática de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2006.

DAGNINO, Renato. A tecnologia Social e Seus Desafios. In: **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, pp. 187-209.

DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. 8ª ed. Lisboa: Livros Horizontes, 2000.

DOZE TRIBOS. **Uma Nova Ordem Social**. 2003. Disponível em: <<http://www.dozetribos.com.br/dozetribosbr/publicacoes/pdf/uma-nova-ordem-social.pdf>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2009.

ENGELS, Friederich. Princípios Básicos do Comunismo. In: MARX; ENGELS. **Obras Escolhidas**. Tomo I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, pp. 76-94.

\_\_\_\_\_, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: MARX; ENGELS. **Obras Escolhidas**. Tomo III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985, pp. 104-168

FBES. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2010.

FERNANDES, Luis. **URSS Ascensão e Queda**: A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

FERNANCES, Luis. **O Enigma do Socialismo Real**: Um Balanço Crítico das Principais Teorias Marxistas e Ocidentais: Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FRETELL, A. C.; ROCA, H. O. Comércio Justo. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A Outra**

**Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, pp. 33-44.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**: São Paulo. Nova Cultural, 1985.

GAIGER, Luiz I. G. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. In: **Caderno CRH**. Salvador, n. 39, jul./Dez. 2003, pp. 181-211.

\_\_\_\_\_, A Associação Econômica Dos Pobres Como Via De Combate Às Desigualdades. In: **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 57, Set./Dez. 2009, pp. 563-580.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IBGE. **Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento**. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/series\\_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=FDT803](http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=FDT803). Acesso em: 16 de novembro de 2010.

IPEA. **O Estado de Uma Nação – 2006**: mercado de trabalho, emprego e informalidade. Editado por: Paulo Tafner. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

ITS. Reflexões Sobre a Construção do Conceito de Tecnologia Social. In: ITS. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, pp. 117-133.

JUSTINO, Maria José. Cooperativismo Popular: Reinvenção de laços de solidariedade pela Universidade Cidadã. In: JUSTINO, M. J. (Org.). **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: A experiência da UFPR**. Curitiba: FUNPAR/UFPR-PROEC, 2002, pp. 11-26.

KAY, Alan. Social Capital, the Social Economy and Community Development. In: **Community Development Journal**. Vol. 41, n. 2, April 2006, pp. 160–173.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen. In: **Revista Brasileira De Ciências Sociais**. ANPOCS. São Paulo, v. 15, n. 42, fev-2000, p.113-122.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEMES, Fabio R. M. **Contribuição da Economia Solidária ao Desenvolvimento Local: Agricultores familiares feirantes e associações de catadores**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento), UNIJUÍ, Ijuí.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_, **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, J.F.; PITAGUARI, S. O. As idéias Keynesianas e o Crescimento do Produto nas Economias Locais. In: **Interações**. UCDB. Campo Grande, v. 6, n. 10, 2005, pp. 237-250.

LISBOA, Armando de Melo. A Emergência das Redes de Economia Popular no Brasil. In: Dal Ri, Nuesa Maria. (Org.) **Economia Solidária: O desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999, pp. 55-89.

LOTTY, Mariana; SZAPIRO, Mariana. Economias de Escala e Escopo. In: KUPFER; HASENCLEVER, L. (Orgs.). **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2002, pp. 43-70.

LUTZ, Mark A. The Mondragon Co-operative Complex: an application of Kantian ethics to social economics. In: **International Journal of Social Economics**, v. 24, n. 12, 1997, pp.1404-1421.

McGUIGAN, J. R.; MOYER, R. C.; HARRIS, F. H de B. **Economia de Empresas: Aplicações, estratégias e táticas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

McMURTRY, J. J. Social Economy as Political Practice. In: **International Journal of Social Economics**. v. 31 n. 9, 2004, pp. 868-878.

MAGALHÃES, D. **Globalização do Capital e os Estados Nacionais**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, **Redes de colaboração solidária: Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. IN: Marx, K.; Engels, F. **Obras Escolhidas**. Tomo I, Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982a, pp. 106-136.

\_\_\_\_\_, Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista. IN: Marx, K.; Engels, F. **Obras Escolhidas**. Tomo I, Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982b, pp. 4-75.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_, **O Capital: Crítica da Economia Política**. Três Volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_, Crítica do Programa de Ghotha. IN: Marx, K.; Engels, F. **Obras Escolhidas**. Tomo III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985, pp. 5-30.

\_\_\_\_\_, **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_, **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.

MATEUS, A. M.; MATEUS, M. M. **Microeconomia: Teoria e Aplicações**. Lisboa: Verbo, 2002.

MDA/SDT. **Texto-Síntese Sobre SECAFES e BSC's**. Disponível em: <[http://www.facesdobrasil.org.br/midiатеca/doc\\_details/442-secafes--sistema-estaduais-de-comercializacao-dos-produtos-da-agructura-familiar-e-solidaria-.html](http://www.facesdobrasil.org.br/midiатеca/doc_details/442-secafes--sistema-estaduais-de-comercializacao-dos-produtos-da-agructura-familiar-e-solidaria-.html)>. Acesso em: 14 de novembro de 2010.

MEC. **Manual “Produção de Materiais e Formação de EJA e Economia Solidária”**: Anexo I da Resolução nº 51 do Ministério da Educação, 15-12-2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/res051\\_15122008\\_anexo1.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/res051_15122008_anexo1.pdf)>. Acesso em: 02 de novembro de 2010.

MELO, A. A ação global dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002 pp. 435-471.

METELLO, Daniela Gomes. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama: Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico**. 2007. Dissertação (mestrado em Engenharia da Produção), UFRJ/COOPE, Rio de Janeiro.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MILLER, Ethan. **Solidarity Economics: Strategies for Building New Economies From the Bottom-Up and the Inside-Out**. (2004). Disponível em: <<http://www.geo.coop/files/SolidarityEconomicsEthanMiller.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2009..

MTE/SENAES (a). **A Economia Solidária**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_default.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp). Acesso em: 30 abril de 2010.

MTE/SENAES (b) **Projeto de Lei das Cooperativas de Trabalho**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_elaboracao\\_lei.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_elaboracao_lei.pdf)>. Acesso em: 11 de novembro de 2010.

MUNHOZ, Dércio G. **Economia Aplicada: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica**. Brasília: Editora UNB, 1989.

NOVAES, Henrique T. **Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas**. 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica), Unicamp, Campinas.

NOVE, Alec. **A Economia do Socialismo Possível**. São Paulo: Ática, 1989.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEDRINI, Dalila Maria. BRUSCOR: Tecendo a autogestão entre fios, laços e nós. In: Dal Ri, Nuesa Maria. (Org.) **Economia Solidária: O desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999, pp. 151-176.

PINTO, Céli Regina J.; GUAZZELLI, Cesar A. B. **Ciências Humanas: Pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PITAGUARI, S. O; LIMA, J. F. A concepção marxista da lei da tendência da taxa de lucro. In: **Redes**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.10, n.1, jan-abr, 2005.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRIMAVERA, Heloisa. Moeda Social 1. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

QUEIROZ, Sérgio. Aprendizado Tecnológico. In: PELAEZ, Victor; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Hucitec /Ordem dos Economistas do Brasil, 2006, pp. 193-211.

RESENDE; PASSETI . **Proudhon**. Coleção os Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1996.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e Educação**: Contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de maio de 2000, A4 seção - Brasil.

\_\_\_\_\_, **Reinventar a Democracia**: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. Lisboa: Gradiva, 1995.

\_\_\_\_\_, **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Coleção: Reinventar a Emancipação Social. Vol 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002a.

\_\_\_\_\_, (Org.) **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SATGAR, Vishwas. Cooperative Development and Labour Solidarity: a Neo-Gramscian Perspective on the Global Struggle Against Neoliberalization. In: **Labour, Capital and Society**, 40:1&2, 2007, pp. 56-79.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e Cooperativa. In: CATTANI, A. D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHWENGBER, Angela M. Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos. In: **Mercado de Trabalho**. Brasília: n° 28, set. 2005, pp. 5-8.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIMA, W. T. Economia de Redes e Inovação. In: PELAEZ, Victor; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Hucitec / Ordem dos Economistas do Brasil, 2006, pp. 333-362.

SILVA, Marcelo R. **Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Resíduos Sólidos**: O caso da Associação de Catadores Érick Soares do município de Abreu e Lima/PE. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local), UFRP, Recife.

SILVA JR. Jeová T. Os Bancos Comunitários Como Instrumento de Desenvolvimento Sócioeconômico de Territórios: Investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias. In: CANÇADO; PEREIRA; SILVA JR. **Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Autogestão**: As experiências em Palmas/TO. Palmas: NESol/UFT, 2007, pp. 205-232.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998a.

\_\_\_\_\_, **Uma Utopia Militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998b.



\_\_\_\_\_, **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_, Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André. R. de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 11-28.

\_\_\_\_\_, Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, n. 51, 2004a, pp. 7-22.

\_\_\_\_\_, A Economia Solidária No Governo Federal. In: **Mercado de Trabalho**. Brasília, IPEA, ago-2004b, pp. 3-5.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul; OLIVEIRA, Paulo de S. Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer. In: São Paulo: **Estudos Avançados**, v.22, n. 62, jan-abr, 2008, pp. 289-314.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SROU, Robert H. **Modos de Produção: Elementos da problemática**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

TAUILLE, José R. Do socialismo de mercado à economia solidária. In: Rio de Janeiro: **Revista de Economia Contemporânea**, v.6, n.1, jan.-jun, 2002, pp. 107-122.

TORRES, Heitor F. S. A Crise Econômica e o Governo Obama. In: **Boletim Meridiano 47**. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2009/04/27/a-crise-economica-e-o-governo-obama-por-heitor-figueiredo-sobral-torres>>. Data: 27-04-2009. Acesso em: 16 de agosto de 2010.

VASCONCELOS, Teodulo A. C. de. **A Economia Solidária na Construção Social do Desenvolvimento Territorial**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (ORGs.). Campinas: Alínea, 2007.

VIEIRA, Fabio M. **Coerência e Aderência da Economia Solidária: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em mato grosso do sul**. 2005. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia), FEA/USP, São Paulo.

YUNUS, Muhammad e JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

## ANEXO – MODELO ECONOMETRICO

Nesta dissertação foi utilizada uma análise econométrica através de um modelo de regressão linear múltipla, estimada pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), onde  $Y_i$  representa a variável dependente,  $X_i$  as variáveis independentes,  $\beta_0$  o intercepto  $\beta_i$  as variáveis independentes. A função estimada a partir destas variáveis é:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k + u_i \quad (1)$$

Onde  $\beta_0$  é o intercepto,  $\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_k$  são os coeficientes de regressão parcial e  $u_i$  é o erro ou perturbação estocástica. Segundo Gujarati (2000), o método dos MQO consiste em minimizar a soma dos quadrados dos resíduos (SQR) ou que  $\Sigma u_i^2$  seja a menor possível. Essa condição pode ser representada por meio da equação abaixo:

$$\min \Sigma u_i^2 = \Sigma (Y_i - \beta_0 - \beta_1 X_1 - \beta_2 X_2 - \dots - \beta_k X_k)^2 \quad (2)$$

O meio mais direto de obter os estimadores que minimizaram o SQR, é diferenciar a equação (2) em “relação às incógnitas, igualar a zero as expressões resultantes e resolvê-las simultaneamente”. (GUJARATI, 2000, pg. 188)<sup>39</sup>, obtendo-se assim as seguintes equações normais:

$$\bar{Y} = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 \bar{X}_1 + \hat{\beta}_2 \bar{X}_2 + \dots + \hat{\beta}_k \bar{X}_k \quad (3)$$

$$\Sigma Y_i X_{1i} = \hat{\beta}_0 \Sigma X_{1i} + \hat{\beta}_1 \Sigma \hat{X}_{1i}^2 + \hat{\beta}_2 \Sigma X_{1i} X_{2i} + \dots + \hat{\beta}_3 \Sigma X_{1i} X_{ki} \quad (4)$$

$$\Sigma Y_i X_{2i} = \hat{\beta}_0 \Sigma X_{2i} + \hat{\beta}_1 \Sigma X_{1i} X_{2i} + \hat{\beta}_2 \Sigma \hat{X}_{2i}^2 + \dots + \hat{\beta}_3 \Sigma X_{2i} X_{ki} \quad (5)$$

⋮

$$\Sigma Y_i X_{ki} = \hat{\beta}_0 \Sigma X_{ki} + \hat{\beta}_1 \Sigma X_{1i} X_{ki} + \hat{\beta}_2 \Sigma X_{2i} X_{ki} + \dots + \hat{\beta}_k \Sigma \hat{X}_{ki}^2 \quad (6)$$

O estimador de MQO do intercepto pode ser obtido isolando  $\hat{\beta}_0$  da equação (3):

$$\hat{\beta}_0 = \bar{Y} - \hat{\beta}_1 \bar{X}_1 - \hat{\beta}_2 \bar{X}_2 - \dots - \hat{\beta}_k \bar{X}_k \quad (7)$$

Os estimadores de MQO dos coeficientes de regressão parcial  $\hat{\beta}_1$ ,  $\hat{\beta}_2$  e  $\hat{\beta}_k$ , são obtidos derivando as equações normais (4), (5) e (6) para cada parâmetro, utilizando a notação minúscula para indicar os desvios em relação aos valores médios das variáveis estimadas:

<sup>39</sup> A derivação dos estimadores de MQO encontra-se em GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000, pg. 223-224.

$$\hat{\beta}_1 = \frac{(\sum y_i x_{1i})(\sum x_{2i}^2) \dots (\sum x_{ki}^2) - (\sum y_i x_{2i} \dots x_{ki})(\sum x_{1i} x_{2i} \dots x_{ki})}{(\sum \hat{x}_{1i}^2)(\sum x_{2i}^2) \dots (\sum x_{ki}^2) - (\sum x_{1i} x_{2i} \dots x_{ki})^2} \quad (8)$$

$$\hat{\beta}_2 = \frac{(\sum y_i x_{2i})(\sum x_{1i}^2) \dots (\sum x_{ki}^2) - (\sum y_i x_{1i} \dots x_{ki})(\sum x_{1i} x_{2i} \dots x_{ki})}{(\sum \hat{x}_{1i}^2)(\sum \hat{x}_{2i}^2) \dots (\sum \hat{x}_{ki}^2) - (\sum x_{1i} x_{2i} \dots x_{ki})^2} \quad (9)$$

⋮

$$\hat{\beta}_k = \frac{(\sum y_i x_{ki})(\sum x_{2i}^2)(\sum x_{2i}^2) \dots (\sum x_{k-1i}^2) - (\sum y_i x_{1i} x_{2i} \dots x_{k-1i})(\sum x_{1i} x_{2i} \dots x_{ki})}{(\sum \hat{x}_{1i}^2)(\sum x_{2i}^2) \dots (\sum x_{ki}^2) - (\sum x_{1i} x_{2i} \dots x_{ki})^2} \quad (10)$$

O coeficiente múltiplo de determinação ( $R^2$ ) mede o grau de determinação da variável dependente ( $Y$ ) explicado pelas variáveis independentes ( $X_1, X_2$  e  $X_k$ ). O  $R^2$  pode ser derivado a partir da equação (1) estimada a partir da reta de regressão ajustada, assim tem-se que:

$$y_i = \hat{\beta}_1 x_1 + \hat{\beta}_2 x_2 + \dots + \hat{\beta}_k x_k + \hat{u}_i = \hat{y}_i + \hat{u}_i \quad (11)$$

Elevando os dois lados da equação acima ao quadrado e somando os valores da amostra obtém-se:

$$\sum y_i^2 = \sum \hat{y}_i^2 + \sum \hat{u}_i^2 + 2\sum \hat{y}_i \hat{u}_i = \sum \hat{y}_i^2 + \sum \hat{u}_i^2 \quad (12)$$

Ou seja, “a soma dos quadrados total (SQT) é igual à soma dos quadrados explicada (SQE)” mais “a soma dos quadrados dos resíduos (SQR)”. (GUJARATI, 2000, pg. 193). A soma dos quadrados dos resíduos ( $\sum \hat{u}_i^2$ ) pode ser obtida pela equação abaixo<sup>40</sup>:

$$\sum \hat{u}_i^2 = \sum \hat{y}_i^2 - \hat{\beta}_1 \sum y_i x_{1i} - \hat{\beta}_2 \sum y_i x_{2i} - \hat{\beta}_3 \sum y_i x_{3i} \quad (13)$$

Rearranjando esta equação obtém-se:

$$SQE = \sum \hat{y}_i^2 = \hat{\beta}_1 \sum y_i x_{1i} + \hat{\beta}_2 \sum y_i x_{2i} + \hat{\beta}_3 \sum y_i x_{3i} \quad (14)$$

Portanto, por definição:

$$R^2 = \frac{SQE}{SQT} = \frac{\hat{\beta}_1 \sum y_i x_{1i} + \hat{\beta}_2 \sum y_i x_{2i} + \dots + \hat{\beta}_3 \sum y_i x_{ki}}{\sum y_i^2} \quad (15)$$

Por definição, ainda pode ser usada a equação para definir  $R^2$ :

$$R^2 = 1 - \frac{SQR}{SQT} = 1 - \frac{\sum \hat{u}_i^2}{\sum y_i^2} \quad (16)$$

Como o aumento do número de variáveis independentes ( $X_i$ ) o a soma dos

<sup>40</sup> A prova encontra-se em GUJARATI, op. cit., pg. 225.

erros ( $\sum \hat{u}_i^2$ ) pode diminuir tendendo matematicamente a elevar o valor de  $R^2$ , por isso, ele deve ser ajustado para os graus de liberdade ( $n - k$ ) dos parâmetros da regressão (incluindo o intercepto, no modelo apresentado neste artigo é  $n - 4$ ), associados à soma dos quadrados da equação (16). Assim, o  $R^2$  ajustado (ou  $\bar{R}^2$ ) é dado pela equação abaixo:

$$\bar{R}^2 = 1 - \frac{SQR}{SQT} = 1 - \frac{\frac{\sum \hat{u}_i^2}{(n-k)}}{\frac{\sum y_i^2}{(n-1)}} \quad (17)$$

O coeficiente de correlação múltiplo ( $R$ ) é igual à raiz quadrada de  $R^2$ .

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)